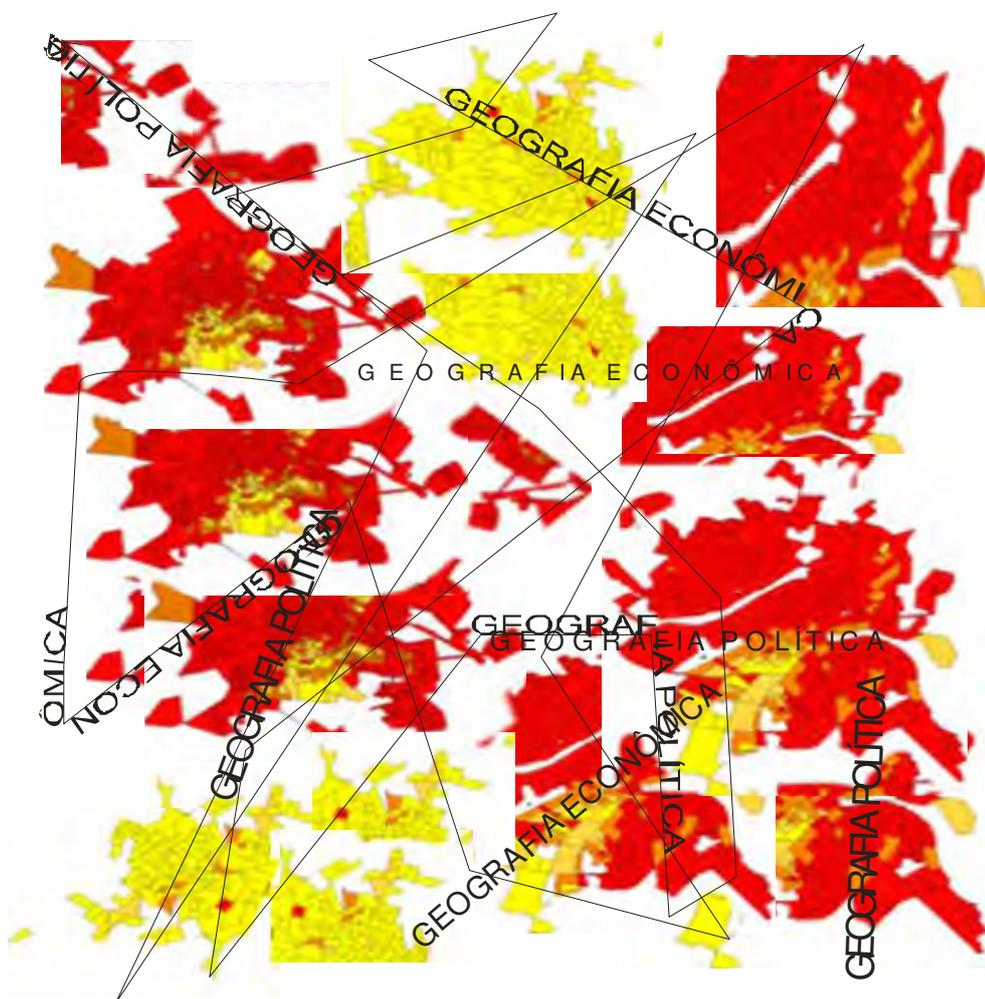




UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JULIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Presidente Prudente

# MAPEAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL EM CIDADES MÉDIAS: interfaces da Geografia Econômica com a Geografia Política



ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
Campus de Presidente Prudente

**ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA**

**MAPEAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL EM  
CIDADES MÉDIAS: interfaces da Geografia  
Econômica com a Geografia Política**

Orientador: Prof. Dr. Raul Borges Guimarães

Tese de Doutorado elaborada junto  
ao Programa de Pós-graduação em  
Geografia, Área de concentração  
Produção do Espaço Geográfico,  
para obtenção do Título de Doutor  
em Geografia.

Presidente Prudente  
2009

Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Seção de Pós-Graduação

Rua Roberto Simonsen, 305 CEP 19060-900 Presidente Prudente SP  
Tel 18 3229-5352 fax 18 3223-4519 posgrad@prudente.unesp.br

Vieira, Alexandre Bergamin  
S580i Mapeamento da exclusão social em cidades médias: interfaces da Geografia Econômica com a Geografia Política/ Alexandre Bergamin vieira. - Presidente Prudente : [s.n.], 2009  
194 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Orientador: Raul Borges Guimarães  
Banca: Arthur Magon Whitacker, Everaldo Santos Melazzo, Júlio César de Lima Ramires e Vitor Ribeiro Filho  
Inclui bibliografia

1. Exclusão Social. 2. Desigualdades socioespaciais intra-urbanas 3. Cartografia Temática. I. Autor. II. Título. III. Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia.

CDD(18.ed.) 621.71

**Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação  
– Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, Câmpus de Presidente Prudente.**  
[claudia@fct.unesp.br](mailto:claudia@fct.unesp.br)

Para a pequena SARA, que sem entender  
nada de Geografia, se territorializou na  
minha vida.

# Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço à minha amada esposa Cláudia, companheira de pesquisa e agora de orientador, por toda força no desenvolvimento da pesquisa e por todo carinho e dedicação em todos os outros momentos. Sem você esta tese não estaria pronta.

Agradeço, muito, ao amigo e orientador Raul, que na hora que o bicho pegava, com sua calma e simpatia tornava o trabalho menos árduo e mais alegre. Você ajudou muito a desvendar a tese que estava implícita no trabalho com uma pergunta simples: qual a sua tese?

Aos meus pais, pelo carinho pelo qual sempre me trataram, por terem me apoiado (espiritual) e financeiramente, nos primeiros anos de graduação. E quando era criança, e decidi que não iria estudar mais, me incentivaram em tomar decisão contrária e hoje, acho que escrevi uma tese de doutorado.

Aos professores Everaldo Melazzo e Arthur Witacker (este é a quarta vez que vai me argüir) pelas contribuições e críticas no exame de qualificação.

À FAPESP, por ter concedido a bolsa de estudos que tornou mais fácil desenvolver a pesquisa, pois como ex-professor da rede pública de ensino, sei como é difícil não poder se dedicar integralmente à pesquisa.

À AGB, onde aprendi a fazer política (um pouco) e que me propiciou a aprender muito de Geografia.

Aos amigos (não vou citar nomes para não me esquecer de ninguém), porque Geografia também se faz com muuuiiiiiita cerveja e também porque a vida não é só trabalho e Geografia.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	11
<b>INTRODUÇÃO: do projeto à pesquisa.....</b>	<b>13</b>
<b>1. CIDADES MÉDIAS: o desenvolvimento de um novo contexto urbano.....</b>	<b>23</b>
1.1 A realidade urbana não metropolitana: uma nova agenda.....	26
1.2 Cidades médias: dimensão política da leitura econômica.....	29
<b>2. INDICADORES URBANOS: entre a riqueza e a desigualdade .....</b>	<b>37</b>
2.1 Os indicadores de prosperidade.....	40
<b>3. EXCLUSÃO SOCIAL: para além da pobreza e da desigualdade.....</b>	<b>57</b>
3.1 Porque exclusão social .....	58
3.2 A trajetória do conceito.....	61
3.3 Exclusão social: leituras divergentes.....	72
3.4 Exclusão social: um processo multidimensional.....	76
3.5 Os principais agentes da produção das desigualdades sociais nas cidades médias.....	86
3.5.1 O papel do mercado imobiliário.....	87

3.5.2 A influência do Poder Público Municipal.....	89
3.5.3 A interrelação mercado imobiliário e Poder Público.....	96
3.6 Exclusão social: algumas considerações.....	98
<b>4. SISTEMA DE INDICADORES SOCIAIS DE DESIGUALDADE INTRA-URBANA.....</b>	<b>100</b>
4.1 Indicadores sociais: aportes teóricos.....	102
4.2 Sistema de indicadores sociais de desigualdade intra- urbana para as cidades médias de Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente.....	106
4.3 O mapa como indicador social.....	110
4.4 Os indicadores sociais de desigualdade intra-urbana selecionados.....	112
<b>5. EM BUSCA DE PADRÕES ESPACIAIS DE EXCLUSÃO SOCIAL.....</b>	<b>163</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>189</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>193</b>

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Impostos estaduais e municipais e PIB total e PIB <i>per capita</i> .....	21
Quadro 2	Uberlândia 2000 – Síntese do mapeamento de exclusão social (análise combinatória).....	175
Quadro 3	Uberlândia 2000 – Síntese do mapeamento de exclusão social (quartis).....	176
Quadro 4	São José do Rio Preto 2000 – Síntese do mapeamento de exclusão social (análise combinatória).....	180
Quadro 5	São José do Rio Preto 2000 – Síntese do mapeamento de exclusão social (quartis).....	181
Quadro 6	Presidente Prudente 2000 - Síntese do mapeamento de exclusão social (análise combinatória).....	185
Quadro 7	Presidente Prudente 2000 - Síntese do mapeamento de exclusão social (quartis).....	185

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Regiões de influência das cidades – 2007.....	19
Figura 2	Uberlândia – Indicadores Habitacionais (análise combinatória).....	120
Figura 3	Uberlândia – Indicadores Habitacionais (quartis)....	121
Figura 4	São José do Rio Preto – Indicadores Habitacionais (análise combinatória).....	124
Figura 5	São José do Rio Preto – Indicadores Habitacionais (quartis).....	125
Figura 6	Presidente Prudente – Indicadores Habitacionais (análise combinatória).....	127
Figura 7	Presidente Prudente – Indicadores Habitacionais (quartis).....	128
Figura 8	Uberlândia – Indicadores Infra-estrutura (análise combinatória) .....	132
Figura 9	Uberlândia – Indicadores Infra-estrutura (quartis)..	133
Figura 10	São José do Rio Preto – Indicadores Infra-estrutura (análise combinatória).....	135
Figura 11	São José do Rio Preto – Indicadores Infra-estrutura (quartis).....	136
Figura 12	Presidente Prudente – Indicadores Infra-estrutura (análise combinatória).....	138
Figura 13	Presidente Prudente – Indicadores Infra-estrutura (quartis).....	139
Figura 14	Uberlândia – Indicadores Econômicos (análise combinatória).....	142
Figura 15	Uberlândia – Indicadores Econômicos (quartis).....	143
Figura 16	São José do Rio Preto – Indicadores Econômicos (análise combinatória).....	145
Figura 17	São José do Rio Preto – Indicadores Econômicos (quartis).....	146

Figura 18	Presidente Prudente – Indicadores Econômicos (análise combinatória).....	148
Figura 19	Presidente Prudente – Indicadores Econômicos (quartis).....	149
Figura 20	Uberlândia – Indicadores Sociais (análise combinatória).....	152
Figura 21	Uberlândia – Indicadores Sociais (quartis).....	153
Figura 22	São José do Rio Preto – Indicadores Sociais (análise combinatória).....	155
Figura 23	São José do Rio Preto – Indicadores Sociais (quartis).....	156
Figura 24	Presidente Prudente – Indicadores Sociais (análise combinatória).....	158
Figura 25	Presidente Prudente – Indicadores Sociais (quartis)	159
Figura 26	Uberlândia – Mapa de Exclusão Social (análise combinatória).....	171
Figura 27	Uberlândia – Mapa de Exclusão Social (quartis).....	172
Figura 28	São José do Rio Preto – Mapa de Exclusão Social (análise combinatória).....	177
Figura 29	São José do Rio Preto – Mapa de Exclusão Social (quartis).....	178
Figura 30	Presidente Prudente – Mapa de Exclusão Social (análise combinatória).....	182
Figura 31	Presidente Prudente – Mapa de Exclusão Social (quartis).....	183

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Demografia.....	41
Tabela 2	Escolaridade.....	43
Tabela 3	Escolaridade.....	44
Tabela 4	Vulnerabilidade.....	45
Tabela 5	Habitação.....	46
Tabela 6	Renda.....	49
Tabela 7	Renda.....	50
Tabela 8	Índice de Desenvolvimento Humano.....	54

***MAPEAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL EM CIDADES  
MÉDIAS: interfaces da Geografia Econômica com a Geografia  
Política***

**RESUMO**

Nesta tese partimos da hipótese de que nas cidades médias brasileiras ocorrem processos sociais excludentes perversos. O “lugar de cada um” ou a separação espacial das diferentes classes sociais nas cidades médias nos remete à discussão da banalização das desigualdades e a produção e reprodução do espaço banal. O mapeamento da exclusão social permite-nos compreender essa banalização por meio das interfaces entre o econômico e o político, pois não entendemos as cidades médias sem analisar a sua inserção na rede de cidades (geografia econômica) como não podemos compreender a exclusão social sem investigar as especificidades da produção e reprodução do espaço banal (geografia política). Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente foram escolhidas como recorte empírico que permitiu-nos identificar os processos que envolvem os impactos negativos das desigualdades sociais. É também o elemento que possibilita reconhecer as matrizes excludentes e como estas são reproduzidas. Partimos, assim, do princípio de que a análise e caracterização do conceito de exclusão social, bem como o mapeamento dos indicadores de exclusão constituem-se em uma chave para compreender a banalização das desigualdades sociais e espaciais nessas três cidades médias.

**Palavras chave:** exclusão social, desigualdades socioespaciais intra-urbana, cartografia temática, Uberlândia, São José do Rio Preto, Presidente Prudente

***MAPPING OF SOCIAL EXCLUSION IN THE INTERMEDIATE  
CITIES: crossing points between economic and political  
geographies***

**ABSTRACT**

In this research, we discuss the social exclusion processes in the intermediate Brazilian cities. Using an empirical study across Uberlandia, Sao Jose do Rio Preto and Presidente Prudente, it was possible to identify the negative impacts and social inequalities that involve the Brazilian urban production. It is also the element that makes possible both recognise the excluding patterns and find out how they are produced. Then we assume that the analysis and characterisation of the concept of social exclusion as well as the mapping of exclusion indicators constitute the key point for understanding the vulgarisation of social and spatial inequalities in these three intermediate cities.

**Keywords:** social exclusion, socio-spatial inequalities, thematic cartography, Uberlandia, Sao Jose do Rio Preto, Presidente Prudente.

# **INTRODUÇÃO:**

## **do projeto à pesquisa**

*A idéia de espaço banal, mais do que nunca, deve ser levantada em oposição à noção que atualmente ganha terreno nas disciplinas territoriais: a noção de rede.*

*As redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade. Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. (SANTOS, 1994, p. 16)*

Na Geografia Urbana muito tem sido estudado acerca das desigualdades sociais e espaciais nas metrópoles. Em vista da escala de produção e reprodução da pobreza e desigualdade social, resultantes do processo de metropolização dos espaços (LENCIONI, 2003) é freqüente a indagação a respeito da relevância e pertinência do estudo dessa temática em outras realidades urbanas, tal como a das cidades médias e pequenas.

Discordando das assertivas acima, apontávamos no projeto de pesquisa que o estudo das desigualdades sociais e espaciais nas cidades médias se apresenta como um desafio que impõe uma difícil tarefa, devido inúmeras dessas cidades serem consideradas como "ilhas de prosperidade", particularmente aquelas localizadas no interior paulista e na região de influência da grande metrópole nacional São Paulo (IBGE, 2008), como Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Marília, Uberlândia, Londrina, dentre outras, conforme constatamos nos trabalhos de Pochmann et.al. (2003 e 2005).

Procurando enfrentar esse desafio, inicialmente, levantamos a hipótese de que nas cidades médias os processos excludentes são mais perversos do que nas metrópoles, acentuando ainda mais as desigualdades sociais e espaciais, conforme apontam Guimarães, Vieira e Nunes, (2005). Isso porque a diferenciação social nessas cidades é resultado de um processo seletivo reforçado por duas situações complementares. A primeira delas considera as cidades médias como "ilhas de prosperidade" ou "cidade de primeiro mundo" (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2008). Tidas como "terra de oportunidades" e de melhor qualidade de vida, as cidades médias abrigam um número crescente de profissionais e empresários do setor de comércio e

serviços, principalmente os especializados. Por outro lado, aqueles que não se beneficiam disso são considerados os incapazes e os culpados pela própria condição que se encontram<sup>1</sup>, devendo, portanto, serem excluídos dos benefícios do processo de urbanização que estas cidades oferecem.

No processo de amadurecimento do projeto de pesquisa reforçamos a hipótese da perversidade dos processos excludentes nas cidades médias devido à ausência ou fragilidade de projetos políticos da maioria dos segmentos da sociedade local menos favorecida ou excluída, como movimentos populares por moradia e outras formas de luta da sociedade civil organizada. Essa fragilidade proporciona e facilita o controle da produção do espaço urbano quase que exclusivamente pelos proprietários de terras urbanas, pelos incorporadores imobiliários e pelo Poder Público Municipal, em geral, sob o domínio destes interesses particulares, como analisa Sposito (2004).

Dessa forma, o “lugar de cada um” (VIEIRA, 2005) ou a separação espacial das diferentes classes sociais nas cidades médias nos remeteu à discussão da banalização da diferença e da desigualdade e a produção e reprodução do espaço banal. Ou seja, o espaço banal se configuraria como o espaço do cotidiano, das sinergias onde “todos os capitais, todos os trabalhos, todas técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar” (SANTOS, 1996, p.322).

Assim, retomando a epígrafe desta introdução devemos pensar o espaço banal como um contraponto à noção de rede, pois enquanto a rede revela a existência de um espaço seletivo e de alguns poucos ou o espaço econômico, o espaço banal representa o espaço comunal ou o espaço dos que interagem na vida cotidiana (SANTOS, 1979, p.137).

É por isso que propomos, na presente tese, pensar a perversa exclusão social nas cidades médias mediante as interfaces entre o econômico e o político para se compreender a banalização das disparidades e das desigualdades sociais e espaciais. Ou seja, não entendemos as cidades médias

---

<sup>1</sup> Aqui poderíamos fazer um paralelo com a velha afirmação, equivocada, da culpabilização do próprio pobre pela situação de pobreza na qual se encontra inserido.

sem analisar a sua inserção na rede de cidades (geografia econômica) como não podemos compreender a exclusão social sem investigar as especificidades da produção e reprodução do espaço banal (geografia política).

Se na metrópole o espaço banal se constitui no local onde os “fracos” (os pobres) “podem subsistir” e se constituem como espaços de contradições, lutas e conflitos contra as desigualdades sociais (SANTOS, 1996), nas cidades médias, o espaço banal se caracteriza como um elemento que reforça a produção e reprodução das desigualdades. Neste segundo caso, essa banalização das desigualdades e a possibilidade de produção e reprodução do espaço desigual e excludente são determinadas tanto pelo Poder Público Municipal como pelo mercado imobiliário. No caso do Poder Público isso se dá pela elaboração das políticas habitacionais e a definição da localização dos loteamentos populares e/ou conjuntos habitacionais, geralmente na periferia pobre das cidades<sup>2</sup>. No caso do mercado imobiliário, ele se beneficia da valorização de determinadas áreas da cidade promovida pela política habitacional.

Ou seja, constata-se nessas cidades que a separação espacial entre ricos e pobres é banal, uma vez que a definição do “lugar de cada um” é fetichizada por meio das possibilidades de escolha e do poder de compra. Assim, torna-se banal que os ricos morem em locais com as melhores condições de vida e com as melhores infra-estruturas públicas e privadas, geralmente na “cidade legal”. Por sua vez, torna-se natural que os pobres morem naqueles locais que lhes restam, com as piores condições e infra-estrutura precária e, em alguns casos, na “cidade ilegal”<sup>3</sup>.

Na nossa pesquisa de campo, em conversas com moradores de diferentes bairros nas três cidades analisadas foi comum ouvir dos mesmos afirmações que reforçam a banalização das desigualdades, tais como nos dois

---

<sup>2</sup> Como exemplo disso ver Vieira (2001) e Bueno (2002) para São José do Rio Preto, Hora (1997) Marisco (2003) para Presidente Prudente e, Oliveira (1992) e Mota (2001) para Uberlândia, dentre outros trabalhos.

<sup>3</sup> Marisco (2003), ao analisar a cidade de Presidente Prudente conclui que há uma exclusão urbanística (infra-estrutura) resultante da produção do espaço urbano de forma seletiva. Essa discussão, no entanto, não é recente na Geografia Urbana, como podemos encontrar em alguns textos dos autores da denominada Escola de Chicago, como as obras de Robert Park e Ernest Burgess.

exemplos a seguir: *"mas não tem problema da zona norte concentrar os bairros mais pobres da cidade; pois lá é o único lugar onde eles podem comprar suas residências e onde a prefeitura implementa os bairros populares"* ou ainda *"a região próxima do Shopping é muito mais bonita, tem mais lojas, casas bonitas e grandes, e até condomínio; mas também lá só tem rico, então eles têm mais condições, podem ter melhor condição de vida, enquanto que aqui, no nosso bairro, é tudo mais pobre, mais feio"*. (moradores da zona sul e da zona norte, respectivamente, da cidade de São José do Rio Preto).

Tais depoimentos reforçam o "lugar de cada um" enquanto produtor e consumidor, uma vez que isso depende das oportunidades ofertadas no mercado e de sua posição na estrutura espacial (SANTOS, 1979, p.139).

Em vista das considerações acima, entendemos que nessa pesquisa de doutorado duas seriam as principais contribuições para o debate geográfico. A primeira consiste em aprofundar e ampliar a discussão acerca do conceito de exclusão social e quais as características e as suas especificidades nas cidades médias, buscando na interface entre a geografia econômica e a geografia política uma possibilidade de investigação. Consideramos o conceito de exclusão social como fundamental para compreender, na atualidade, as novas desigualdades sociais e espaciais das cidades capitalistas e verificar em que medida elas se acirram e evoluem nas cidades médias caracterizadas como ilhas de riqueza no *"mar de exclusão social no qual se caracteriza o território brasileiro"*, como afirmam Campos *et.al* (2005).

A segunda contribuição caracteriza-se pela experimentação da modelagem geoestatística dos indicadores sociais de desigualdade intra-urbana e seu respectivo mapeamento na caracterização da exclusão social como processo. Isso foi possível a partir do mapeamento de grade e não aquele fragmentado por classes, como o CEMESPP<sup>4</sup> vem desenvolvendo desde os primeiros trabalhos do grupo, com a elaboração do mapa da Exclusão/Inclusão Social para a cidade de Presidente Prudente no ano de 1997. Tal modelagem reforça a necessidade de reflexão sobre os instrumentos

---

<sup>4</sup> Grupo de Pesquisa Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas no qual esta pesquisa se insere.

cartográficos mais adequados para o processo de tomada de decisão de Políticas Públicas.

Para isto propomos estudar três cidades médias: Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente. Cada uma delas apresenta sua especificidade, uma vez que estão localizadas em contextos demográficos e regionais diversos, mas apresentam também funções urbanas semelhantes, concentrando espacialmente atividades, pessoas, investimentos, fixos e fluxos, capacidade de investimentos e empreendimentos locais que nos permitiram contribuir para o debate ora apresentado.

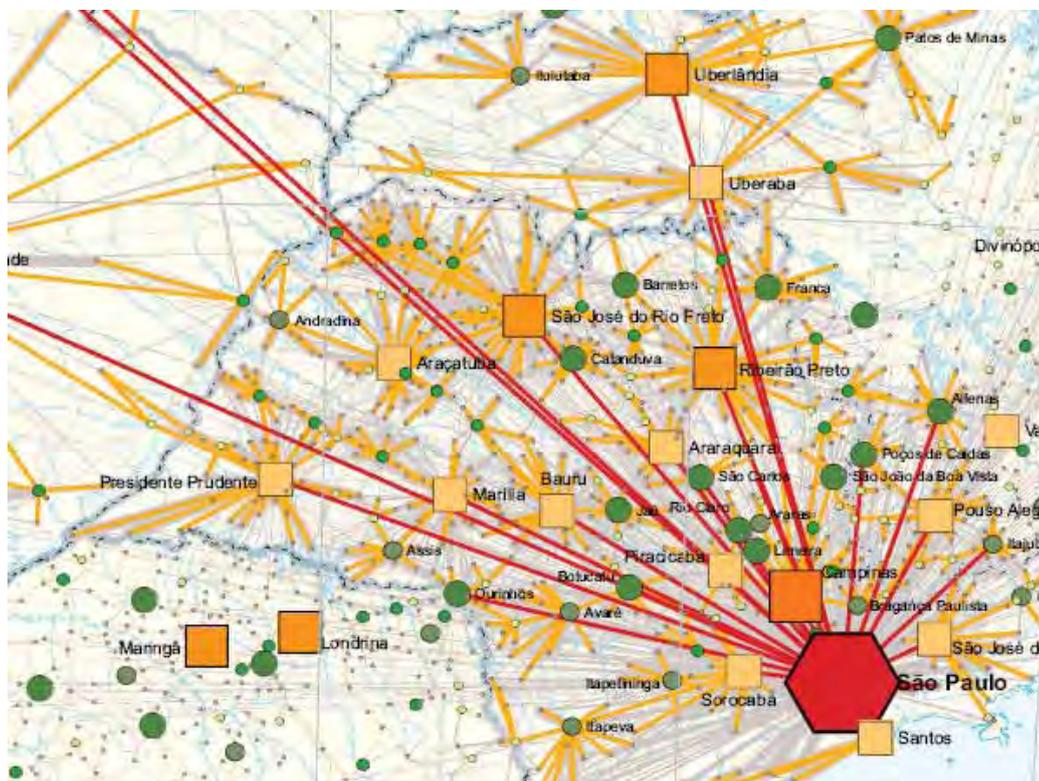
Cada uma destas cidades, através de segmentos econômicos diferenciados, se insere como importante ponto no espaço da rede urbana brasileira. Essas cidades se caracterizam como cidades pólo de suas regiões e exercem um papel importante em suas regiões de influência, conforme os estudos sobre as regiões de influência das cidades de 1993 (IBGE, 2000) e 2007 (IBGE, 2008).

Ressaltando a importância destas cidades na rede urbana brasileira, destacamos que as três são classificadas pelo IBGE (2008) no segundo nível de hierarquia dos centros urbanos, sendo consideradas como capitais regionais, com Uberlândia e São José do Rio Preto classificadas como capitais regionais B e Presidente Prudente como capital regional C, conforme observamos na figura 1, a seguir.

## FIGURA 1 (MAPA)

### REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES

2007



Fonte: IBGE (2008), Regiões de Influência das Cidades.

A cidade de Uberlândia se destaca como um dos maiores centros de comércio atacadista do país, com empresas distribuidoras que atuam em quase todo o território nacional e, ainda, mais recentemente, passa a exercer um papel central na rede de *call centers* do país. Apresenta uma intensidade de relacionamentos<sup>5</sup> de 196, congregando 49 municípios em sua região de influência, com uma população total de 1.572.166 habitantes (IBGE, 2008)

São José do Rio Preto se insere na rede urbana como centro médico-hospitalar de referência, realizando diversos tipos de tratamentos e serviços encontrados quase que exclusivamente em capitais. Destaca-se ainda no setor

<sup>5</sup> A Intensidade de relacionamento indica o número de vezes que o município foi citado no questionário aplicado pelo IBGE (IBGE, 2008).

de ourivesaria, com uma produção destinada quase que exclusivamente para exportação. Apresenta uma intensidade de relacionamento de 573, congregando 146 municípios em sua região de influência, com uma população total de 2.230.647 habitantes, conforme apontam os dados da REGIC (IBGE, 2008)

Presidente Prudente é considerada um dos centros nacionais de excelência da pecuária de corte e "gado de elite", com escritórios e sedes de grandes criadores, influenciando diretamente no preço da carne e na produção de sêmen bovino em todo território nacional<sup>6</sup>.

Mesmo com as especificidades de cada uma, elas são consideradas cidades pólo de suas regiões ou núcleo de rede, possuem um enorme potencial no comércio e na prestação de serviços especializados (saúde, educação, novas tecnologias), possuem uma posição geográfica relativa que as permitem facilidade de acesso e deslocamento (rodovias, ferrovias e aeroportos). Além disso, possuem uma rede bancária consolidada, com um número de agências significativo, conforme dados do Banco Central (Uberlândia: 48 agências; Presidente Prudente: 25; São José do Rio Preto:53).

Por sua vez, essas cidades possuem um PIB e uma capacidade empreendedora significativos, demonstrados pelos valores de repasse com ICMS e impostos como o ISS, como observamos no quadro a seguir. Segundo o Atlas do Mercado Brasileiro – 2007, coordenado e publicado pela Gazeta Mercantil, os três municípios classificam-se entre os 300 mais dinâmicos do país, com a melhor classificação para São José do Rio Preto (156ª posição), seguida de Uberlândia (posição 204) e Presidente Prudente (posição 291)<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> No estudo Regiões de Influência das cidades 2007 (IBGE, 2008) são disponibilizados os dados apenas para as capitais regionais B, portanto a ausência dos dados e informações para Presidente Prudente.

<sup>7</sup> A pesquisa intitulada As 100 Melhores Cidades para Fazer Carreira, coordenada pelo professor Moisés Balassiano, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ), divulgada recentemente na revista VOCÊ S/A – edição 133, julho de 2009, que avalia as cidades de acordo com três indicadores: educação, vigor econômico e serviços de saúde, mostra o relevante papel das cidades médias da Região Sudeste do Brasil como polos atraentes para seguir carreira e receber bons salários. No ranking nacional elaborado pela pesquisa São José do Rio Preto ocupa a 18ª posição, Uberlândia 23ª e Presidente Prudente a 27ª posição.

## QUADRO 1

### IMPOSTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS E PIB TOTAL E PIB *PER CAPITA*

2005/2006

MUNICÍPIO	REPASSE ICMS 2005	RECEITA ISS 2005	PIB TOTAL 2006 (R\$)	PIB <i>per capita</i> 2006(R\$)
Uberlândia	147.370.518	46.956.799	10.267.118,00	17.101,00
São José do Rio Preto	76.777.842	30.835.170	6.359.034,12	13.795,00
Presidente Prudente	38.666.322	13.198.246	2.796.168,00	13.527,00

Fonte: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional e IBGE

Em função dessas características, essas cidades apresentam possibilidades de melhor condição de vida para sua população, com todas as cidades apresentando um IDH-m (Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal) superior a 0,8, considerado pela ONU como alto desenvolvimento humano e uma infra-estrutura urbana consolidada.

Assim, entendemos que as três cidades selecionadas como recorte físico-territorial nos permitem atingir o objetivo geral dessa pesquisa de doutorado, qual seja: analisar as desigualdades sociais e espaciais intra-urbana nas cidades médias de maneira a permitir uma comparabilidade entre as três cidades selecionadas e identificar a existência ou não de padrões e/ou especificidades do processo de exclusão social a partir do mapeamento dos indicadores sociais de desigualdade intra-urbana.

Para o reconhecimento e o desvendamento dessa realidade socioespacial intra-urbana torna-se necessário a elaboração e análise de um conjunto de indicadores socioespaciais de desigualdade, que não leve em consideração apenas as médias da cidade como um todo. Igualmente importante é a revisão crítica da bibliografia sobre o tema, o que permite a reflexão sobre o acirramento e evolução das desigualdades sociais e espaciais intra-urbanas nas cidades médias.

Em vista desses procedimentos, o trabalho foi dividido em 5 capítulos. No primeiro deles, *Cidades Médias – o desenvolvimento de um novo contexto*

*urbano*, procuramos justificar porque é necessário analisar os processos excludentes em cidades médias a partir de referenciais tanto da Geografia Econômica como da Geografia Política. Em seguida, em *Indicadores urbanos – entre a riqueza e a desigualdade* (capítulo 2), analisamos criticamente diversos indicadores socioeconômicos utilizados para representar a condição da vida urbana nas cidades estudadas. O conceito de exclusão social é discutido em maior profundidade no capítulo 3, *Exclusão social – para além da pobreza e da desigualdade*. Desta forma, a partir da reflexão conceitual, no capítulo 4, buscamos a construção de um sistema de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana que reflitam como as desigualdades sociais se espacializam nas três cidades médias analisadas e, assim, demonstrar como se consolidam os territórios da exclusão social e da inclusão social. Procuramos, ainda, ao final da tese no capítulo 5, realizar uma análise comparativa e revelar a existência ou não de padrões e/ou especificidades da desigualdade socioespacial e da exclusão social nas três cidades selecionadas: Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente.

Por fim, nas considerações finais, retomaremos a discussão inicial acerca da necessidade da interface entre a Geografia Econômica e a Geografia Política para compreender como a banalização das desigualdades sociais torna mais perversa a exclusão social nas cidades médias.

Capítulo 1

# **CIDADES MÉDIAS:**

**o desenvolvimento de um  
novo contexto urbano**

*Uma coisa é a economia política da urbanização, que levaria em conta uma divisão social do trabalho, que dá, com a divisão territorial do trabalho, a repartição dos instrumentos de trabalho, do emprego e dos homens na superfície de um país. A economia política da cidade seria outra coisa diferente, porque seria a forma como a cidade, ela própria se organiza, em face da produção e como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar, em cada momento, dentro da cidade.*  
(Santos: 1994, 118).

O reconhecimento das desigualdades sociais como uma questão urbana não é uma idéia recente. Os contrastes sociais marcados pela enorme distância entre os ricos e os pobres serviram de realidade empírica para as primeiras análises da desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo, demonstrando que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória e que a desigualdade espacial é produto e produtora da desigualdade social (Carlos, 1992).

Reflexo das relações sociais do modo de produção capitalista, as desigualdades e as diferenciações entre as classes sociais irão se reproduzir no espaço urbano, de forma cada vez mais intensa e generalizada. Este processo, por sua vez, ao "diferenciar os lugares", passa a ser fundamental e determinante sobre a apropriação, a vivência, ao sentimento de pertencimento, a acessibilidade e a possibilidade de localização no espaço intra-urbano das diferentes classes sociais. Da mesma forma, o espaço produzido com estas características também passa a reproduzir tais condições de desigualdade social.

Percebe-se, então, que as desigualdades sociais se apresentam no espaço intra-urbano de longa data mas, sob o modo de produção capitalista, elas apresentam outra magnitude e que vêm aumentando nas últimas décadas, principalmente em decorrência da denominada crise do mundo do trabalho. Ou seja, "as diferenciações espaciais são também uma realidade e uma necessidade do modo capitalista de produção" (WHITACKER, 2003, p.36). Portanto as desigualdades socioespaciais intra-urbanas seriam inerentes ao

próprio modo de produção e, conseqüentemente, à capacidade de inserção de cada indivíduo no sistema de mercado competitivo e excludente.

Em virtude do processo de liberalização da economia mundial e da reestruturação produtiva, acentuam-se as velhas e provocam-se novas desigualdades sociais que, em nosso entendimento, se constituem e se refletem com grande intensidade nas cidades brasileiras e, mais especificamente nas cidades médias, como observaremos posteriormente.

Sabemos que as ciências sociais se utilizam de vários e novos conceitos, na perspectiva de desvendar os processos ancorados no crescimento das desigualdades sociais nestas últimas décadas, tais como os de precariedade, vulnerabilidade, exclusão social, segregação, desfiliação, desqualificação, deslocalização, processos sociais excludentes. Entendemos que estas desigualdades não se refletem apenas nos planos materiais (por exemplo, a falta de acesso ou o acesso precário aos meios de subsistência, como moradia precária e infra-estrutura básica) e objetivos (como a falta de emprego ou emprego precário, por exemplo) dos indivíduos. Mas elas também refletem nos planos subjetivos (sentimento de rejeição, de marginalizado, por exemplo) e psicológicos (ruptura com os vínculos sociais, como o morador de rua, por exemplo). Ou seja, são múltiplas as dimensões que os diferentes processos de desigualdades sociais afetam a vida e o cotidiano dos cidadãos, tais como: espacial, social, econômica, cultural, social, psicológica, etc. Por esse motivo, procuraremos argumentar que o conceito de exclusão social seria o mais apropriado para apreender essa situação.

Neste sentido, ao analisar como se estruturam e se banalizam as desigualdades sociais e espaciais nas cidades médias, é que buscamos, nesta pesquisa, a compreensão da espacialização das desigualdades sociais nestas cidades, identificando os territórios da inclusão e/ou da exclusão social. Para isto, essa tese, dialoga diretamente com a leitura da economia política da cidade proposta por Santos (1993, 1994). De um lado, consideramos fundamentais as categorias propostas por este autor para a análise da realidade urbana brasileira, principalmente a relação entre o *espaço reticular* e o *espaço banal*, uma vez que definem padrões de uso e apropriação do território.

Outra categoria proposta por Milton Santos é também central nessa tese de doutorado: o território usado. Isso porque a apropriação do território na vida cotidiana acaba por consagrar as desigualdades e injustiças sociais não apenas dividindo como separando os homens, “ainda que eles apareçam como se estivessem juntos” (SANTOS, 1987, p.80).

É, portanto, no espaço banal que as contradições e as desigualdades sociais são vulgarizadas. O que queremos argumentar é que tal processo de banalização é muito mais perverso nas cidades médias. Para desenvolver essa linha argumentativa, foi necessário o desvendamento das realidades socioespaciais locais, remetendo-nos à importância do componente territorial na análise dos processos excludentes na escala intra-urbana.

Por outro lado, ao adotarmos este caminho metodológico em alguns momentos nos contrapomos à abordagem de Milton Santos, principalmente quando ele aponta que as cidades médias seriam os espaços que propiciariam melhor qualidade de vida e seriam receptoras da classe média, intelectual e qualificada enquanto que as metrópoles receberiam os pobres, no processo por ele denominado de “involução metropolitana”. Ao contrário, o mapeamento das cidades estudadas desvenda como as classes sociais se distribuem espacialmente, dividindo o espaço intra-urbano em territórios da exclusão social e da inclusão social. Assim o estudo da produção e reprodução das desigualdades e da exclusão social no espaço intra-urbano das cidades médias exige a análise a respeito da capacidade dos cidadãos em usar o território nesses novos contextos urbanos não metropolitanos.

### **1.1 – A realidade urbana não metropolitana: uma nova agenda**

As mudanças demográficas e econômicas das últimas décadas foram acompanhadas da maior relevância dos espaços urbanos não metropolitanos, uma vez que a diversificação da sociedade de consumo, a flexibilidade da produção e a maior fluidez do mercado nacional provocaram impacto na divisão territorial do trabalho (Santos, 1993). Estamos certos de que a emergência da discussão sobre o conceito de cidades médias neste mesmo

período não ocorreu por acaso. Afinal, como produto das circunstâncias históricas e geográficas, o mundo das idéias não se desenvolve no plano abstrato, mas atrelado aos interesses e possibilidades de explicação da realidade da qual faz parte.

Sabemos que a aceleração da urbanização foi um dos fatores que contribuiu para aumentar a importância da planificação urbano-regional após a Segunda Guerra Mundial (Souza, 2002). Foi com base nesta tradição que, sob influência do planejamento francês, elaborou-se a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), com a preocupação de promover desconcentração populacional das regiões metropolitanas e diminuir os problemas destes grandes aglomerados urbanos brasileiros (AMORIM FILHO e SERRA, 2001, p. 4-5). Neste universo da política de planejamento urbano-regional, as metrópoles foram consideradas como a raiz dos “problemas” urbanos e as cidades médias como a “saída” para as mazelas metropolitanas e para o desenvolvimento regional. Assim, a inserção das cidades médias na agenda nacional seria o meio de atender às novas demandas econômicas<sup>8</sup> e os novos papéis a serem desempenhados por estas cidades na redefinição da rede urbana brasileira.

Evidentemente, essa leitura política das cidades brasileiras não foi elaborada apenas nos gabinetes dos órgãos governamentais. Ela encontrou respaldo nas transformações urbanas em curso na época, com o acirramento da pobreza nas metrópoles e a transferência de parte do trabalho intelectual e do trabalho mais qualificado para as cidades médias. Seriam essas cidades, portanto que, conforme aponta Santos (1993), reclamariam cada vez mais trabalho qualificado para um espaço urbano com qualidade de vida cada vez melhor, enquanto a metropolização se daria como “involução”.

Neste sentido, a partir da década de 1960 e principalmente na de 1970 intensificaram-se os estudos sobre os problemas sociais metropolitanos e a discussão sobre a desmetropolização ou “involução metropolitana”

---

<sup>8</sup> Para maiores detalhes sobre as políticas urbanas voltadas especificamente para as cidades médias ver o texto de Steinberger e Bruna (2001) no livro *Cidades médias brasileiras*, organizado por Andrade e Serra (2001). Outra referência é o texto de Pontes (2001) no livro *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*, organizado por Sposito (2001) a partir das reflexões realizadas durante o VI SIMURB (Simpósio Nacional de Geografia Urbana) no ano de 1999.

(SANTOS, 1994) como possibilidade de reduzir as gritantes mazelas sociais metropolitanas. Os espaços urbanos não-metropolitanos se apresentavam como uma alternativa para a população que pretendia usufruir das vantagens da urbanização livre das conseqüências negativas das deseconomias de escalas, nos dizeres de Costa (2002, p. 115) e dos inúmeros problemas decorrentes da vida na grande cidade (o desemprego, insegurança, congestionamentos e a crescente extensão dos deslocamentos casa-trabalho).

Em vista desta compreensão acerca das diferenças entre as cidades de diferentes tamanhos, um programa específico para as cidades de porte médio foi elaborado no âmbito da CNPU (Comissão Nacional de Planejamento Urbano). Tal programa tinha como objetivo fortalecer ações de planejamento inter e intra-urbanas, a partir da idéia de que tais cidades, ao expandirem sua capacidade produtiva e o mercado regional, apresentariam economias de aglomeração e reduziriam os fluxos migratórios que se dirigiam para as metrópoles (STEINBERGER e BRUNA, 2001, p.52).

Assim, as cidades que cumpriam papéis intermediários na rede urbana serviram-se dessas políticas de planejamento urbano-regional para a promoção de seu desenvolvimento econômico, atraindo fluxos migratórios e retendo a migração para as metrópoles. Por outro lado, o desenvolvimento econômico verificado nos centros urbanos intermediários não foi acompanhado de investimentos em infra-estruturas urbanas e também de políticas urbanísticas de regulação da produção do espaço urbano, acentuando na realidade não metropolitana as contradições e conflitos já existentes nas metrópoles.

Corroborando esta análise, mesmo considerando o desempenho das cidades médias no crescimento populacional e econômico entre as décadas de 1970 e 2000, não se pode perder de vista os processos sociais excludentes presentes atualmente nestes centros urbanos, como chamam a atenção Andrade e Serra (2001, p. 167):

É indubitável que o ritmo de crescimento populacional das cidades médias de 1970 resultou na formação de periferias e entornos vinculados àquelas cidades, exigindo, portanto, para maior precisão analítica, que a investigação do

desenvolvimento urbano nacional incorpore essas “novas territorialidades”.

Portanto, nessas últimas décadas, o processo de urbanização brasileira não se caracterizou tão somente pela involução metropolitana, mas também pela expansão das cidades médias (tanto em número como em tamanho). Esta transformação tornou muito relevante a discussão sobre cidades médias, por conta da dimensão que tomou os processos e problemas de ordem social, espacial, econômica e ambiental nos espaços intra-urbanos.

Assim, o processo de urbanização brasileira, a partir da segunda metade do século XX, aprofundou as desigualdades sociais nos espaços urbanos não metropolitanos em função das ações de planejamento empreendidas no país, aliando a redivisão territorial do trabalho com a falta de investimentos em infra-estrutura, serviços e de políticas urbanísticas.

## **1.2 – Cidades médias: dimensão política da leitura econômica**

A idéia de cidade média surge no campo político dos anos de 1970 na França associado às políticas territoriais de desconcentração da população e atividades implementadas pelo VI Plano de Desenvolvimento Econômico e Social e pela necessidade de um planejamento e ordenamento territorial a partir de uma rede urbana equilibrada. Ressaltava, portanto, a importância dos papéis a serem exercidos pelas cidades consideradas “médias”, conforme aponta Costa (2002, p.104).

Os estudos apresentados ao governo francês em 1974 apontavam que para a efetivação de um ordenamento territorial seria necessária a consolidação de uma rede urbana na qual as cidades médias, para exercerem papel relevante, deveriam:

- constituir centros de empregos industriais e terciários alternativos às grandes cidades para a população que migre das áreas rurais envolventes;

- oferecer alojamento e equipamentos coletivos à população que chega e reside na cidade;
- dispor de serviços públicos (educação, saúde, cultura, desporto, lazer) capazes de oferecer aos seus habitantes qualidade de vida urbana;
- possuir meios de comunicação que não assegurem apenas a sua ligação aos níveis mais elevados da hierarquia urbana, como também ao espaço rural envolvente;
- assegurar a coesão regional, no sentido de não exclusão do espaço rural envolvente.

Esta agenda política francesa teve ressonâncias no Brasil. Segundo Steinberger e Bruna (2001, p.51), no contexto das políticas de desenvolvimento urbano da década de 1970, as cidades médias foram conceituadas como:

Aquelas que, por sua posição geográfica, população, importância socioeconômica e função na hierarquia urbana da macrorregião e do país, se constituíam em centros de valores estratégicos para o desenvolvimento regional e para uma rede urbana nacional mais equilibrada em termos de política de organização territorial.

Rochefort<sup>9</sup> (1975) definiu a cidade média a partir de sua atuação central no desenvolvimento das atividades econômicas de sua hinterlândia e sugeriu, ainda, uma classificação das cidades médias brasileiras, conforme aponta Pontes (2001, p.572-577):

#### 1 - Cidades médias integradas à rede urbana

Que corresponderiam às regiões onde os impactos das metrópoles e da sua base econômica foram bem fortes, possibilitando a criação e consolidação de um sistema urbano ou de uma rede urbana, subdivididas em três tipos:

---

<sup>9</sup> Michel Rochefort foi o principal geógrafo que atendeu ao chamado das políticas de planejamento territorial e regional.

1.1 - cidades médias que recebem o impacto direto do atual crescimento industrial das metrópoles; Exemplo – São José dos Campos;

1.2 - as cidades turísticas e estâncias termais; Exemplos – Guarujá e Campos do Jordão;

1.3 - as cidades médias “complexas”; Exemplos – Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente.

2 - Cidades médias situadas à margem das redes urbanas hierarquizadas

Representadas pelas cidades que exercem papel relevante em suas regiões mas que não constituem com as metrópoles uma “rede de interação”, classificadas em quatro tipos:

2.1 - cidades médias que constituem centros terciários das zonas de agricultura tradicional; Exemplo: Caruaru.

2.2 - cidades médias que servem de ponto de apoio as atuais zonas de colonização agrícola; Exemplo: Santarém.

2.3 - cidades médias essencialmente administrativas; Exemplo: Aracaju.

2.4 - cidades médias que canalizam produtos básicos destinados à exportação; Exemplo: Macapá.

Ainda na década de 1970, Pereira (1977) desenvolveu uma tipologia das cidades médias para um melhor entendimento de suas dinâmicas. O autor baseou sua tipologia em características “visíveis” das cidades médias, que as levassem a desenvolver funções econômicas completamente diferentes dentro da hierarquia urbana nacional e, conseqüentemente, dinâmicas desiguais. A tipologia proposta por esse autor pode ser resumida da seguinte forma:

1) cidades médias metropolitanas: aquelas que fazem parte de uma área metropolitana por lei. Exemplo: Sorocaba;

2) cidades médias capitais de estados, ligadas às funções administrativas públicas. Exemplo: Rio Branco;

3) cidades médias em eixos de transporte, associadas à infra-estrutura. Exemplo: Uberlândia; e

4) cidades médias de fronteiras agrícolas, relacionadas a expansão agrícola para novas áreas do país. Exemplo: Rondonópolis

Posteriormente, outros trabalhos também foram importantes para a emergência do debate como Andrade e Lodder (1979), Amorim Filho (1984). Atualmente podemos destacar as pesquisas de Andrade e Serra (2001a) e Sposito et. al. (2002 e 2006) e Sposito (2004 e 2007). Da mesma forma, inúmeras dissertações de mestrado e teses de doutorado têm se dedicado ao assunto, o que coloca em evidência vários programas de pós-graduação em geografia que estudam a realidade urbana das cidades médias brasileiras, particularmente, os programas de Presidente Prudente, Londrina, Uberlândia, Maringá e Rio Claro.

As pesquisas desenvolvidas nestes centros vêm acumulando discussões a respeito de aspectos estruturais das cidades médias, tais como: renda fundiária urbana, redefinição do uso do solo urbano, verticalização, centro e centralidade urbana, análise dos papéis e funções desempenhados por estas cidades no contexto maior da urbanização brasileira e na consolidação da rede urbana nacional, dentre outros temas relacionados, principalmente, à Geografia Econômica da Cidade.

Esta produção geográfica recente reforça a idéia subjacente a este texto de que o espaço urbano em cidades médias apresenta uma dinâmica bastante diferenciada e diversificada que nos permite concordar com a afirmação de Sposito (2007, p.10) de que tais cidades seriam "espaços em transição". Isso pode se entendido no sentido de que no âmbito da rede urbana brasileira, ainda em consolidação, estas cidades estão fadadas, a cada dia e constantemente, a desempenhar novos papéis e novas funções, como se observa em diversos textos da referida obra<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Espaços em transição é o subtítulo do Livro "Cidades Médias: espaços em transição", organizado por Sposito (2007), o qual reflete as discussões desenvolvidas durante o II CIMDEPE (Simpósio Internacional sobre Cidades Médias) ocorrido na cidade de Uberlândia em novembro de 2006.

Da mesma forma, em conformidade com Pontes (2001, p.589), o conceito de cidades médias refere-se às ligações que as cidades estabelecem no sistema mundial e que se traduzem nas suas atividades econômicas e nos aspectos qualitativos de sua população. A autora coloca ainda a necessidade de estudar os novos papéis que vem desempenhando as cidades médias, no âmbito da rede urbana brasileira.

Ou ainda:

As cidades médias constituem nós da rede urbana e servem a sua área de influência como pontos de prestação de serviços em escala regional. Seu tamanho populacional e área de atuação variam segundo características geográficas das regiões onde estão inseridas (CASTELLO BRANCO, 2007, p.90).

As cidades médias referem-se também às mediações e interações que não estão circunscritas às dimensões e aos tamanhos das cidades apenas, mas às articulações, relações e conexões que estas cidades mantêm com cidades maiores e menores no sistema urbano regional e/ou nacional (SILVA, 2006, p.192). No contexto atual elas passaram a estabelecer "relações com outros territórios/cidades do mesmo nível hierárquico, que desenvolvem funções complementares ou similares, no espaço nacional ou internacional, articulando-se em rede, numa visão de integração num espaço mais abrangente integração à escala nacional e internacional" (COSTA, 2002, p.117).

Assim, a ênfase nas relações espaciais ou, o que podemos definir como relevância regional, nos remete à forma como as cidades médias interagem e se interrelacionam com as outras cidades da sua hinterlândia, com suas semelhantes e com as metrópoles. Conforme podemos identificar a partir dos estudos sobre as Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2003 e 2008), o critério fundamental é da inserção das cidades médias na rede urbana. As cidades médias seriam aquelas que estariam num nível cujo seu oferecimento de serviços básicos e especializados, sua atividade produtiva, sua capacidade de oferecer empregos, principalmente aqueles que necessitam maior qualificação, influenciassem o direcionamento de fluxos que deixam de ser dirigidos para as metrópoles, estabelecendo-se como centros de atração ou núcleo de rede.

Da mesma forma, o critério de relevância regional tem sido visto como comparativo, considerando-se o destaque de uma cidade no conjunto de cidades da região. Contudo, tal abordagem desconsidera que isso depende da região na qual a cidade está inserida (Pontes, 2001). Aceitando-se esse raciocínio, a distância de grandes centros metropolitanos poderia ser um dos determinantes de maior ou menor importância de uma cidade. Conforme argumenta Sposito (2001), tanto maiores poderão ser os papéis urbanos de uma cidade média, quanto mais distante estiver de outras que, pertencentes a níveis superiores da hierarquia urbana, possam oferecer mais bens e serviços à sociedade, principalmente quando se analisa a redefinição dos papéis das cidades médias a partir de diferentes processos, tais como: a concentração e a centralização econômica do capital em determinados pontos do espaço, a melhoria e a diversificação dos sistemas de transporte e telecomunicações, as formas contemporâneas de organização espacial das atividades de comércio de bens e serviços, bem como no consumo de bens e serviços especializados dos diversos setores da economia (SPOSITO et. al, 2007, p.44-47).

Assim sendo, as cidades médias seriam aquelas cidades de porte médio, distantes das áreas metropolitanas, com capacidade atrativa dos investidores em relação às cidades ao seu redor, reafirmando seu destaque regional e, ainda, aquelas cidades com potenciais próprios de geração de investimentos.

Dessa forma, dentre outros critérios para se redefinir e analisar as cidades médias na atualidade, Sposito et.al (2007) apontam para três dinâmicas relacionadas ao fator econômico e uma dinâmica social, quais sejam: a difusão da agricultura científica do agronegócio, a desconcentração da produção industrial, a difusão do comércio e serviços especializados e o aprofundamento das desigualdades socioespaciais, sendo esta última resultado do impacto seletivo e negativo das três primeiras dinâmicas.

Em vista dos estudos realizados por estes pesquisadores, concluímos que a discussão recente do tema nos remete a uma abordagem conceitual do urbano no âmbito da Geografia Econômica. Mas isto sugere a subordinação dos conteúdos políticos que envolvem a emergência do tema no planejamento urbano-regional brasileiro à alocação de recursos e à determinação das

atividades econômicas agregadas, uma vez que a referida difusão da agricultura científica do agronegócio, assim como a desconcentração da produção industrial e a difusão do comércio e serviços especializados seriam o resultado da absorção de empreendimentos em localidades potenciais (cidades médias).

Pois bem, se as desigualdades socioespaciais são resultado dessa combinação de dimensões estritamente econômicas, esses autores não estariam superestimando o papel da rede urbana e subestimando a importância das forças atuantes nos espaços intra-urbanos? Ou seja, não teriam as desigualdades socioespaciais um peso também significativo no processo que determina os diferentes graus de interação da cidade com seu espaço regional e aglomerações urbanas de hierarquia superior (Santos, 1982)?

Essas questões nos remetem a outra: qual seria a capacidade das cidades médias de se afirmarem como espaços com dinâmicas próprias, mobilizadoras de recursos e agentes locais, concentrando atores e desenvolvendo formas de regulação econômica que lhes garantam a sustentabilidade de seu processo de desenvolvimento?

Entendemos que a resposta a tais indagações estariam na capacidade de reestruturação urbana destas cidades de modo a favorecer essas potencialidades do modo mais rápido e interessante possível aos negócios emergentes, mesmo que isto implique no aprofundamento da desigualdade socioespacial, o que gera uma urbanização perversa e excludente. Trata-se de um novo fenômeno urbano porque a reprodução dessas desigualdades assume nessas cidades uma dimensão política sem precedentes, uma vez que se revela como uma cidade única, a cidade dos ricos, dos espaços luminosos e da inserção seletiva nos circuitos globalizados da economia flexível. Mas, ao mesmo tempo, tal condição favorável somente é sustentada pela existência de uma outra cidade esquecida, a cidade dos pobres, a cidade dos excluídos.

Assim, se as cidades médias são as "ilhas de prosperidade" e local de oportunidades, aqueles que não estão qualificados, que não se habilitam para se inserir naquilo que Santos (2004) define como circuito superior da

economia urbana devem ser marginalizados, segregados e excluídos social e espacialmente da cidade “idealizada”, lhes restando apenas os espaços degradantes e estigmatizados da cidade real.

Dessa forma, defendemos que na análise e compreensão das cidades médias e de sua estruturação intra-urbana é essencial considerarmos as desigualdades sociais e espaciais que estão na origem do processo de exclusão social, na perspectiva de análise de uma Geografia Política da Cidade, como nos ensina Milton Santos, conforme a epígrafe de abertura deste capítulo.

## Capítulo 2

# **INDICADORES URBANOS: entre a riqueza e a desigualdade**

*Para a pesquisa acadêmica, o Indicador Social é, pois, o ele de ligação entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados. Em uma perspectiva programática, o Indicador Social é um instrumento operacional pra monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas. Taxas de analfabetismo (...) índice de Gini, proporção de crianças matriculadas em escolas são, neste sentido, indicadores sociais, ao traduzir em cifras tangíveis e operacionais várias dimensões relevantes, específicas e dinâmicas da realidade social (JANUZZI, 2001, p15)*

As três cidades médias definidas como recorte territorial e empírico de nossa pesquisa foram escolhidas por desempenharem o papel de capitais regionais no âmbito da rede urbana brasileira, segundo a classificação definida no último trabalho Regiões de Influências das Cidades 2007 (IBGE, 2008) e, ao mesmo tempo, apresentarem características socioespaciais que as diferenciam das metrópoles. Inúmeras pesquisas corroboram a crescente importância dessas cidades na rede urbana brasileira, com destaque para o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo grupo de pesquisadores da RECIME (Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias), congregando diversos pesquisadores de diferentes Universidades do Brasil, da Argentina e do Chile e que vem desenvolvendo entre outras pesquisas, o projeto Cidades médias brasileiras: agentes econômicos, reestruturação urbana e regional, no âmbito do CNPq<sup>11</sup>.

Considerando sua estrutura urbana, os processos e as formas socioespaciais, estas cidades inserem-se na discussão a respeito das cidades médias, tratando-se de importantes centros de comércio e de prestação de serviços e abastecimento regionais que têm atraído grandes investimentos de

---

<sup>11</sup> Para maiores detalhes conferir o texto "O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica" de autoria de Sposito et.al. (2006). Dentre diversos estudos específicos sobre cidades médias apontamos, ainda, aqueles desenvolvidos por Whitacker (2003) e Vieira (2005) para São José do Rio Preto; Sposito (org. 2002) para Presidente Prudente, Soares (1995) e Bessa (2007) para Uberlândia. Reforçando, ainda, essa afirmação, as duas cidades paulistas integraram o Programa Cidades Médias nos anos de 1970, inserido na PDUR (Política Nacional de Desenvolvimento Urbano) e diversos outros textos indicam as cidades como sendo médias, tais como afirmam Amorim Filho (1984), Pontes (2001) e Soares (1999).

capitais ligados aos diversos setores da economia: financeiro, imobiliário, industrial e comércios e serviços, principalmente, além de apresentar grande potencial de investimento local.

No entanto, o avanço e a dinâmica econômica exercida pelo capital sobre as cidades médias não deixa de trazer também seus efeitos perversos. As desigualdades sociais e espaciais, que estão na origem do processo de exclusão social são elementos que têm marcado profundamente essas realidades urbanas<sup>12</sup>. Isso se manifesta particularmente na produção espacial das cidades, que se expandem e se estruturam segregando e excluindo. O resultado, espacialmente definido, é a formação de territórios da exclusão social, como veremos em capítulo posterior.

Por sua vez, estas mesmas cidades médias, tal como analisadas em Andrade e Serra (2001b), caracterizam-se por apresentarem uma renda *per capita* sempre superior às médias brasileiras, reafirmando sua condição de cidades desenvolvidas, de cidades de primeiro mundo, destacada nos discursos dos seus moradores<sup>13</sup>, principalmente através de suas elites políticas e econômicas e reforçadas pelos indicadores oficiais, como o IDH-m (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) elaborado em parceria pelo IBGE/IPEA, com base nos indicadores do IDH elaborado pela ONU, sendo reflexos de territórios de riqueza e prosperidade, como observaremos a seguir, procurando observar a “comunalidade” entre os indicadores nas diferentes cidades.

---

<sup>12</sup> Conforme mostram os trabalhos de Vieira (2002 e 2005), Guimarães et. al. (2004) e Melazzo (2006) para São José do Rio Preto; LAGHU (1997), Sposito et. al. (2000) Guimarães et. al. (2003 e 2004) para Presidente Prudente. Para o caso específico de Uberlândia não encontramos bibliografia específica acerca da temática da exclusão social.

<sup>13</sup> Esse discurso é percebido tanto nos documentos institucionais e nos sítios oficiais das Prefeituras Municipais como nas reportagens de televisão ou em revistas ou jornais impressos e também nas conversas informais que tivemos com os diversos moradores de diferentes classes sociais das três cidades, nas saídas de campo que realizamos.

## 2.1 – Os indicadores de prosperidade

A partir da década de 1980, com o desgaste do PIB *per capita*<sup>14</sup> como indicador de desenvolvimento socioeconômico de referência para os países e na busca de um indicador social capaz de sintetizar e aferir as condições de vida e o grau de desenvolvimento dos países e entre eles, a ONU desenvolveu através do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) o índice sintético denominado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Seguindo a concepção de desenvolvimento humano do PNUD, esse novo índice deveria ser suficientemente sensível para apreender o “processo dinâmico e permanente de ampliação das oportunidades dos indivíduos para a conquista crescente de bem-estar” (JANUZZI; 2001, p.120). Em função desta preocupação, os idealizadores do IDH levaram em consideração três dimensões consideradas básicas para o desenvolvimento humano, quais sejam: escolaridade da população; longevidade e o PIB *per capita*.

Dessa forma, Januzzi (2001, p.120) aponta o seguinte:

Para avaliar operacionalmente o nível e o progresso do desenvolvimento humano propôs-se o cálculo de um índice – o IDH – construído a partir da aglutinação de indicadores representativos das três dimensões básicas citadas do desenvolvimento humano e para as quais se dispõe de informações com maior regularidade nos diversos países: um indicador composto de nível educacional (computado a partir da taxa de alfabetização de adultos e da taxa de escolarização); a esperança de vida, como medida-síntese das condições de saúde e riscos à morbimortalidade; e o produto interno bruto per capita ajustado segundo técnica específica, de modo a refletir melhor a necessidade de recursos monetários para a compra de bens e serviços indispensáveis à sobrevivência material em cada país.

No Brasil, o PNUD vem procurando desenvolver a mesma metodologia do IDH, com algumas alterações, para os estados, microrregiões geográficas e municípios brasileiros, publicando periodicamente o IDH-M (Índice de

---

<sup>14</sup> Januzzi (2001) aponta para a questão de que o aumento do PIB geral ou *per capita* para os diferentes países representava somente a idéia de crescimento econômico sem, necessariamente, ocorrer uma melhoria na qualidade de vida dos seus habitantes, representando, assim, uma verdadeira noção de desenvolvimento, que consideres os indicadores econômicos e também os indicadores sociais, geográficos, políticos, culturais, etc.

Desenvolvimento Humano Municipal). Com base nesses resultados, procuramos analisar a situação das cidades estudadas, comparando seus índices com as médias nacionais e estaduais.

Assim, comparando os componentes utilizados na composição do IDH, como informações sobre educação, longevidade e renda, além de informações mais amplas em relação aos domicílios e a apresentação de outros índices complementares, propusemos analisar o perfil de riqueza e prosperidade das cidades médias aqui analisadas, bem como alguns indicadores que demonstram a desigualdade nelas presentes. Vejamos a tabela 1.

**Tabela 01**  
**Demografia**  
**2000/2007**

Município/ estado	Taxa de Urbanização (%)	População*	Taxa anual de crescimento populacional 1991-2000 (%)	Taxa crescimento urbanização 1991-2000 (%)
Presidente Prudente	97,91	202.789	1,56	1,12
São José do Rio Preto	94,08	402.770	2,83	-3,53
Uberlândia	97,56	608.369	3,66	-0,02
Minas Gerais	82,0	-----	1,49	9,53
São Paulo	93,41	-----	1,85	0,66

Fonte: IBGE/IPEA – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2004.

\* Estimativa contagem populacional (IBGE, 2007)

Na Tabela 01, apenas para exemplo de apresentação dos municípios de Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente, procuramos demonstrar a taxa de urbanização e a população (IBGE, contagem populacional 2007) dos mesmos, bem como a taxa anual de crescimento populacional entre os anos de 1991 e 2000.

Primeiramente observamos que a taxa de urbanização de todos eles são superiores às dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e do Brasil, representando uma realidade específica de todas as cidades médias.

Com relação ao contingente populacional, entendendo ser desnecessária uma comparação com a população dos estados, a disparidade

entre os municípios analisados reforça a idéia exposta no capítulo anterior de que o critério demográfico não deve ser o único e o principal a ser adotado na classificação de cidades médias. Assim, entendemos que população maior não represente dinâmicas sociais, espaciais e econômicas muito diferentes umas das outras. Esse foi, ainda, um primeiro indicador que nos levou à definição ou escolha das três cidades a serem analisadas, ou seja, cidades que, apresentando uma grande diferença na demografia, são consideradas médias. Afinal, Uberlândia possui uma população três vezes maior que o município de Presidente Prudente, enquanto que São José do Rio Preto é duas vezes mais populoso que esta.

A taxa anual de crescimento populacional reforça a dinamicidade pela qual as cidades médias são caracterizadas, com destaque maior para Uberlândia, com uma taxa muito superior (3,66%) às taxas dos estados de São Paulo (1,85%) e Minas Gerais (1,49%) e dos outros dois municípios. Atentamos, ainda para Presidente Prudente (1,56%), com uma taxa anual de crescimento populacional superior apenas à do estado de Minas Gerais, representando uma cidade menos dinâmica em relação às outras duas, resultante, principalmente, de sua posição geográfica<sup>15</sup> menos privilegiada que São José do Rio Preto e Uberlândia<sup>16</sup> e ser capital regional C (IBGE, 2008) e núcleo da segunda região menos dinâmica do estado paulista.

---

<sup>15</sup> Entende-se posição geográfica como a "localização relativa", referindo-se à "situação locacional face a aspectos externos a ela, envolvendo o conteúdo natural e social das áreas circunvizinhas. Recursos naturais, produção, demanda e acessibilidade estão entre os principais aspectos da posição geográfica" (CORRÊA, 2004, p.319). Outros autores, como Beaujeu-Garnier (1963 e 1980) e George (1983), apresentam uma discussão mais aprofundada acerca do conceito.

<sup>16</sup> Esta afirmação refere-se principalmente, na atualidade, com relação à acessibilidade relativa a estes municípios: Uberlândia localiza-se em importante entroncamento rodo-ferroviário ligando o centro-oeste e Brasília às regiões sul e sudeste do país através de cinco rodovias federais BR-050, BR-365, BR-452, BR-455 e BR-497 e pela ferrovia Centro Atlântica; possui um aeroporto administrado pela Infraero, transportando no ano de 2005 1.308.328 kg de cargas, 532.024 passageiros em 19.527 voos (INFRAERO, 2005); e conta com uma EADI (Estação Aduaneira do Interior) (SOUZA, RAMOS E FARIA, 2006, p.03). São José do Rio Preto, por sua vez, também conta com um terminal alfandegário (EADI); conecta-se com a cidade de São Paulo e porto de Santos através de rodovia estadual duplicada (auto-pista SP 310), com o sul de Minas Gerais e norte do Paraná através da SP-425 e com as regiões norte-sul através da rodovia Transbrasiliana (BR-153); é abastecida pela ferrovia Ferronorte, ligando a cidade aos estados do centro-oeste brasileiro (PETISCO, 2007, p.104) e possui um aeroporto estadual por onde circularam no ano de 2006 324.377 passageiros, 842.068 kg de cargas em 14.539 voos (DAESP, 2007). Já Presidente

Apresentamos na Tabela 02 os indicadores referentes aos dados escolares da população adulta, jovens e crianças em idade escolar.

**Tabela 02**  
**Escolaridade**  
**2000**

Município/estado país	Adultos com mais de 25 anos de idade e menos de 08 anos de estudos (%)	Analfabetos adultos com mais de 25 anos de idade (%)	Crianças de 07 a 14 anos freqüentando a escola (%)	Jovens de 15 a 17 anos freqüentando a escola (%)
Presidente Prudente	51,2	7,8	98,6	86,6
São José do Rio Preto	52,1	6,6	98,2	86,6
Uberlândia	54,2	6,5	97,3	83,9
Minas Gerais	67,9	14,8	95,9	76,0
São Paulo	56,8	7,9	96,8	82,5
Brasil	63,7	16,1	89,8	77,7

Fonte: IBGE/IPEA – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2004.

Em relação à população adulta com baixa escolaridade percebemos um percentual elevado, acima de 50%, em todos os casos, representando uma característica nacional de uma população com baixa escolaridade, com a maioria da população adulta não tendo completado sequer o ensino fundamental.

Porém, notamos que todos os municípios analisados possuem percentuais menos elevados que as taxas apresentadas pelas médias estaduais e nacional, representando portanto, melhores situações de educação na escala municipal. Isso se confirma a partir dos outros índices, principalmente pelo percentual de adultos analfabetos, com todos os

---

Prudente não tem a presença de uma Estação Aduaneira, a empresa Concessionária da ferrovia praticamente inutilizou a rede ferroviária, liga-se à capital estadual e aos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul através de rodovias estaduais de pista simples e seu aeroporto estadual transportou no ano de 2006 apenas 35.423 passageiros, 32.541 kg de cargas em 9.570 voos (DAESP, 2007).

municípios apresentando médias melhores e inferiores a metade que a média nacional, com uma população adulta analfabeta perfazendo 16,1%.

Nos outros dois índices também notamos condições melhores de acesso e frequência à escola e à educação por crianças e jovens em idade escolar nos municípios em relação às médias nacional e estaduais, reforçando a condição das cidades médias oferecerem melhores condições de vida.

Refletindo e reforçando estas mesmas características das cidades médias oferecerem condições de vida melhor e mais oportunidades que outras cidades na Tabela 03 apresentamos outros três indicadores interessantes sobre os graus de escolaridade da população adulta.

**Tabela 03**  
**Escolaridade**  
**2000**

Municípios/estados país	Média de anos de estudos adultos com mais de 25 anos de idade	Pessoas com 25 anos ou mais de idade com 12 anos ou mais de estudos (%)	Pessoas com 25 anos ou mais de idade frequentando ensino superior (%)
Presidente Prudente	7,5	17,3	2,3
São José do Rio Preto	7,3	16,3	2,1
Uberlândia	7,1	13,2	2,5
Minas Gerais	5,6	7,8	1,1
São Paulo	6,9	13,1	1,6
Brasil	5,8	9,3	1,5

Fonte: IBGE/IPEA – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2004.

Notamos, assim, que as médias de todos os municípios selecionados apresentam-se em todos os indicadores sempre melhores e superiores às médias nacional e estaduais, representando outra característica das cidades médias: centros regionais nos serviços de educação, com todas elas possuindo universidades públicas (UFU, em Uberlândia e UNESP e FATEC em São José do Rio Preto e Presidente Prudente) e privadas, facilitando o acesso da população adulta ao ensino superior de graduação e pós-graduação, refletindo também a presença de uma população adulta com maior qualificação, com os

percentuais de pessoas com mais de 25 anos de idade e mais de 12 anos de estudos superiores as 13%, com destaque para Presidente Prudente com um percentual de 17,3%.

Estes indicadores reforçam a idéia das cidades médias serem consideradas o local de residência da população do topo da pirâmide social do país, com indicadores socioeconômicos de “primeiro mundo e terra de oportunidades”. Contudo, os índices que caracterizam a vulnerabilidade da população são outros indicadores que podemos utilizar como exemplo para confirmar as melhores condições de vida nas cidades médias em relação aos estados de São Paulo e Minas Gerais como um todo e ao país em geral, como observamos abaixo, na análise da Tabela 04.

**Tabela 04**  
**Vulnerabilidade**  
**2000**

Município/estado país	Mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)*	Esperança de vida ao nascer
Presidente Prudente	11,8	73,6
São José do Rio Preto	15,7	71,3
Uberlândia	20,0	73,1
Minas Gerais	27,8	70,5
São Paulo	17,5	71,2
Brasil	30,6	68,6

Fonte: IBGE/IPEA – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2004.

\* Crianças até 1 ano de vida

Observamos na Tabela 04 índices de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer representando as condições de vulnerabilidade às quais estão sujeitas a população.

Com relação à mortalidade infantil, temos uma situação melhor nos municípios de São José do Rio Preto (15,7%) e Presidente Prudente (11,8%) em relação aos percentuais dos estados de São Paulo (17,5%) e Minas Gerais

(27,8%) e do Brasil (30,6%). Porém, Uberlândia, com um percentual de 20%, apresenta uma situação melhor apenas em relação à Minas Gerais e ao Brasil.

Contudo, como em todos os indicadores de escolaridade, os percentuais de esperança de vida ao nascer apresentam-se sempre superiores às médias estaduais e nacionais, reforçando, novamente, a possibilidade das cidades médias se tornarem referência como locais de prosperidade e qualidade de vida, conforme divulgam os meios de comunicação, principalmente os locais, e as propagandas e o marketing institucionais.

Na seqüência, na tabela 05, analisamos os indicadores referentes às condições da habitação, num total de 09 temas, que refletem a boa infraestrutura em saneamento básico existente nas cidades médias, além da inexistência de domicílios subnormais e a presença de diversos bens de consumo existente nas residências.

**Tabela 05**  
**Habitação\* (%)**  
**2000**

Município estado país	Banheiro e água encanada	Energia elétrica	Coleta lixo**	geladeira	TV	Tele fone	Computador	Domicílios subnormais	Domicílios +2 pessoas dormitório
Presidente Prudente	97,5	99,8	98,8	98,3	96,7	77,0	17,9	0	10,2
São José do Rio Preto	98,2	99,9	99,7	98,8	97,2	71,1	19,2	0	11,7
Uberlândia	98,6	99,6	99,5	95,8	95,8	63,6	15,3	0	10,1
Minas Gerais	89,5	95,6	92,2	83,6	88,5	40,3	9,2	2,9	13,1
São Paulo	96,6	99,7	98,8	96,8	95,8	56,3	18,0	5,6	24,8
Brasil	77,0	93,5	91,2	81,9	86,0	37,4	10,3	3,8	21,5

Fonte: IBGE/IPEA – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2004.

\* Percentual de pessoas que vivem em domicílios que possuem:

\*\* Apenas domicílios urbanos

Numa análise sucinta da tabela confirmamos novamente o que vem ocorrendo com todos os indicadores abordados na análise do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: as cidades médias analisadas apresentam, na quase totalidade dos indicadores e temas, índices e

percentuais que revelam melhores condições de vida em relação ao Brasil e aos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Notamos um elevado percentual (próximo dos 100%) nos três municípios e no estado de São Paulo nos indicadores referentes ao saneamento (banheiro e água encanada e coleta de lixo), bem como acesso à energia elétrica, revelando uma melhor situação que a média nacional, principalmente na questão de domicílios com banheiro e água encanada, cujo percentual no Brasil atinge apenas 77,0% da população. O estado de Minas Gerais, apesar de apresentar percentuais inferiores aos três municípios, principalmente nos domicílios com banheiro e água encanada (89,5%), encontra-se sempre em melhor situação do que às médias do Brasil.

O mesmo ocorre no percentual da população em domicílios com a presença de eletrodomésticos, como geladeira e televisão, com o estado paulista e os municípios apresentando índices superiores a 95,0%, ao contrário do percentual nacional, que apresenta uma média de 81,9% da população em domicílios com geladeira e 86,0% com televisão. Observamos, ainda, nesses dois indicadores, uma pequena vantagem de São José do Rio Preto (98,8% e 97,2%) e Presidente Prudente (98,3% e 96,7%) em relação ao município de Uberlândia (95,8% nos dois indicadores).

Já o percentual da população moradora em domicílios com telefone é bem menor que o percentual dos outros eletrodomésticos, mas apresenta, também, uma grande disparidade entre a média nacional e do estado de Minas Gerais e os municípios analisados e a média do estado de São Paulo. Neste caso, os índices com relação ao acesso ao telefone são iguais ou superiores a 56,3% (71,1% para São José do Rio Preto, 77,0% para Presidente Prudente e 63,6% para Uberlândia) enquanto que a média nacional não ultrapassa os 37,4% e a de Minas Gerais atinge o percentual de 40,3%.

Com relação ao percentual da população residente em domicílios com a presença de computadores, temos níveis ainda muito baixos, demonstrando que este bem de consumo ainda não se popularizou no país<sup>17</sup> e é de acesso

---

<sup>17</sup> Atualmente, com a redução de impostos promovida pelo Governo Federal, ocorreu uma redução nos preços de computadores e periféricos, tornando a compra deste bem

restrito a um percentual muito pequeno da população em geral, com a média nacional atingindo apenas 10,27% da população. Destaca-se o grande percentual do município de São José do Rio Preto, com 19,2% da população residindo em moradias com acesso ao computador, representando o maior percentual entre todas as realidades analisadas, seguido de Presidente Prudente, com 17,9%, Uberlândia (15,3%). Neste último caso, mesmo que ocupando o último lugar entre as cidades estudadas, sua situação é bem superior a média do estado de Minas Gerais, com apenas 9,2%.

Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Uberlândia destacam-se em relação aos domicílios subnormais ou improvisados, com 0% da população residindo neste tipo de habitação, refletindo a inexistência deste tipo de residência durante a realização da pesquisa (Censo Demográfico, IBGE, 2000)<sup>18</sup>. Já na outra ponta da tabela, o estado de Minas Gerais com 2,85% e o Brasil, cuja média é de 3,81%, apresentam percentuais menores que o estado de São Paulo, com uma média superior à 5,5% da população residindo em domicílios improvisados.

Ou seja, este indicador revela que nas cidades médias o Poder Público Municipal tem papel preponderante na tentativa de solucionar, minimizar ou mesmo escamotear<sup>19</sup> os problemas oriundos do déficit habitacional, conforme observamos em Hora (1997) e Silva (2005), para Presidente Prudente, Prefeitura Municipal (1989 e 2001) para São José do Rio Preto e Mota (2001) e Reis (2003) para Uberlândia.

---

de consumo mais acessível à população, no entanto boa parte da população ainda não os possuem em sua residência.

<sup>18</sup> Em pesquisa de campo, nos anos de 2008/2009, constatamos, pontualmente, em pequenas áreas, a existência de habitações subnormais nas cidades de Uberlândia São José do Rio Preto e Presidente Prudente, situadas em regiões da cidade praticamente inacessíveis e “desconhecidas” para os visitantes e os próprios moradores das referidas cidades, ou seja, nas cidades médias a pobreza torna-se “invisível”.

<sup>19</sup> A partir da bibliografia mencionada, entendemos que a atuação do Poder Público Municipal na dotação de moradias no processo de remoção dos aglomerados subnormais (IBGE, 2000), comumente classificadas como favelas, bem como em outras políticas habitacionais para a população de baixa renda, acaba por reforçar ainda mais as desigualdades socioespaciais e, conseqüentemente, acirrando o processo de exclusão social, principalmente, na localização destes empreendimentos, explicitando sua relação intrínseca com o mercado imobiliário, conforme abordaremos adiante.

As mesmas características do percentual da população em domicílios subnormais ocorrem com o percentual da população residente em domicílios com mais de duas pessoas por dormitório, com o estado de São Paulo com o pior índice (24,8% da população), seguido da média nacional (21,5%) e de Minas Gerais (13,1%). E os melhores percentuais são atingidos por Uberlândia (10,1%), Presidente Prudente (10,2%) e São José do Rio Preto (11,7%).

Portanto, os baixos percentuais para as três cidades médias revelam a presença de famílias pouco numerosas ou cujo número de pessoas dependente de um único chefe de família é baixo, representando, assim, uma melhor condição de vida para a grande maioria dos habitantes destas cidades.

A seguir, nas tabelas 06 e 07, destacaremos os indicadores referentes à renda *per capita* dos municípios analisados, sempre superiores às médias estaduais e nacional, e alguns indicadores que revelam algumas desigualdades de renda.

#### **Tabela 06**

#### **Renda**

#### **2000**

Município/ estado país	renda média <i>per capita</i> *	Pobres (%)**	Indigen-tes (%)**	40% mais pobres (% renda total)	10% mais ricos (% renda total)	gini
Presidente Prudente	370/483	12,0	4,2	9,1	63,8	0,59
São José do Rio Preto	419/512	8,1	3,0	10,2	60,5	0,56
Uberlândia	306/389	12,8	3,9	10,2	45,8	0,56
Minas Gerais	194/277	29,8	12,6	8,0	50,6	0,62
São Paulo	383/443	14,4	5,9	8,7	63,5	0,59
Brasil	230/297	32,8	16,3	6,4	52,4	0,65

Fonte: IBGE/IPEA – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2004.

\* A renda refere-se aos anos de 1991 e 2000.

\*\*Apenas pessoas residentes em domicílios particulares permanentes

## Tabela 07

### Renda

#### 2000

Município estado país	Renda <i>per capita</i> média dos 20% mais pobres (R\$)	Renda <i>per capita</i> média dos 10% mais ricos (R\$)	peças com mais de 50% da sua renda proveniente de transferências governamentais (%)	crianças em domicílios com renda <i>per capita</i> menor que R\$37,75 (%)	peças com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$37,75 <sup>20</sup> (%)
Presidente Prudente	66,54	2.344,16	10,6	7,1	4,5
São José do Rio Preto	83,45	2.272,37	10,5	4,6	2,9
Uberlândia	61,17	1.783,78	7,8	6,2	3,9
Minas Gerais	30,09	1.398,20	13,9	20,5	12,6
São Paulo	54,83	2.107,56	10,2	9,5	5,9
Brasil	22,23	1.556,24	13,2	25,2	16,3

Fonte: IBGE/IPEA – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2004.

\* Apenas pessoas residentes em domicílios particulares permanentes

Primeiramente, na tabela 06 destacamos uma elevação da renda média *per capita* significativa em todos os municípios entre os anos de 1991 e 2000. Isto ocorreu em maior destaque para o estado de Minas Gerais, com um aumento da renda de aproximadamente 43% no período e o estado de São Paulo apresentando o menor crescimento, de apenas 15%.

Percebemos ainda que os municípios de São José do Rio Preto, com aumento da renda de 22% e Uberlândia 27% de aumento, apresentaram crescimento da renda média *per capita* menores que o Brasil, que atingiu um crescimento de aproximadamente 29% no período. Já o município de Presidente Prudente teve um incremento na renda média *per capita* um pouco superior ao Brasil, com 30% de aumento.

No entanto, os três municípios analisados se encontram com a renda média *per capita* muito superior às médias nacional (de apenas R\$297,00) e do estado de Minas Gerais (a menor renda média *per capita*, com apenas R\$277,00), destacando-se São José do Rio Preto, com a maior renda média (R\$512,00).

<sup>20</sup> R\$37,75 representava 25% do valor do salário-mínimo no ano de 2000.

Portanto, mesmo com um crescimento da renda menor no período, as três cidades médias analisadas apresentam renda média sempre superior às outras realidades, reforçando a definição de “ilhas de prosperidade”.

No entanto, nestas “ilhas de prosperidade” nem todos os habitantes são beneficiados, pois há a presença de pobres e indigentes, mas com uma nítida diferença entre os indicadores de Uberlândia (com 12,8% de pobres e 3,9% de indigentes), São José do Rio Preto (com apenas 8,1% de pobres e 3,0% de indigentes) e Presidente Prudente (12,0% de pobres e 4,2% de indigentes) em relação aos estados de São Paulo (14,4% de pobres e 5,9% de indigentes) e Minas Gerais (29,8% de pobres e 12,6% de indigentes) e ao Brasil (32,8 % de pobres e 16,3% de indigentes), com maior destaque para São José do Rio Preto.

Apesar dos percentuais de pobres e indigentes relativamente baixos para Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente, se considerarmos os mesmos percentuais de pobres e indigentes para o ano de 2007 – última contagem populacional – teríamos em Uberlândia um total de 101.597 pessoas pobres ou indigentes (16,7% da população total); em São José do Rio Preto 44.707 pobres ou indigentes (11,1% do total de habitantes); e em Presidente Prudente 32.851 pobres ou indigentes (16,2% dos moradores)<sup>21</sup>.

Dessa forma, podemos revelar as contradições existentes por trás das afirmações de que as cidades médias são sinônimas apenas das boas condições e melhor qualidade de vida, tornando invisível a pobreza, banalizando as desigualdades sociais nelas existentes, promovendo e acirrando a exclusão social, conforme vimos defendendo nesta tese.

São José do Rio Preto se destaca juntamente com Uberlândia em relação ao percentual da renda total obtida pelos 40% mais pobres da população, com índice igual da 10,2%, superior à Presidente Prudente (9,1%) e dos estados de São Paulo (8,7%) e Minas Gerais (8,0%) e Brasil (6,4%). Estes dados revelam que nas cidades médias a população mais pobre tem

---

<sup>21</sup> Devemos ressaltar, aqui, que o percentual de pobres e indigentes se referem apenas aos habitantes da cidade e a população total disponibilizada pelo IBGE (2008) representa os moradores das zonas urbanas e rurais dos municípios.

uma renda *per capita* superior às médias dos estados e do Brasil, conforme constatamos na tabela 07. Isto porque quando observamos que a renda dos 20% mais pobres no ano 2000, verificamos que era de R\$ 83,45 em São José do Rio Preto, R\$ 66,54 em Presidente Prudente e R\$ 61,17 em Uberlândia, enquanto que nos estados de São Paulo, Minas Gerais e no Brasil os valores, muito inferiores, eram de R\$54,83, R\$30,09 e R\$22,23, respectivamente.

Outro dado relevante na atualidade são os repasses de recursos diretos do Estado para a população de baixa renda, quando observamos na tabela 07 o percentual de pessoas que possuem mais de 50% da sua renda mensal oriunda do repasses de verbas estatais. As três cidades analisadas possuem percentuais melhores que a média nacional (13,4%), com destaque maior para Uberlândia que, com percentual de apenas 7,8%, apresenta a melhor condição entre todas as realidades, sendo que São José do Rio Preto (10,5%) e Presidente Prudente (10,6%) apresentam-se com indicador inferior à média do estado no qual se inserem (10,2%). E, no limite inferior, encontramos o estado de Minas Gerais, com 13,9% da população sobrevivendo com mais de 50% de sua verba oriunda do Estado.

Já nos dois últimos indicadores da tabela 07 (percentual de crianças em domicílios com renda *per capita* menor que R\$37,75 e percentual de pessoas com renda *per capita* abaixo de R\$37,75), representando precariedade e vulnerabilidade das condições de vida de pessoas e crianças pobres, as três cidades médias apresentam melhores indicadores do que os dois estados (São Paulo com 9,5% e 5,9% e Minas Gerais com 20,5% e 12,6%) e o país (com 25,2% e 16,3%), destacando-se São José do Rio Preto, com melhor indicador nas duas variáveis (4,6% e 2,9%), seguido de Uberlândia (6,2 % e 3,9%) e Presidente Prudente (7,1% e 4,2%).

Por sua vez, a análise da renda auferida pelos 10% mais ricos da população (tabela 07) nos faz lembrar do local das cidades médias como residência da população do topo da pirâmide social. Notamos que em Presidente Prudente essa parcela da população apresenta a maior renda *per capita* (R\$ 2.344,16), superando as outras duas cidades médias analisadas, sendo que o índice de Uberlândia (R\$1.783,78) é inferior à renda auferida pelos 10% mais ricos do estado de São Paulo (R\$2.107,56).

Essa renda maior obtida pelos 10% mais ricos da população em Presidente Prudente reflete-se, também, na maior concentração de renda pela mesma parcela da população, com o município apresentando o maior índice (63,8%), sendo seguida de perto pelo estado de São Paulo (63,5%). Interessante destacar que o percentual obtido por Uberlândia (45,8%), é menor que os percentuais de São José do Rio Preto (60,5%), Minas Gerais (50,6%) e Brasil (52,4%) conforme constatamos na análise da tabela 06.

No entanto, quando analisamos na tabela 06 um dos indicadores que representam a concentração de renda, o índice de Gini, verificamos que estamos tratando de realidades urbanas situadas em unidades da federação com índices inferiores ao do país (0,65) e estas, por sua vez, apresentam índices ainda menores quando comparados com de seus estados. Estes indicadores poderiam nos levar a concluir que as condições sociais, em geral, são menos perversas do que em outras regiões, unidades federadas ou municípios com concentração de renda mais acentuada. Assim como nos indicadores apresentados nas tabelas anteriores, os resultados refletem, na quase totalidade deles, realidades e condições de vida melhor nas cidades médias em relação às diferentes situações dos estados de São Paulo e de Minas Gerais e do Brasil.

Enfim, ao analisarmos na tabela 08 uma síntese final do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, com os dados do IDH-m e de seus indicadores componentes para cada um dos municípios, também confirmamos aquilo que vínhamos constatando durante a análise dos outros indicadores, ou seja, Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente possuem percentuais médios superiores e/ou melhores que os apresentados pela realidade dos estados nos quais se inserem, em particular, e da realidade brasileira em geral. Os três municípios e o estado de São Paulo apresentam IDH-m superior ao índice sintético de 0,8, sendo, portanto, classificados pela ONU como localidades com alto desenvolvimento humano, enquanto que os índices atingidos por Minas Gerais (0,773) e pela média nacional (0,766) são considerados como médio desenvolvimento humano.

A educação apresenta-se como variável melhor avaliada no geral, com índice superior a 0,9, exceto para o país, com índice igual a 0,849, e Minas

Gerais (0,850) seguidas pelas variáveis relativas à renda e longevidade recebendo o menor índice.

Assim, como classificação final dos municípios a partir do IDH-m desenvolvido pelo IBGE/IPEA, na elaboração do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, temos a seguinte classificação: Presidente Prudente (IDH-m igual a 0,846 e 43ª posição nacional), São José do Rio Preto (IDH-m igual a 0,834 e 95ª posição) e Uberlândia (IDH-m igual a 0,830 e posição 130ª). Índices, estes, portanto, melhores que os índices dos estados de São Paulo (0,820), Minas Gerais (0,773) e do Brasil (0,766).

**Tabela 08**  
**Índice de desenvolvimento humano**  
**2000**

Município estado país	IDHm	Educação	Renda	Longevidade	Posição no Estado de SP ou MG / e no Brasil
Presidente Prudente	0,846	0,924	0,804	0,81	14/43
São José do Rio Preto	0,834	0,916	0,814	0,772	25/95
Uberlândia	0,830	0,920	0,768	0,802	7/130
Minas Gerais	0,773	0,850	0,759	0,711	9
São Paulo	0,820	0,901	0,790	0,770	3
Brasil	0,766	0,849	0,723	0,727	----

Fonte: IBGE/IPEA – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2004.

Apesar destas características apresentadas nas tabelas anteriores e a síntese final na tabela 08, demonstrando situações ou melhores condições de vida nas cidades médias em relação aos estados e ao país, devemos ressaltar que a construção do IDH trata-se de um índice sintético, com a aglutinação de três indicadores relacionados às áreas de saúde, educação e renda. Apresenta, portanto, uma suposta capacidade de síntese de analisar e avaliar as situações de bem-estar, condições e/ou qualidade de vida ou nível socioeconômico de diversos grupos sociais em diferentes escalas espaciais (JANUZZI, 2001). O mesmo autor, no entanto, aponta que:

contudo, vale acrescentar que esta operação de sintetização da informação social costuma incorrer em perda crescente da proximidade entre conceito e medida de transparência para seus potenciais usuários. (JANUZZI, 2001, p.22)

Outra questão que deve novamente ser explicitada é que na metodologia implementada na elaboração do IDH, são considerados apenas indicadores que representam as médias municipais, estaduais ou nacionais e, como sabemos, indicadores sociais que levem em conta as médias das variáveis não dão conta de revelar as relações de exclusão com inclusão espacial e social (SPOSATI, 2001, p.50), uma vez que os intervalos entre os dados das camadas mais pobres e mais ricas da população residente nos municípios são muito díspares.

No entanto, estas críticas e ressalvas

[...] não invalidam o uso do IDH como medida-síntese de bem-estar, mas servem para apontar suas limitações e falta de especificidade para retratar avanços e retrocessos de certas políticas sociais. Na realidade, ademais da compilação das estatísticas e análises trazidas juntamente com as estimativas do IDH, sua divulgação pela imprensa cria a oportunidade de retomar periodicamente, nos círculos diplomáticos, políticos e acadêmicos, a temática da pobreza, da exclusão e da desigualdade [...] (JANUZZI, 2002, p.69)

Ainda no sentido da relevância e da importância apresentada pelo IDH, apesar de suas ressalvas,

é possível que a metodologia do IDH municipal, mais elaborada e, ao mesmo tempo mais desagregada espacialmente, apresente indicativos mais condizentes com as realidades vividas pelos diferentes municípios brasileiros (KOGA, 2003, p.99).

Afinal, como vimos anteriormente, as desigualdades socioespaciais intra-urbana são uma característica intrínseca à cidade capitalista, e nas cidades brasileiras, em particular, ela é generalizada.

A partir disso, portanto, um novo desafio na construção dos indicadores socioespaciais se apresenta: a elaboração de um sistema de indicadores sociais que nos permita compreender as dinâmicas das desigualdades sociais e espaciais que se banalizam, promovendo e acentuando o processo de exclusão social nas cidades médias brasileiras, a partir da desagregação territorial do espaço intra-urbano. Ou seja, são necessários indicadores ou "*medidas que partem das diferenças e desigualdades das cidades para compreender a sua totalidade*" (KOGA, 2003, p.81) e ainda, nos permitam realizar uma comparabilidade entre as três cidades selecionadas, identificando a existência ou não de padrões e as especificidades da desigualdade socioespacial entre elas e em cada uma delas.

Dessa forma, posteriormente, procuraremos apresentar uma discussão mais aprofundada acerca da elaboração e análise de um sistema de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana para cidades médias que nos permita desvendar e retratar as dinâmicas espaciais do processo de exclusão social, pois são nos diferentes territórios intra-urbanos que a vida é celebrada e também onde os conflitos se acirram e onde podem surgir as possibilidades de transformação e mudanças.

Porém, entendemos que os indicadores não representam apenas números, dados ou informações da realidade, eles servem, principalmente, de subsídios para a compreensão de conceitos intelectualmente elaborados e para a compreensão de processos empíricos, como a exclusão social, por exemplo.

Por isso, primeiramente, no capítulo 3 iremos esclarecer nosso entendimento acerca da dimensão política que encerra o conceito de exclusão social – a partir de uma aprofundada revisão bibliográfica – o qual entendemos ser reflexo da banalização e do acirramento das desigualdades sociais e espaciais nas cidades médias analisadas neste trabalho. Posteriormente, no capítulo 4, apresentaremos a discussão acerca do sistema de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana desenvolvido para as três cidades estudadas.

Capítulo 3

## **EXCLUSÃO SOCIAL:**

**para além da pobreza e da  
desigualdade**

*O conceito de exclusão social tem uma razão teórica, mas, sobretudo, ética e política: é ele que nos interpela sobre a natureza da polis que estamos construindo. (VERAS, 1999, p.38)*

### **3.1 – Porque exclusão social**

Diante do acirramento das desigualdades sociais e espaciais e das novas características da pobreza nos dias atuais e que se apresentam de forma mais nítida nas cidades, os pesquisadores das ciências sociais, procurando dar conta de explicar essa nova realidade, buscam elaborar novos e vários conceitos na perspectiva intelectual de compreender os diferentes fenômenos e/ou processos sociais e espaciais. Dentre estes conceitos poderíamos destacar a segregação socioespacial, um conceito já consolidado na geografia urbana, e a exclusão social, conceito elaborado mais recentemente.

Entendemos que ambos os conceitos procuram explicar as velhas e as novas desigualdades e/ou as diferenciações socioespaciais intrínsecas aos espaços da cidade<sup>22</sup>. Notamos, porém, que há uma diferença escalar entre os dois processos explicitados pelos conceitos, principalmente nas suas causas e no seu enfrentamento: ambos são resultados inerentes das desigualdades da produção capitalista do espaço (SMITH, 1988 e HARVEY, 2006) em geral, e do espaço urbano em particular (GOTTIDIENER, 1993), contudo, mudanças estruturais locais teriam um grau de influência maior no processo de segregação socioespacial do que no processo de exclusão social, que também sofreria impactos, porém, menos significativos. No entanto, isso não quer dizer que mudanças estruturais em escala maior não interfiram na reconfiguração de ambos os processos.

Os conceitos/processos apresentam, ainda, outra distinção em relação à dimensão espacial, pois, a segregação socioespacial tem, necessariamente,

---

<sup>22</sup> O conceito de segregação socioespacial sempre foi abordado na análise da escala intra-urbana, no entanto, ROMA (2008), ao analisar duas cidades pequenas, apresenta uma interessante discussão acerca da existência do processo de segregação socioespacial na escala interurbana e não apenas na escala da cidade, argumentando que sendo a segregação socioespacial fruto das contradições sociais presentes no processo de urbanização, porque, restringi-la apenas aos espaços da cidade, sendo que, o processo de urbanização transcende os limites da cidade.

a questão espacial intrínseca na sua configuração e estruturação, ou seja, a segregação se materializa no espaço. Ela se configura espacialmente e é influenciada diretamente pelo espaço, pois tanto o morador de um condomínio fechado como o morador de um loteamento popular ou de uma favela se reconhecem e se identificam como diferentes, porém, nem sempre, espacialmente.

Por outro lado, o processo de exclusão social também recebe influências diretas do espaço, também se territorializa e são criados os territórios da exclusão social, onde há o reconhecimento e o sentimento de pertencimento por aquele espaço. Contudo, há a dimensão não espacializada da exclusão, ou seja, os excluídos sem espaço, sem lugar, no qual o processo atinge apenas as pessoas ou grupos sociais, que não se reconhecem e não tem o sentimento de pertencimento a espaço algum, como podemos identificar nos moradores de rua (FURINI, 2003) ou nos assentamentos de refugiados de guerras (HAESBAERT, 2004).

Portanto, entendemos que enquanto o conceito de segregação socioespacial seja eminentemente geográfico, pois associa diretamente espaço e sociedade, interagindo e complementando-se mutuamente, porque espaços e pessoas ou grupos sociais são segregadas, o conceito de exclusão social, apesar de englobar o espaço, tem este mais como reflexo das condições de exclusão de pessoas ou grupos. Ou seja, a influência espacial na exclusão se configura como essencial, porém não fundamental ou determinante do processo. Por isso, a exclusão é social, pois ela se refere muito mais às pessoas ou grupos sociais do que ao espaço propriamente dito, portanto não podemos defini-la como socioespacial.

Isso tudo reforça a questão apontada anteriormente sobre a diferenciação escalar nas origens e nas formas de enfrentamento dos processos de segregação socioespacial (maior impacto da dimensão local) e de exclusão social (maior influência dos processos globais, conforme afirma Lozano [2004]<sup>23</sup>).

---

<sup>23</sup> Segundo o autor *"los procesos que abocan en la situación categorizada como 'de exclusión' dan siempre en el territorio, en los entornos – en este caso urbanos –*

Assim, podemos considerar que a segregação socioespacial pode se configurar como a dimensão espacial da exclusão social e que, portanto, deve ser inserido no debate geográfico, como observamos nos trabalhos de Haesbaert (2004), Carvalho (2003), Guimarães et.al. (2002) e nas produções científicas do CEMESPP (Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas) (2003, 2004).

Portanto, entende-se que a compreensão da segregação socioespacial como a separação espacial na cidade da população por diferentes classes sociais, por renda, cultura, política e/ou étnica, leva uma parcela significativa da população à perda gradativa de seus direitos e à privação de condições mínimas de vida ou discriminação e estigmatização. Isso nos permite considerar que a segregação socioespacial é um processo indutor ou uma condição espacial do processo de exclusão social.

Assim, o reconhecimento e a interação entre as diferenças e os diferentes, que se rompe na produção espacial da segregação, encontra-se na origem de questões como a exclusão social nas cidades médias, pois a produção do espaço urbano não é um processo natural, mas é resultado inerente das contradições das relações sociais, das lutas de classe no modo de produção capitalista, refletidas e expressas na organização e estruturação do espaço intra-urbano.

Dessa forma, entendemos que a discussão coletiva acerca da construção do conceito de exclusão social desenvolvida pelo CEMESPP – e da qual esta pesquisa faz parte – permite-nos revelar as especificidades da banalização das desigualdades socioespaciais no espaço intra-urbano das cidades médias, que consideradas como “ilhas de prosperidade” ou cidades das oportunidades, da inclusão e de boas condições de vida, acabam por mascarar os processos excludentes.

Isso nos permite correlacionar as dimensões econômicas e políticas que encerram os conceitos de cidades médias e exclusão social e possibilita a

---

*donde desarrollan sus vidas los ciudadanos y las ciudadanas, aunque buena parte de las causas haya que buscarlas en otros espacios, en otras instancias, geográficas y estructurales: el sistema socioeconómico y su nuevo modelo de desarrollo al que llamamos 'globalización'" (LOZANO, 2004, p.15).*

interface entre a Geografia Econômica e a Geografia Política da cidade, conforme apresentamos no título desta tese.

### **3.2 – A trajetória do conceito**

Nas sociedades atuais as formas de dominação, opressão e exploração ganharam tal força que as desigualdades sociais passaram a ter *status* de diferenças sociais naturais ou banais. Desse modo, as situações que contextualizam as desigualdades sociais tendem a ser analisadas a partir do lado atingido negativamente e não do lado dominante, opressor ou explorador.

O conceito de exclusão social, ao permitir identificar os processos que envolvem os impactos negativos das desigualdades sociais, pode ser também o elemento que possibilite conhecer as matrizes excludentes e como estas são reproduzidas, culminando com diversos graus de pobreza, conferindo novas possibilidades de abordagem. Permite, ainda, qualificar não apenas um olhar a respeito da realidade das desigualdades sociais, mas também e fundamentalmente a mobilização para a ação, seja ela estatal ou social, conforme aponta Melazzo (2006, p.77).

Entendemos, portanto, que as abordagens relativas ao conceito de exclusão social permitem-nos acessar patamares analíticos até então não vislumbrados com tal acuidade pelos conceitos de desigualdade social e pobreza, ou seja:

Tomar a exclusão social como eixo articulador das diversas questões decorrentes das desigualdades sociais é reconhecer a íntima imbricação das precárias condições de vida de amplos segmentos sociais. Já não é mais possível compreender ou tentar discutir isoladamente qualquer problema social, principalmente quando o que está em questão são os limites da sociedade contemporânea, especialmente quando observamos os complexos processos sociais na sociedade brasileira. (CARVALHO, 2003)

O debate acerca da temática exclusão social é recente, embora os processos por ela delimitado não o sejam. Entretanto, atualmente, tem sido objeto de discussão, o que justifica a demanda pela formulação de um conceito de exclusão social, por diversas áreas do conhecimento.

Para Burchardt (2000), o conceito de exclusão social foi originalmente pensado nos anos 70 pela via pragmática, como referência aos excluídos – aqueles que escapavam às redes de proteção social controladas pelo Poder Público na Europa.

Castel (1998) afirma que a exclusão social foi considerada o mais extremo ponto do processo de marginalização, que se traduz no processo de ruptura do relacionamento entre indivíduo e sociedade, gerando uma compreensão ampla da exclusão social como processo multidimensional e multifacetado.

Na literatura internacional, Levitas (2000), Burchardt (2000) e Costa (1998) afirmam que a exclusão social foi primeiramente adotada pelo discurso e pela agenda das políticas públicas sociais, passando a ter relevância acadêmica quando sua popularidade, principalmente pela mídia, acaba demandando seu entendimento e conceitualização, conforme aponta Lozano (2004, p.19-20) ao analisar que as ciências sociais se preocupam em definir a exclusão social quando:

la realidad de la exclusión existe cuando tanto se habla de ella, cuanto tanto dinero se gasta para luchar contra ella, cuantas tantas administraciones y entidades se ocupan de ella, cuando tanta gente interviene em ella y vive, a veces precariamente, de ella.

Na análise da bibliografia encontramos duas principais vertentes de leitura acerca do conceito de exclusão social: a literatura francesa e a literatura britânica.

Nesta tese de doutorado acreditamos que o debate acerca das concepções sobre exclusão social seja relevante, especialmente quando levado em conta que políticas públicas vêm sendo formuladas a partir do que se

entende por exclusão social. Além disso, uma série de mobilizações políticas e sociais está em curso ao redor do que o termo exclusão social evoca. Por mais problemático que isso seja, o esforço de conceituação não deve, portanto, ser abandonado. Pelo contrário, merece cada vez mais atenção, na medida que a banalização das desigualdades inibe movimentos de reversão da realidade, principalmente nas cidades médias.

É interessante observar, como vimos no caso da trajetória do conceito de *cidades médias* (capítulo um), que o debate acadêmico acerca do conceito de *exclusão social* desenvolveu-se posteriormente à consolidação do tema como importante agenda da política pública de planejamento urbano. Ambos os casos têm sido alvo de severas críticas e objeções, sobretudo dos pesquisadores sob influência do pensamento marxista, como Castells (2000) e Lefèbvre (1969) para a abordagem de planejamento urbano que embasa o conceito de *cidades médias* e de Martins (1999) para as políticas públicas sustentadas pela idéia de *exclusão social*.

De acordo com Wanderley (2001), tem sido atribuída a René Lenoir a invenção da noção de exclusão. Segundo a autora, Lenoir passou a entender a exclusão "*não mais como um fenômeno de ordem individual mas social, cuja origem deveria ser buscada nos princípios mesmos do funcionamento das sociedades modernas*" (WANDERLEY, 2001, P. 16).

Segundo o autor, as causas da exclusão seriam: o rápido e desordenado processo de urbanização<sup>24</sup>; a uniformização do sistema escolar; o desenraizamento causado pela mobilidade profissional; a desigualdade de renda e de acesso aos serviços essenciais. Logo, seriam origens socioeconômicas que estariam por trás do processo de exclusão social.

Nascimento (2000) destaca que na década de 1980 foi gerada a base do conceito de exclusão social e que em 1992 ela chega ao Brasil, como categoria analítica importada da França. Ele também reflete sobre a relação entre desigualdade social e exclusão social:

---

<sup>24</sup> Santos (1980) já apontava que nos países subdesenvolvidos ocorria uma urbanização demográfica, geradora de pobreza nas cidades, com indicadores de desenvolvimento muito baixo.

No mundo, e no Brasil, o novo movimento da internacionalização da economia, associado à hegemonia liberal, produziu um aumento considerável das desigualdades sociais. A questão da justiça social tornou-se o centro dos debates internacionais e nacionais. Perguntamo-nos se o crescimento da desigualdade – produzindo o fenômeno da exclusão – não irá criar rupturas sociais significativas, extinguindo o sonho de uma sociedade democrática e justa, que marcou o nascedouro da sociedade moderna no Ocidente. (NASCIMENTO; 2000, p. 57).

Dessa forma, o autor revela sua concepção acerca da origem do conceito de exclusão social: econômica e ideológica. De acordo com tal ponto de vista, percebemos que exclusão social é tanto produto como produtora da destituição de bens materiais e simbólicos e, ainda, que a origem representacional da exclusão se dá no momento em que o chamado *destituído* não é tido como eixo norteador de políticas sociais e sim é deixado de lado, sendo seu lugar e ação preenchidos com *rótulos* negativos. Desta forma, destacamos a idéia de que é no processo de internacionalização da economia juntamente com as bases ideológicas que a amparam que se emerge uma nova face da exclusão social.

É importante reiterar que a emergência do debate em torno da exclusão social surge num momento de falência do Estado de Bem-Estar Social das sociedades capitalistas européias. E, posteriormente, desenvolveu-se na América Latina e, sobretudo no Brasil, com a exacerbação dos problemas urbanos das metrópoles nos anos de 1970 e com o aprofundamento da crise econômica dos anos de 1980, promovendo o aumento das desigualdades sociais e da pobreza.

Portanto, o conceito de exclusão social somente pode ser construído a partir do reconhecimento da construção histórica de uma sociedade que delimitou, através de mecanismos sociais e, mais especificamente, econômicos, culturais, de gênero, étnicos, etc. uma estrutura social específica, onde se encontram demarcadas as posições sociais, as distâncias e diferenças entre cada grupo, segmento e/ou classe social e também as possibilidades de tal modelo incluir uns poucos privilegiados e excluir parcelas maiores ou menores destes grupos/segmentos em cada momento histórico.

Ou seja, o processo de exclusão social é intrínseco ao próprio modo de produção e a banalização das desigualdades sociais na sociedade atual tende, cada vez mais, condenar parcelas significativas da população à condição de excluído.

De acordo com Dupas (2000), a discussão sobre a exclusão social apareceu na Europa com o crescimento da pobreza urbana e sua orientação varia de acordo com as conjunturas políticas e econômicas das diferentes sociedades européias. Para este autor, a exclusão social representa o monopólio dos grupos sociais, fruto da divisão socioeconômica do trabalho.

A exclusão social seria, portanto, em sua essência multidimensional, manifestando-se de várias maneiras, atingindo a sociedade de formas diferentes, sendo os países pobres afetados com maior profundidade. Os principais aspectos em que a exclusão social se apresenta dizem respeito à falta de acesso ao emprego, equipamentos públicos essenciais, educação de qualidade, à falta de segurança e justiça, e manifesta-se no mercado de trabalho (desemprego de longa duração), no acesso à moradia digna e aos direitos humanos em geral (DUPAS, 2000).

O conceito de exclusão social surge sempre delimitando um processo e acompanhado por duas outras situações, que se caracterizam como transitórias, mas que se intensificam e se perpetuam para imensas parcelas da população, que são a desigualdade social e a pobreza, e que às vezes são confundidos com a exclusão social. Daí entendermos ser necessário abrir um parêntese e, sucintamente, esclarecer as diferenças entre os três conceitos.

As desigualdades sociais são inerentes à natureza humana e a qualquer sociedade e revela como é realizada a distribuição das riquezas materiais ou simbólicas produzidas e apropriadas em um determinado contexto histórico-social e, por sua vez, possibilitam identificar os valores sociais que orientam essa distribuição, como apontam Escorel (1999, p.24) e Nascimento (2000, p.58).

Na sociedade e no modo de produção capitalista, a desigualdade social é definida por uma estrutura de classes sociais estabelecidas por um "sistema

*de relações distribuídas em uma escala de acesso às riquezas e de valores que lhes atribui determinadas posições” (SCOREL; 1999, p.25), portanto:*

As modalidades e os mecanismos mediante os quais são distribuídos bens e recursos escassos estruturam a sociedade, atribuindo posições diferenciadas relativas aos indivíduos e grupos quanto ao acesso aos bens, e também quanto a uma escala de valores mediante a qual esses lugares sociais são avaliados. Em uma dada sociedade (como a brasileira) há que se analisar, em determinados contextos históricos, qual o fato fundamental que está na origem da estrutura de posições e papéis sociais (propriedade da terra, artes militares, meios de produção, trabalho, etc.). (SCOREL; 1999, p.25).

As desigualdades sociais são estruturais no modo de produção capitalista e tem sido uma característica histórica predominante no Brasil, que se caracteriza como um dos países de maior concentração de renda e desigualdades sociais. Portanto entendemos que a análise das desigualdades sociais é fundamental na compreensão do processo de exclusão social, principalmente a partir da constatação de que nas cidades médias as desigualdades sociais são banalizadas e não contestadas, permitindo, assim, a estruturação da exclusão social.

Outro conceito ou termo relacionado, porém distinto da exclusão social é a pobreza.

A pobreza é definida pela falta de acesso às necessidades básicas para se ter uma vida digna ou adequada, baseada geralmente em relação à insuficiência de renda pelos indivíduos. Para Rocha (2003) esta compreensão de pobreza é equivocada, pois de acordo com a autora a pobreza deveria ser definida não só a partir da insuficiência de renda, mas também pela falta de acesso ou pelo acesso precário às necessidades básicas complementares (saúde, habitação, educação, subjetivas, etc.).

Para Nascimento (2000, p.58):

Pobreza [...] significa a situação em que se encontram membros de uma determinada sociedade despossuídos de recursos suficientes para viver dignamente, ou que não têm condições mínimas para suprir as suas necessidades básicas. Vida digna e necessidades básicas constituem, sempre,

definições sociais e históricas, variando, entanto, no tempo e no espaço. (grifo nosso)

Portanto, numa definição mais criteriosa podemos definir pobreza como um estado de carência, de privação, que pode colocar em risco a própria condição humana. Ser pobre é ter, portanto sua humanidade ameaçada, seja pela não satisfação de necessidades básicas (fisiológicas e outras), seja pela incapacidade de esforços e meios em prol da satisfação de tais necessidades (LAVINAS, 2002, p.29).

Costa (1998) irá definir a pobreza como uma situação dinâmica de privação e de falta de recursos e que:

Ambas essas condições – *privação e falta de recursos* – são necessárias à definição de pobreza. Daqui resulta, por exemplo, que uma situação de privação que não resulte da falta de recursos não significa 'pobreza', mesmo que possa constituir um problema social grave. Da mesma definição decorre também que, para resolver uma situação de pobreza, não basta resolver a privação. (COSTA, 1998, p.19)

A pobreza, da mesma forma que a desigualdade social, apresenta-se como uma situação estrutural na sociedade capitalista e não como um processo. No Brasil, a pobreza apresenta-se de longa data, mantendo uma parcela considerável e não residual da população nesta situação, seja na pobreza absoluta (na qual não há garantias mínimas de condições de vida consideradas essenciais) ou relativa (garantindo-se o mínimo vital, mas mantendo-se e acirrando-se as desigualdades), como apontam vários autores, dentre eles Escorel (1999) e Rocha (2003).

Para Demo (2003), a pobreza pode ser entendida quase que exclusivamente em seus aspectos materiais e no plano das carências objetivas. Para este autor, além dos aspectos objetivos e da pobreza material, há também a pobreza imaterial que seria caracterizada pela falta de qualidade política da sociedade. Ou seja, trata-se da pobreza política que pode ser ainda pior que as outras formas de pobreza, pelo fato de possibilitar a banalização das condições de pobreza e desigualdade social e acirrar a exclusão social sem

qualquer questionamento, como é a característica principal da exclusão social nas cidades médias.

O Programa da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, atesta que nos últimos 50 anos o número de pobres no mundo triplicou, ao mesmo tempo em que as riquezas mundiais cresceram sete vezes, intensificando as desigualdades sociais. Mello (2001) também explica que o crescimento da extrema pobreza é um fenômeno global. Dessa forma, pobreza e desigualdade social são inerentes à fase atual do modo de produção capitalista, portanto, resultado do processo de liberalização e flexibilização da economia mundial.

Pode-se apontar ainda que desigualdade social e pobreza são dependentes e interagem, na medida em que uma reafirma ou reforça o desempenho da outra, pois, geralmente, um aumento da desigualdade social implica num reforço da pobreza, mas, por outro lado, nem sempre uma diminuição das condições de desigualdade melhora ou modifica as condições de pobreza.

No Brasil, já nas décadas de 1960 e 1970, começam a aparecer os primeiros trabalhos que discutiam as questões das desigualdades sociais, as problemáticas urbanas ligadas à pobreza e à economia política da cidade e também, não menos importante, sobre o meio rural.

Santos (1993) procura definir e explicar a pobreza urbana, afirmando ser a cidade criadora de pobreza, devido não somente ao seu modelo socioeconômico, mas também, ao modelo espacial. Kowarick, em seu trabalho a respeito dos *espoliados urbanos* (1979) e também a obra de Maricato (2001), quando analisa a crise urbana e suas alternativas, são referências, por sua vez, para o estudo da questão em foco no contexto da urbanização brasileira.

A análise destes autores no permite afirmar que a urbanização brasileira inibe cada vez mais a participação e acesso de uma parte da população aos seus benefícios, principalmente a partir do processo de globalização mundial neoliberal, impedindo o acesso ao Direito à Cidade para todos os seus moradores (LEFÈBVRE, 1969 e RODRIGUES, 2004).

Dessa forma, entendemos ser as novas formas e a banalização das desigualdades sociais e da pobreza, que atingem um enorme contingente de população das cidades brasileiras, que nos remetem às discussões acerca do conceito de exclusão social. Pois, tanto as desigualdades sociais quanto a pobreza são considerados fundamentais na existência, manutenção e promoção da exclusão social. A pobreza, ainda, é considerada uma condição necessária, mas não suficiente para haver exclusão social (ATKINSON; 1998, p.111) e também ser considerada como uma forma de exclusão social, *"na medida em que o pobre é excluído de alguns sistemas sociais básicos em relação aos quais se definiu"* (COSTA; 1998, p.19), como essencial para as mínimas condições de vida.

Assim, substituir o enfoque da pobreza pelo da exclusão social significa, para nós, passar de uma ótica de patamares de carência para um enfoque processual, dinâmico, cumulativo e multidimensional. Com isso o que se pretende é apreender o que transforma o risco decorrente da vivência da insegurança, instabilidade e precariedade num *"estado fatal, no qual se cai, sem previsão, em ruptura com uma condição social normal, levando à perda de visibilidade. O excluído não controla seu devenir social"* (LAVINAS, 2002, P.38).

Portanto, concordando com Sposati (1998), podemos considerar que por conter elementos éticos e culturais, a exclusão social se refere também à discriminação e a estigmatização. A pobreza define uma situação absoluta ou relativa.

Assim, os conceitos não podem ser entendidos como sinônimos quando se tem uma visão alargada da exclusão, pois ela estende a noção de capacidade aquisitiva relacionada à pobreza a outras condições atitudinais, comportamentais que não se referem tão somente à capacidade de não retenção de bens. Conseqüentemente, pobre é o que não tem, enquanto o excluído pode ser o próprio pobre, quem tem sexo feminino, cor negra, opção homossexual, crença religiosa, é velho, etc.

A exclusão social, portanto, alcança valores culturais, discriminações. Isto não significa que o pobre não possa ser discriminado por ser pobre, mas

que a exclusão inclui até mesmo o abandono, a perda de vínculos, o esgarçamento das relações de convívio, que necessariamente não passam pela pobreza.

Nascimento (2000, p.62) também assinala que pode haver exclusão social sem desigualdade social e pobreza. A exclusão seria captada, então, em um âmbito que não se limita ao estado – rico ou pobre – e sim a um processo de direcionamento de práticas políticas. Neste sentido, a exclusão social, embora fomentada por processos mais amplos, se materializa realmente por meio da gestão política que evidentemente é influenciada por tais processos.

A face cruel do processo de exclusão social implica em uma organização social que banaliza as desigualdades e que, em grande parte, é conivente com a desclassificação implementada por setores que possuem a gestão das políticas sociais. Estes setores selariam a materialização do processo de exclusão social. Para Escorel (2000), a materialização do processo de exclusão pode ser percebida no cotidiano e seria:

um processo no qual – no limite – os indivíduos são reduzidos à condição de *animal laborans*, cuja única atividade é a sua preservação biológica, e na qual estão impossibilitados do exercício pleno das potencialidades da condição humana. (ESCOREL; 2000, p. 140, destaque do autor)

Nestas condições sociais, como num processo de seleção natural, sobreviver e escapar com vida seria o padrão, a ser conquistado pela maioria. Enquanto que viver e gozar a vida configuraria a exceção para poucos em um contexto urbano no qual a banalização da desigualdade social e da exclusão, ocorre pela culpabilização da condição de pobre e excluído àqueles que sofrem com o processo, principalmente nas cidades médias.

Desta forma é que vislumbramos, também, a raiz sócio cultural do processo de exclusão social na bagagem do processo de internacionalização da economia.

Segundo Melazzo (2004), as mudanças em curso são associadas nas diferentes ciências sociais àquilo que veio se denominando de crise do mundo

do trabalho, onde comparecem os profundos processos de mutação da produção capitalista, seus impactos sobre o mercado de trabalho e daí sobre os movimentos operários e sindicais em todas as categorias e países.

No entender de Melazzo (2004), a exclusão social na literatura brasileira é uma ferramenta analítica que permite, ao mesmo tempo, revelar os traços estruturais de uma sociedade marcada secularmente por intensas desigualdades sociais e as formas conjunturais que hoje se abatem sobre o mundo do trabalho. Ou seja, para este autor, no Brasil, o conceito de exclusão social vem sendo utilizado cada vez mais associado à idéia da desigualdade social e de sua permanência secular em nossa sociedade.

A exclusão social está inserida, portanto, num debate teórico que vai além da questão urbana, mas que vem sendo utilizado principalmente para discutir os problemas das desigualdades sociais das cidades, na medida em que é discutida a partir de uma matriz teórica multidisciplinar que se desenvolve calcada no campo do planejamento urbano e das políticas públicas, principalmente.

Deste modo, a exclusão social não é um processo específico da cidade, mas se acentuou com a urbanização da sociedade capitalista. Nesta perspectiva, a questão da exclusão social no Brasil ganhou visibilidade com a urbanização que não foi capaz de atender todas as demandas de infraestrutura e possibilitar boas condições de vida para todos os moradores das cidades, conforme observamos em diversos textos de Milton Santos (1980, 1982, 1994).

Dessa forma, consideramos que, embora se possa falar em exclusão social, não se pode falar em excluído (individual). Enquanto processo social, a exclusão dá visibilidade aos mecanismos construídos para desprezar pessoas no interior da sociedade, possibilitando a reversão do quadro. No entanto, o rótulo *excluído* apenas mostra que pessoas, por problemas intrínsecos a elas mesmas, estão num estado patológico quase que irreversível.

É importante, portanto, que o conceito de exclusão social nos permita desnaturalizar os processos excludentes ou mesmo desmistificar a banalização pela qual as desigualdades sociais são consideradas, apresentando a

possibilidade de ultrapassarmos abordagens que generalizam demais as matrizes excludentes.

Conferimos desse modo, um valor ao que muitos autores apresentam como característica limitada do conceito de exclusão social. A sua multidimensionalidade é em si uma capacidade de transitar por diversas escalas e estabelecer correlações a partir de dimensões diversas e diferentes entre si.

Dessa forma a exclusão social acabou sendo duplamente interpretada. De um lado, conceito amplo, espécie de palavra-mãe (conceito guarda-chuva) que abriga vários significados para reunir pessoas e grupos que são abandonados, desfiliaados, deixados de lado, desqualificados, quer do mercado de trabalho, quer das políticas sociais etc.. De outro ângulo, é um conceito equivocado, atrasado, desnecessário (VÉRAS; 2001, p. 27) como poderemos observar a seguir.

### **3.3 – Exclusão social: leituras divergentes**

O conceito de exclusão social não é consenso e as críticas ao conceito não devem ser ignoradas.

Um dos autores que questiona o conceito de exclusão social é Robert Castel (1998), que o considera como um tema “banalizado” e que teria perdido sua capacidade explicativa. Para este autor todos os processos seriam explicados da mesma forma, resultado da dificuldade dos cientistas sociais de problematizar e explicar os diferentes processos de “desintegração” e vulnerabilidade pela qual atravessam uma quantidade cada vez maior de indivíduos na sociedade atual.

Assim, para o autor, a exclusão social impossibilitaria a visualização de um processo mais amplo e nenhum indivíduo ou grupo social poderia ser excluído e colocado à margem das relações sociais. Por isso, Castel (1998) vai defender o conceito de desfiliação da seguinte forma:

[...] preferirei o (o conceito) da desfiliação para designar o desfecho desse processo. Não se trata de uma vaidade de vocabulário. A exclusão é estanque. Designa um estado, ou melhor, estados de privação. Mas a constatação de carências não permite recuperar os processos que engendram essas situações. Para empregar com rigor tal noção, que corresponderia ao modelo de uma sociedade dual, seria necessário que ela correspondesse a situações caracterizadas por uma localização geográfica precisa (CASTEL, 1998, p. 26).

Ou seja,

encontram-se desfiliados, e esta qualificação lhes convém melhor do que a de excluídos: foram des-ligados, mas continuam dependendo do centro que, talvez, nunca foi tão onipresente para o conjunto da sociedade contemporânea (CASTEL, 1998, p. 569).

No Brasil, José de Souza Martins (1997) é um dos questionadores mais contundentes na crítica à noção (conforme define o autor) de exclusão social, pois segundo ele, a noção de exclusão social é errônea ou está no mínimo equivocada, pois não se trata de um fenômeno novo (Martins, 2002), como também aponta Demo (2002).

Martins (1997, p. 11 e 14) aponta ainda que *“ao invés de a palavra expressar uma prática, rica aliás, ela acaba induzindo a uma prática, pobre aliás”,* que *“[...] rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes.”* Assim, para o autor o uso da expressão *exclusão social* vem se tornando referência para aqueles que tentam deslegitimar o debate em torno da questão do acesso aos bens e direitos produzidos na e para a sociedade, sendo consensual no discurso de muitos, o qual discordamos.

Outro crítico do conceito de exclusão social é Demo (2002) que aponta para o modismo e o uso indevido do conceito. Segundo o autor, o debate em torno da questão caminha bem enquanto o problema permanece ou se aprofunda. Ou seja, a busca pela conceituação sem modificar ou resolver o problema seria infundada.

Demo (2002) argumenta, ainda, que é inviável tentar comprovar a originalidade teórica e prática a partir de uma situação nova, porque mesmo estando em outra fase do capitalismo (do ponto de vista da acumulação e da exploração), ele ainda é o mesmo em sua essência. Por isso, nos chama a atenção para pensarmos a exclusão social em relação ao contexto do capitalismo globalizado e competitivo a partir de alguns pontos de reflexão:

a) a necessidade de redistribuir as riquezas – entendemos que o conceito de exclusão social, ao desvendar e exprimir as desigualdades sociais e a pobreza, inerentes ao processo de globalização da economia e do próprio modo de produção capitalista retira das sombras a questão apontada pelo autor;

b) a participação da sociedade na definição de projetos transformadores, pois não podemos deixar somente nas mãos do Estado a responsabilidade que é de todos – necessitamos, portanto, no Brasil, de uma mudança de paradigma da própria sociedade que, em sua maioria, delega a outros o poder de decidir o futuro dos interesses coletivos;

c) investir na qualidade dos serviços prestados pelo Estado – o reconhecimento da exclusão social e o seu possível enfrentamento pressupõe a existência e a eficiência de políticas públicas, conforme observa Melazzo (2006).

d) não acreditar que o capitalismo possa privilegiar a justiça social, caso isto aconteça estaremos diante de um outro modo de produção – o conceito de exclusão social permite-nos revelar as injustiças sociais inerentes ao capitalismo, mas combater o processo é um passo em busca de melhoria na qualidade de vida das pessoas e uma alternativa de mudança;

e) a pobreza política seria a face mais extrema da exclusão social – entendemos que isso reforça a negligência da efetiva participação popular apontada no item **b**, e é isso o que ocorre hoje, quando se banalizam as desigualdades sociais e a pobreza e que o conceito de exclusão social procura revelar.

Segundo Demo (2002, p. 17) ainda,

busca-se distinguir entre precariedade e exclusão, colocando a primeira como estágio anterior e aparecendo aí a novidade do fenômeno e mesmo a emergência de um novo paradigma de pobreza.

Portanto, para os autores o termo "exclusão social" não seria apropriado, pois os indivíduos excluídos não estão fora da sociedade e do modo de produção capitalista, mas inseridos de forma precária ou marginal, ou seja, eles fazem parte desta sociedade numa posição que permitiria a manutenção de determinadas formas de opressão e controle pela classe social dominante.

No entanto, contrariando estes autores, Humet, Carmona e Torruella (2005, p.11), afirmam que:

hay un cierto acuerdo en la literatura académica y en la práctica social en destacar el potencial descriptivo y la riqueza teórico-analítica de la noción de exclusión social (...) la exclusión social expresa la nueva configuración de las desigualdades en el contexto actual de transición hacia la sociedad del conocimiento.

Guimarães *et al* (2002) também apontam para o fato de que apesar da discussão sobre exclusão social ser recente, os processos geradores e delimitados por ela não o são, portanto:

O conceito de exclusão social remete, à discussão das novas feições da pobreza e da desigualdade em suas dimensões objetiva, restando ainda um campo aberto a ser explorado para a apreensão e compreensão dos processos subjetivos que diferenciam social e individualmente grupos e segmentos que, cada vez mais, perdem seu lugar e suas referências enquanto atores/participantes de uma dada comunidade de valores.

Por mais difuso e sujeito a controvérsias, entretanto, o conceito tem a capacidade de jogar luz às facetas múltiplas do econômico, do social, do político e do psicológico que se perdeu para cada um frente ao estado de destituição de recursos de toda espécie para o enfrentamento de suas vulnerabilidades e riscos. (GUIMARÃES *et.alli.*, 2003, p.14)

Percebemos, assim, ao contrário daqueles que divergem do conceito, que a exclusão social é resultado da complexidade de vários fatores e situações de inserção social dos indivíduos, apresentando múltiplas dimensões, como apontam Guimarães et.alii. (2003, p.14):

Revela-se assim, a enorme complexidade de situações passíveis de serem abarcadas pelo conceito de exclusão, sendo que os esforços teóricos devem se dirigir, paulatinamente, para aproximar seu conteúdo das reais possibilidades de alcançar as situações concretas de indivíduos, famílias e comunidades.

### **3.4 – Exclusão social: um processo multidimensional**

Entendemos que a configuração do processo de exclusão social não se dá apenas quando as rupturas sociais atingem sua fase mais extrema, pois, dessa forma, estaríamos dando um caráter de condição ao conceito de exclusão social e não como um processo, como o entendemos.

Portanto, este processo se caracteriza – além destas rupturas, que designam a máxima exclusão – também pela ausência de recursos mínimos, pelo acesso precário, ou mesmo a falta de acesso a recursos e aos bens de consumo básicos, pela falta de acesso à educação, saúde, mercado de trabalho e às condições afetivas e subjetivas dignas. Ou seja, haveria uma somatória de condições, ou de critérios, para a configuração da exclusão social, não significando, no entanto, que para efetivação do processo os indivíduos ou grupos teriam de atingir todos estes critérios, pois como Costa (1998) aponta:

[...] deve ter-se em atenção que a questão não se põe, necessariamente, em termos de ter ou não ter acesso aos sistemas. Existem níveis mais ou menos satisfatórios de acesso, os quais configuram *graus* diversos de exclusão. Mesmo no caso de laços familiares, podem existir situações em que esses laços estão enfraquecidos, mesmo quando não exista uma ruptura completa. A noção de “graus de exclusão” também ajuda a compreender que nem toda forma de exclusão traduz na falta de acesso a *todos* os sistemas sociais básicos. Uma pessoa ou família pode ser excluída de alguns daqueles

sistemas sociais, embora não o seja em relação a outros sistemas sociais.

A partir disso, dessa multiplicidade de formas, critérios e dimensões sociais que se apresentam ao processo, alguns autores irão considerar que seria mais interessante falar e pensar não em exclusão social, mas em *exclusões sociais* como aponta Escorel (1999, p. 66):

A configuração do processo de exclusão social é revelada de âmbitos e dimensões da vida em sociedade, mas, a ausência de recursos, a exclusão do mercado de trabalho, da educação e da formação profissional, a precariedade de habitação e de saúde constituem como um "núcleo" tão abrangente de dimensões sociais, às quais se associa tal variedade de temas, que seria preferível falar e pensar sobre "*as exclusões sociais*".

Costa (1998) aponta a necessidade de, ao falarmos de exclusão social, nos remetermos ao *contexto de referência* em questão, ou seja, é necessário delimitar sobre qual tipo de exclusão estamos apresentando, em razão da multiplicidade de expressões de *exclusões sociais* (que podem estar sobrepostas em alguns casos).

Costa (1998), ainda, admite o uso e a definição do processo de *exclusões sociais* devido a sua complexidade e heterogeneidade, permitindo, assim, a definição de diversos tipos de exclusão social, tais como:

- a) *exclusão do tipo econômico*: relacionada com a pobreza e pela privação múltipla e pela falta de recursos ou pouca renda e caracterizada por más ou péssimas condições de vida;
- b) *exclusão do tipo social*: é uma situação de privação do tipo relacional, caracterizada pelo isolamento e pela perda da auto-estima ou falta de auto-suficiência;
- c) *exclusão do tipo cultural*: determinada por fatores de ordem cultural, como os fenômenos do racismo e da xenofobia;

d) *exclusão do tipo patológica*: condicionada por fatores patológicos, principalmente de natureza psicológica ou mental;

e) *exclusão por comportamento auto-destrutivo*: trata-se da exclusão ou da auto-exclusão provocada em consequência por comportamentos auto-destrutivos, como alcoolismo, prostituição e o uso de drogas.

Ainda neste sentido da multidimensionalidade do conceito de exclusão social, encontramos no trabalho de Sposati (1996), a partir de uma abordagem empírica e atenção especial à dimensão espacial da exclusão, diferentes possibilidades conceituais, tais como:

a) *exclusão estrutural*: associada ao atual modelo de desenvolvimento econômico mundial excludente, gerando uma contínua desigualdade e promovendo um acesso seletivo ao mercado de trabalho;

b) *exclusão absoluta*: decorrente da pobreza absoluta de um elevado contingente da população, sofrendo uma privação total das condições de vida, tanto no sentido material quanto no sentido não material ou subjetivo;

c) *exclusão relativa*: promovida pela restrição do acesso de boa parte da população às riquezas socialmente geradas e das oportunidades historicamente acessíveis para uma melhoria nas condições de vida;

d) *exclusão das possibilidades de diferenciação*: decorrente do grau de homogeneização imposta nas regras de convívio entre os diferentes grupos sociais, restringindo direitos das minorias (opção sexual, opção religiosa, opção política etc.) gerados por intolerâncias e pela negação à heterogeneidade de ação e pensamento;

e) *exclusão da representação*: gerada através do grau de (im)possibilidades de expressão da democracia pelos diferentes grupos de interesse e de opinião dos vários segmentos sociais nas questões públicas e, principalmente, na relação sociedade-Estado;

f) *exclusão integrativa*: forma perversa de inserção precária e temporária no processo de acumulação.

No mesmo sentido, para Humet, Carmona e Torruella (2005) o processo de exclusão social se caracteriza como estrutural (reflexo das mudanças ocorridas na sociedade capitalista pós-industrial), relacional (relativo às decisões dos diferentes agentes capitalistas, inclusive o Estado), dinâmica (como um processo que não se restringe a grupos pré-determinados, mas a uma parcela significativa da população), politizável (ou seja, não fatalista, mas possível de ser questionada pela sociedade civil organizada) e multidimensional (não se explica por apenas uma única causa).

Percebemos, assim, que a exclusão social é resultado da complexidade de vários fatores e situações de inserção social dos indivíduos, apresentando múltiplas dimensões, sejam elas objetivas ou subjetivas.

Nesse sentido ainda, Nascimento (2000) aponta cinco dimensões a serem consideradas nas análises do processo de exclusão social (histórica, geográfica, econômica, social e representação social) às quais acrescentamos uma sexta dimensão, a política.

A dimensão histórica da exclusão social, remete as desigualdades e as diferenças existentes, desde a Antiguidade, no pleno acesso aos bens e direitos de todos os membros de uma sociedade, como por exemplo, os escravos e mulheres na Grécia antiga ou os índios e negros no período colonial brasileiro e, atualmente, com a exclusão social na Europa promovida aos imigrantes, num acirramento das idéias de racismos e xenofobia, causadas, principalmente, pelo desemprego estrutural. Ou seja, na história da humanidade, a cada período, haveriam excluídos sociais com características específicas.

Tanto Nascimento (2000) como o debate público francês sobre a nova questão social (ESCOREL, 1999, p.54) apontam para uma outra forma de exclusão, ou uma "nova exclusão social", fundamentada principalmente na esfera da produção e no processo de acumulação capitalista, na qual os "desnecessários" – aqueles indivíduos que passam a não ser mais necessários ao desenvolvimento econômico, tornando-se obstáculos e incômodos para a

sociedade – configurariam como sendo seus principais representantes, sendo, portanto, uma característica específica da exclusão social no momento atual.<sup>25</sup>

Podemos entender, também, como dimensão histórica da exclusão social a sua definição como processo, ou seja, a exclusão social não surge de repente ou de um momento para outro, mas no decorrer do tempo, da história ela foi e continua sendo delimitada e (re)definida através de um processo de acirramento das desigualdades sociais e espaciais inerentes ao modo capitalista de produção.

A segunda dimensão a ser apresentada pelo processo de exclusão social seria a geográfica, ocorrendo em duplo sentido: os espaços da exclusão social e os excluídos sem lugar.

No primeiro sentido, os espaços da exclusão social seriam aqueles onde o processo se apresenta com maior nitidez, como seriam os casos dos países africanos, na escala mundial, ou ainda as periferias pobres das cidades brasileiras, na escala mais local. Entendemos também que, além da exclusão social se apresentar mais visível, seriam estes espaços influenciadores diretos do processo excludente, reflexos do processo de segregação socioespacial nas cidades, no caso brasileiro, ou seja, a exclusão urbanística, conforme aponta o trabalho de Marisco (2003), resultante das múltiplas dimensões da segregação socioespacial. Representaria, também, o território da exclusão, onde se nasce e cresce excluído (NASCIMENTO, 2000, p.66).

Nesse sentido, Sposati apud Koga (2003, p. 16) afirma que:

O território é um fator dinâmico no processo de exclusão/inclusão social, na medida em que expressa a distribuição de bens civilizatórios direcionados para a qualidade de vida humana [...] as condições de vida territorialmente analisadas é [...] “um dos instrumentos para concretizar a redistribuição social no enfrentamento das desigualdades econômicas e sociais”.

---

<sup>25</sup> Para um maior aprofundamento acerca da discussão sobre a “nova exclusão social” analisar Nascimento (2000).

Nesta perspectiva da análise territorial, Rogério Haesbaert vem desenvolvendo um novo conceito: o de aglomerados urbanos de exclusão social. Segundo ele:

Definir espacialmente os aglomerados de exclusão não é tarefa fácil, principalmente porque eles são, como a própria exclusão que os define, mais um processo – muitas vezes temporários – do que uma condição ou um estado objetiva e espacialmente bem definido. Se preferirmos, trata-se de uma condição complexa e dinâmica, mesclada sempre com outras situações, menos instáveis, através das quais os excluídos tentam a todo instante se firmar (se reterritorializar) (HAESBAERT, 2004, P.327).

Mas este autor desconsidera em sua formulação outro aspecto igualmente importante dos processos excludentes, que diz respeito à vida daqueles excluídos que não tem sua identidade ou seu vínculo social relacionados com lugar algum. Ou seja, diferentemente da abordagem territorial, que considera a exclusão social como um atributo do espaço social, neste caso, está nos referindo à exclusão social enquanto um atributo das pessoas e ao sentimento de pertencimento ou de reconhecimento a um determinado lugar. Um exemplo extremo seria o da população de rua, cuja mobilidade constante e permanente não lhes permite a identidade com um determinado lugar.

A terceira dimensão da exclusão social seria a econômica, relacionada principalmente ao aumento das desigualdades sociais e da pobreza, levando uma grande parcela da população a ter acesso restrito aos bens de consumo básicos e simbólicos, agravado pela baixa remuneração e o desemprego estrutural.

Em relação a esta dimensão econômica do processo de exclusão social, Lesbaupin (2001) aponta três fatores que se conjugam e reforçam entre si e contribuem para acentuação do processo: a reestruturação produtiva, precarização das relações/condições de trabalho e globalização.

A reestruturação produtiva foi possível através das inovações tecnológicas desenvolvidas desde a década de 1970, permitindo maior flexibilidade na produção e diminuição no número de trabalhadores.

Conseqüentemente, a precarização das relações/condições de trabalho e redução de salários e desemprego estrutural pode ser relacionada ao afastamento ou menor intervenção estatal na esfera social, com políticas sociais e de bem estar social inexistentes ou mínimas. O último fator, que se define como globalização, poderia ser apresentado como um processo inevitável e irreversível e muito bem caracterizada por Santos (2000), como “globalização perversa”.

A dimensão especificamente social ou dimensão sociofamiliar como classifica Escorel (1999, p.76) seria representada por uma parcela da população que se vê impossibilitada de participar da vida social da família ou da comunidade, perdendo seus vínculos básicos, sendo conduzidos às formas e estratégias mais inesperadas de sobrevivência. A situação é aprofundada pelo desemprego, pela perda da auto-estima entre outros fatores.

Neste sentido, Escorel (1999, p. 76) aponta que:

Na dimensão sociofamiliar verifica-se a fragilização e precariedade das relações familiares, de vizinhança e de comunidade, conduzindo o indivíduo ao isolamento e à solidão. São percursos de distanciamento dos valores e das relações que estruturam o cotidiano e trajetórias de dificuldades em conseguir mobilizar apoios frente a situações de labilidade dos vínculos econômicos ou políticos. As transformações da esfera produtiva e financeira vulnerabilizam o âmbito, podendo inviabilizar os suportes, proteções e conhecimentos aos seus membros.

Poderíamos, ainda, inserir nesta dimensão social do processo de exclusão social a dimensão humana, na qual no limite da exclusão social a vida ou a existência humana seria negada aos indivíduos ou grupos cuja existência não interessaria a sociedade. Nestes casos, a reprodução da vida seria limitada a sobrevivência mínima do corpo enquanto ser natural ou biológico, sendo retiradas ou negadas tanto suas necessidades materiais quanto suas necessidades subjetivas, suas vontades e seus desejos. Assim, nesta perspectiva a exclusão social se mostra como um descompromisso com o ser humano, negando-lhe acessos às condições mínimas de vida, promovendo uma situação de sobrevivência em substituição “da vida” (FURINI, 2003, p.40), ou seja, as necessidades do indivíduo tornam-se desumanas.

A quinta dimensão apresentada pelo processo de exclusão social, seria a representação social<sup>26</sup>, ou seja, a forma como indivíduos ou grupos sociais sujeitos aos processos de exclusão social são vistos pela sociedade como um todo, ou seja, tais grupos são tidos como diferentes, desnecessários para uma parcela da população.

Nesta dimensão da representação social da exclusão promove-se uma deterioração nas relações sociais entre os diferentes grupos que nela convivem, fazendo com que predominem nestas relações uma "lógica desumana do 'estranho'" (SCOREL, 1999, p.80), onde há enormes dificuldades no reconhecimento e aceitação do outro, do diferente, acirrando a discriminação social e que, pouco a pouco indivíduos ou grupos excluídos "passam a ser percebidos como socialmente ameaçantes" (NASCIMENTO, 1994, p.70), ou seja, são vistos como bandidos, perigosos e violentos em potencial, sendo tidos como objetos de medo para a sociedade ou uma ameaça à coesão e à ordem social, portanto:

Nos processos de exclusão social a escala da 'estranheza' atinge o limite de retirar o caráter de humano do outro. A existência humana na indigência, restrita ao atendimento da mais poderosas necessidades do processo vital, é obscurecida e desumanizada. Esse obscurecimento da existência significa que não se participa da esfera pública, vive-se nas sombras, sem deixar vestígios da passagem pelo mundo. Procede-se uma desumanização, o que significa que há uma retirada do caráter de ser humano nas interações sociais que envolvem indivíduos pobres, relegados à condição de *animal laborans*. Ou "uma diferenciação tal entre os homens que pode chegar a criar 'espécies' diferentes de homens" (Buarque, 1993). (SCOREL, 1999, p.80)

E, finalmente, a sexta e última dimensão da exclusão social seria a dimensão política, relacionada nas possibilidades de existência e prática da cidadania nas relações sociais, ou seja, a existência da exclusão social seria a negação da cidadania.

---

<sup>26</sup> Nascimento (1994) faz uma reflexão acerca da representação social da exclusão social numa perspectiva de degradação da sociedade moderna, na qual aponta que "a constituição da exclusão social é hoje a maior ameaça à construção da sociedade moderna, uma ameaça direta ao seu ideário de igualdade..." (NASCIMENTO, 1994, p.65).

Para Santos (1987, p.05) deveríamos na democracia priorizar em primeiro lugar a cidadania e, posteriormente, os aspectos econômicos. No entanto, nos dias de hoje, prevalece os aspectos econômicos sobre os aspectos sociais, promovendo uma cidadania incompleta, onde os direitos mínimos não são garantidos a todos os cidadãos, negando aos excluídos o direito a ter direitos, como podemos observar através do desrespeito à vida humana em seu sentido pleno. Afinal, "o direito à integridade se inclui entre as prerrogativas inalienáveis do cidadão e se estende do campo biológico aos da cultura, da política e da moral, isto é, inclui o patrimônio material e imaterial" (SANTOS, 1987, p.21).<sup>27</sup>

Assim, é que a exclusão social também deve ser analisada pela ótica da cidadania, ou seja, o "reconhecimento de que o indivíduo é um semelhante e, portanto, alguém revestido de direitos e, sobretudo, do direito a ampliar seus direitos" (NASCIMENTO, 1994, p.73), seja a partir das lutas sociais por melhorias nas condições materiais básicas, seja nas lutas por maior representatividade política por parte da população menos beneficiada ou excluída ou ainda nos movimentos reivindicatórios que confluam para além daquilo que era o ponto inicial da luta e se converta numa forma de luta por transformações mais amplas e coletivas para a sociedade como um todo, como aponta Kowarick (2000, p.77).

Dessa forma, resultado de múltiplas dimensões, o conceito de exclusão social exige um olhar para a totalidade dos problemas e das desigualdades da sociedade contemporânea, nos orientando para a necessidade de mudanças estruturais e profundas na sociedade como um todo.

Mas, se há excluídos há também sua outra face, os incluídos. Ambos são constituintes do mesmo processo por nós definido como exclusão social e que, portanto, se define como um processo dialético e relativo. Ou seja, o acirramento e a naturalização da pobreza e das desigualdades sociais nos

---

<sup>27</sup> Devemos estar atentos para a definição da cidadania não apenas como acesso aos bens de consumo materiais ou apenas as melhores condições de vida no plano material, pois desta forma, estaríamos nos equivocando e confundindo cidadania com possibilidade de consumo pela população, dando um caráter de naturalização da falta de cidadania e, portanto da exclusão social. Para uma maior discussão e aprofundamento acerca do debate sobre o tema cidadania e sua interrelação com a Geografia ver a obra O espaço do cidadão (SANTOS, 1987).

exigem a definição de um conceito que permita, ao analisar diversas realidades urbanas e, principalmente, intra-urbanas, indicar quais as necessidades e as condições mínimas exigidas para a valorização da vida e da dignidade do cidadão, pois:

Discutir a inclusão social significa a busca pela universalização do ponto básico de dignidade, o qual na sociedade brasileira denota a busca pelo padrão ainda não conquistado pela sociedade como um todo [...]

A inclusão social significa não apenas uma posição cidadã já alcançada, mas também desejada. A possibilidade a concretização do desejo está justamente no fato de a situação existir em outro lugar que não o vivido.

A medida da inclusão social surge a partir do confronto exclusão/inclusão social, provocando um rompimento com a constatação da desigualdade, da apartação, demonstrando a possibilidade do desejo da inclusão social. Este movimento provocativo da medida é que faz dela um elemento central em busca da efetivação da cidadania. (KOGA, 2003, p.176)

Ainda com relação a este ponto básico de inclusão, Koga (2003, p.178) aponta que:

Uma característica sutil que se pode notar no padrão básico de inclusão social é justamente o seu caráter de mobilização da sociedade, pois ele leva necessariamente a um debate coletivo sobre que inclusão se faz necessária para a dignidade dos cidadãos que vivem em realidades marcadas por extremas desigualdades.

Portanto, a exclusão social seria um processo social de descompromisso com o ser humano em geral, fechando-lhe o acesso aos benefícios e serviços sociais (direitos sociais), gerando uma relação de sobrevida em substituição da vida.

Em razão da multidimensionalidade e complexidade da exclusão social, estratégias de enfrentamento se revestem também por uma multiplicidade de ações, nas diferentes escalas, desde a escala do corpo até a escala global, conforme apontam Stoer, Magalhães e Rodrigues (2004). Neste caso, a exclusão social precisa ser minuciosamente contextualizada para poder ser utilizada, pois pode ocorrer exclusão *dentro* da exclusão. Daí a sua

flexibilidade analítica, ou seja, ora num contexto relativo a algum grupo e ora relativo a todo um segmento social.

### **3.5 – Os principais agentes da produção das desigualdades sociais nas cidades médias**

O processo de produção do espaço urbano das cidades médias brasileiras é bastante diferenciado daquele que ocorre nas áreas metropolitanas, conforme aponta o estudo de Sposito (2004). Não é também reflexo diferenciado dos processos que ocorrem nas metrópoles, conforme observamos nos autores que apontam para a questão da metroplização dos espaços (LENCIONI, 2003), para quem os processos e dinâmicas que ocorrem nas metrópoles são disseminados para as cidades médias e pequenas, fazendo com que nelas os espaços intra-urbanos se configurem de acordo com os padrões metropolitanos.

No entanto, em virtude da ausência de movimentos sociais urbanos expressivos e organizados, capazes de alterar o jogo de forças dentre os agentes produtores do espaço urbano, tais cidades ficam à mercê dos interesses, principalmente, dos proprietários de terras, dos loteadores e incorporadores imobiliários e de empresários do setor da construção civil e, com raras exceções, o Poder Público Municipal tem atuado de acordo com os interesses destes agentes, uma vez que, na maioria das vezes, é expressão desta base de sustentação política.

Evidentemente, a análise desta correlação de forças exigiria um estudo do contexto local, considerando-se a produção do espaço urbano específico de cada cidade média, o que não é o objetivo principal desta pesquisa. Contudo, em função de várias pesquisas realizadas em cidades médias do interior paulista pelo CEMESPP (Centro de Estudos e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas) e pelo GASPERR (Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais)<sup>28</sup>, dentre outros, é possível destacar alguns aspectos relacionados a este processo de produção do espaço

---

<sup>28</sup> Grupos de pesquisa vinculados ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UNESP, campus de Presidente Prudente.

intra-urbano que promove, acirra e reforça a banalização das desigualdades sociais e espaciais, acentuando o processo de exclusão social.

Assim, a seguir destacaremos, brevemente, como os agentes do mercado imobiliário e o Poder Público Municipal em cidades médias, produzem um espaço urbano caracterizado pelas disparidades sociais entre os bairros da classe social mais favorecida e os bairros da classe social menos favorecida.

### 3.5.1 – O papel do mercado imobiliário

Ao considerarmos os processos de inclusão/exclusão social como dialético, orquestrado e planejado, poderíamos afirmar que uma das principais fundamentações de sua ocorrência na escala intra-urbana, em termos espaciais, seria a necessidade do controle deste mesmo espaço urbano pela classe dominante. E, para que isso ocorra, tornando-a uma das principais causas da existência da exclusão social, em sua dimensão espacial, temos a presença, dentro do modo capitalista de produção, da propriedade privada da terra, mais especificamente, do solo/terreno urbano.

Portanto, a existência da propriedade privada da terra, no caso, do terreno urbano, eleva-o à característica de mercadoria. Ou seja, para possuí-lo é necessário adquirí-lo através do processo de compra e venda, no mercado. Mas, como se sabe, nem todos têm condições de acesso a essa mercadoria dado o seu alto valor unitário frente a outras mercadorias, conforme afirma Rodrigues (1994)

Assim, denota-se que a propriedade privada da terra promove a exclusão social, nos dois sentidos que ela assume na sua dimensão espacial conforme apontamos anteriormente. Ou seja, cria, paralelamente, os territórios da exclusão social, principalmente nas periferias urbanas em seu sentido geográfico e não apenas geométrico, para aqueles que têm condições de adquirir um pedaço de terra, muitas vezes clandestino, irregular ou ilegal, ou mesmo através da ocupação desses mesmos espaços, através de movimentos espontâneos ou organizados. Ao mesmo tempo, cria os excluídos sem espaço, desprovidos de qualquer condição material de adquirir esta

mercadoria terreno, além de já serem destituídos de outros bens materiais e simbólicos.

Dessa forma, podemos perceber claramente a importância e a influência exercida pelo mercado imobiliário e devemos deixar claro que não o entendemos como algo autônomo, que atua por vontade própria. Ou seja, reconhecemos que por trás das ações do mercado encontram-se grupos de interesse os mais variados possíveis.

Além disto, o mercado imobiliário também exerce sua influência no processo de inclusão/exclusão social a partir da construção de cenários e necessidades imaginárias bem como da (in)segurança urbana, vendidos para uma parcela da população em busca de diferenciação e *status* social, através de grandes campanhas de marketing, como por exemplo, a venda de lotes/terrenos a preços elevados em condomínios e/ou loteamentos fechados, horizontais ou verticais, conforme podemos observar em diversos trabalhos, tais como os de Sposito (1991 e 2004) para as cidades de São José do Rio Preto e Presidente Prudente e Ramires (1999) para a cidade de Uberlândia.

Vários trabalhos recentes demonstram a força destes processos nas cidades médias paulistas, como a pesquisa desenvolvida por Sposito (2004).

Nesse sentido, Maricato (2000, p.159) afirma que a escassez de moradias e a segregação territorial são produtos de um mercado imobiliário que, entre outras coisas, vende o cenário e a paisagem urbanas como signos de distinção de renda e de poder, "fazendo do comprador do imóvel um investidor" (SMOLKA, 1989, p.51), tornando o valor de troca do imóvel mais importante do que o seu valor de uso, acirrando, dessa forma, os processos excludentes no interior dos espaços urbanos brasileiros.

Depreende-se também a importância do mercado imobiliário ser um dos principais agentes da produção do espaço (intra)urbano, como aponta Smolka (1989) ou como Sposito (1996, p.79) ao afirmar que "*os interesses fundiários e imobiliários desempenham um papel primaz no processo de produção e estruturação do espaço urbano*".

Podemos depreender disso que o mercado imobiliário influencia diretamente no processo de planejamento e gestão das cidades, acabando por impor um planejamento urbano antidemocrático, a favor de seus interesses,

promovendo a manutenção e o aumento das desigualdades e da diferenciação social acirrando, assim, os processos de inclusão/exclusão social.

Um outro fator importante de se destacar com relação à influência do mercado imobiliário no processo de inclusão/exclusão social, tanto nas cidades médias como em outras realidades urbanas é a propriedade fundiária ou imobiliária se tornar não apenas um valor de uso, mas também um valor de troca para o seu proprietário, fazendo com que os lucros auferidos pelos proprietários fundiários ou pelos incorporadores sejam cada vez maiores e, por outro lado, o acesso a esse “direito” que é a moradia se tornar um sonho cada vez mais distante das classes de menor renda, como se pode analisar a partir de Smolka (1987, p.51).

As disputas pela apropriação das rendas imobiliárias ou fundiárias são extremamente acirradas nas cidades médias paulistas (SPOSITO, 1990). São estas disputas que determinam os destinos e o desenvolvimento das cidades, fazendo com que determinadas regiões ou espaços da cidade sejam mais valorizadas do que outras. Como exemplo deste processo/mecanismo nas cidades médias brasileiras, podemos citar, de um lado, a comercialização de terrenos e/ou imóveis em loteamentos e/ou condomínios fechados, principalmente para uma classe média em busca de maior *status* social e econômico, em uma determinada região da cidade, valorizando seu entorno. Por outro lado, a criação de loteamentos populares legais ou ilegais em outra região da cidade, promove o acirramento da diferenciação e desigualdade intra-urbana. Particularmente, no que se refere aos estudos de cidades médias do interior paulista, cabe destacar os trabalhos desenvolvidos por Whitacker (2003) e Sobarzo Miño (2004).

### 3.5.2 – A influência do Poder Público Municipal

Um outro agente importantíssimo para a manutenção e promoção das desigualdades sociais e, conseqüentemente, para o acirramento do processo de inclusão/exclusão social é o Poder Público Municipal. Como aponta Preteceille (1996, p.26), este, a partir de suas políticas públicas, sejam elas habitacionais, sociais, de saneamento, entre outras, sempre atende a

determinados interesses políticos em detrimento de outros – privilegiando na maioria das vezes a classe de maior renda, que geralmente domina o mercado imobiliário nas cidades capitalistas. Como aponta Cymbalista (1999, p.89): “[...] se depreende claramente a importância do perfil político da administração municipal para a conformação de uma estratégia de regulação e sua relação com os padrões de exclusão social”.

Entendemos que são várias as formas que o Poder Público Municipal utiliza para exercer este papel de regulação, com impactos nos padrões de desigualdade social e espacial e na estruturação da exclusão social, mas principalmente através de quatro maneiras:

- 1) através da alocação de investimentos públicos em infra-estrutura urbana para determinadas áreas;
- 2) através da elaboração e, principalmente, da localização de políticas públicas habitacionais;
- 3) através da legislação urbanística;
- 4) através do planejamento urbano passivo ou privatista.

Vejamos, a seguir, cada uma delas mais especificamente.

#### *Os investimentos públicos*

A primeira forma sobre como o Poder Público Municipal pode interferir diretamente no aumento/expansão das desigualdades sociais e acirramento dos processos de exclusão social no interior das cidades capitalistas se dá através da alocação de investimentos públicos, principalmente em infra-estrutura urbana, de forma diferenciada e seletiva para as diferentes áreas e classes sociais.

Se trabalharmos com a noção de que o Poder Público Municipal – na maioria das vezes, quando a população e a sociedade civil não são organizadas para defender o direito e os benefícios para grande parte da população ou a socialização e democratização dos investimentos – este é apropriado pela classe dominante e a ela serve e beneficia. Entenderemos, assim, que a alocação de infra-estrutura urbana será maior e de melhor qualidade para áreas onde a sua concentração e a sua presença são mais

determinantes, em detrimento de outras áreas, sejam elas mais necessitadas de infra-estrutura ou não. E isso é considerado como algo natural e nada mais justo nas cidades médias, pois aqueles que melhor se localizam pagam mais impostos e, portanto, devem ser privilegiados na dotação de investimentos e infra-estrutura, ou seja, enquanto os ricos dominam o espaço, produzindo-o em benefício próprio, os pobres são reféns deste mesmo espaço, sendo confinados nos espaços que lhes restam, menos dotados de infra-estruturas.

Ampliam-se, portanto, as desigualdades socioespaciais e o processo de exclusão social no interior das cidades médias como aponta Lojkine, ao afirmar que:

[...] por trás das aparências, a continuidade e a coerência de um processo de seleção urbanística que privilegia o equipamento de algumas zonas urbanas de que se apropriou a fração de classe dominante [...] em detrimento dos equipamentos coletivos que deveriam beneficiar outras camadas sociais. (LOJKINE; 1997, p.241).

A pesquisa realizada por Hora (1997) a respeito do Programa Cura (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada), um dos programas do extinto Banco Nacional de Habitação, em Presidente Prudente, é um bom exemplo do impacto dos investimentos públicos em cidades médias. Conforme os resultados obtidos na pesquisa, os recursos aplicados na Zona Leste da cidade provocou a remoção de favelados e um aquecimento do mercado imobiliário daquela área, que concentrava a maior parte da população de baixa renda de Presidente Prudente. Segundo a autora, as obras de infra-estrutura realizadas facilitaram o acesso àquela área da cidade, representando, assim, muito mais uma

porta para a cidade do que efetivamente a cidade e a cidadania para a grande maioria dos moradores que habitam a Zona Leste, e que se encontram excluídos da cidade, às portas do urbano, contraditoriamente integrados/não-integrados à cidade (BERNARDELLI; 2001, p. 136).

Além da localização e dotação de investimentos em infra-estrutura, o Poder Público Municipal influencia na reprodução das desigualdades quando da instalação e localização da sua infra-estrutura administrativa, tais como a sede do Poder Executivo ou do Legislativo Municipal, equipamentos urbanos de lazer (praças poliesportivas, centros culturais, teatros, etc.) e, ainda com a localização de equipamentos públicos estaduais ou federais, como fóruns, presídios, secretarias governamentais, etc. Dessa forma, devemos concordar com Maricato (2001, p. 43) quando afirma que:

Existe (...) uma correlação entre mercado e gestão pública urbana. Mas essa relação vai mais longe. O mercado imobiliário controla os investimentos públicos urbanos que são o fator mais importante de valorização imobiliária. Isso justifica e explica a satisfação dos *lobbies* existentes sobre a orientação dos investimentos públicos no processo de urbanização.

#### *As políticas públicas habitacionais*

Uma segunda forma como o Poder Público Municipal influenciaria no acirramento das desigualdades sociais e manutenção do processo de exclusão social é na elaboração/formulação de políticas habitacionais. Afinal, o planejamento habitacional reforça as tendências excludentes na urbanização brasileira, visto que em momento algum as políticas habitacionais questionam a existência da propriedade privada da terra como valor de troca, principalmente, e trata a habitação como uma mercadoria.

Assim, quando da elaboração dessas políticas públicas, o Poder Público Municipal irá definir várias determinantes que podem ser consideradas como fatores excludentes, tais como: localização, tamanho e qualidade das habitações, infra estrutura e financiamento. No caso da localização, um fator preponderante nas cidades médias é a distância dos centros urbanos dotados de melhor infra-estrutura urbana ou em vazios urbanos, em áreas inadequadas para o desenvolvimento e expansão urbana racional<sup>29</sup>. O

---

<sup>29</sup> Com relação à localização, ao determinar a área de instalação de um loteamento popular, o Poder Público Municipal pode estar criando condições para valorização de terrenos urbanos, quando, por exemplo, instala um loteamento descontínuo da malha urbana, ou mesmo quando concentra os loteamentos e conjuntos habitacionais para população de baixa renda em apenas determinada região da cidade, fazendo com que

tamanho e qualidade das habitações estão associados à construções com metragens insuficientes para o atendimento das necessidades básicas das famílias (geralmente mais numerosas) e construídas com material de baixa qualidade na maioria das vezes. A infra-estrutura – inexistente ou de qualidade precária – e as exigências do financiamento<sup>30</sup> – que a maior parte da população não alcança, fazem com que poucos tenham acesso ao projeto ou política habitacional, como aponta Azevedo (1982, p.71).

Esse processo de substituição/expulsão dos moradores por outros de rendimentos mais elevados, na medida em que a acessibilidade à cidade é facilitada pelos investimentos públicos em infra-estrutura e equipamentos urbanos ocorre também nos conjuntos habitacionais construídos nas cidades médias. Segundo o levantamento realizado por Fernandes (1998), 40% dos domicílios existentes na área urbana de Presidente Prudente são resultantes de programas habitacionais desenvolvidos pelo Poder Público (municipal, estadual ou federal). Privilegiando investimentos em determinados setores da cidade e concentrando os conjuntos habitacionais em poucas áreas, tais programas promoveram a valorização imobiliária diferenciada da área urbana e contribuíram para a delimitação dos territórios de exclusão.

Interessante notar também na ação do Poder Público Municipal é a elaboração de leis ou criação de instrumentos urbanísticos específicos, como por exemplo, a Legislação Especial de Habitação e de Interesse Social, voltados para a formulação das políticas habitacionais, com a intenção de facilitar aprovação de projetos de habitação e moradia, que se apresentam na maioria das vezes com parâmetros construtivos e de urbanização diferentes dos usuais ou menos exigentes, principalmente quando demandados por outras esferas governamentais, como aponta Rolnik (1999, p.08).

Outra questão quanto às políticas habitacionais é o fato delas poderem ser utilizadas de forma ideológica, com o objetivo de dominação política – principalmente com práticas populistas e clientelistas – e também como forma

---

outras áreas fiquem disponíveis para os investimentos imobiliários de maior padrão, como percebemos nitidamente em Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente.

<sup>30</sup> Mesmo com a democratização do acesso ao financiamento público habitacional nos últimos anos, dificilmente aqueles que estão inseridos no mercado informal de trabalho (e não são poucos) conseguem financiamento pelo fato de não comprovarem rendimentos que possibilitem o acesso à casa própria.

de incentivar o mercado imobiliário<sup>31</sup> e não com o propósito de amenizar as dificuldades das classes menos favorecidas, como podemos observar a seguir:

Estariam também enquadrados dentro das motivações ideológicas, argumentos que vêm nessa ação do Estado [...] um objetivo de legitimação política. A maioria desses programas teria uma importância mais simbólica – mostrar a preocupação do governo com os pobres – do que propriamente uma busca de maior eficiência na construção de casas populares. (AZEVEDO, 1982, p.100)<sup>32</sup>.

[...] o que se pretendia [...] não é minorar o problema habitacional das classes de baixa renda, mas sim criar condições para assegurar uma maior valorização do capital voltado para a produção [...] (AZEVEDO, 1982, p.98).

Portanto, as políticas públicas habitacionais estariam mais próximas da promoção e valorização do mercado imobiliário do que resolver o problema da falta de moradia e, dessa forma, garantir o direito à cidade para toda a população, na perspectiva apontada por Lefèbvre (1969).

#### *A legislação urbanística*

A terceira maneira do Poder Público Municipal influenciar no processo exclusão social é através da legislação urbanística, que em sua grande maioria, determina diversas formas de se ocupar o espaço urbano que acaba excluindo a maior parte da cidade e que reflete o jogo de interesses existentes na produção do espaço urbano, como aponta Marisco (2003, p.41):

A produção de todo e qualquer instrumento de regulação urbanística traz em seu bojo um jogo de interesses (de classes, econômicos, políticos e ideológicos) [...]. Os instrumentos são documentos que refletem as lutas e as contradições de uma sociedade de classes, portanto contraditória. Seu conteúdo reflete essas lutas e contradições.

---

<sup>31</sup> Se as políticas habitacionais visassem a garantia de acesso à moradia pela população de menor poder aquisitivo e se fizesse cumprir a função social da propriedade privada urbana, portanto o cumprimento social da cidade, conforme estabelece o artigo 182 da Constituição Brasileira, regulamentada pela lei 10.257, denominada Estatuto da Cidade, bastaria a desapropriação dos imóveis subutilizados ou não utilizados nas cidades, evitando, assim, ou diminuindo a necessidade de construção de novas unidades habitacionais.

<sup>32</sup> A ação aqui citada é a oferta de moradias populares.

Dessa forma, resultado de um jogo de interesses dos diferentes grupos ou classes sociais, a legislação urbanística poderá tanto minimizar ou extinguir as possibilidades de acirramento das desigualdades socioespaciais que estão na origem dos processos de exclusão social, como também acentuar ainda mais estes processos, e entendemos ser o que prevalece no desenvolvimento da urbanização brasileira, como a mesma autora aponta:

No caso brasileiro, o urbanismo conservador consolidou uma forma de fazer e pensar a cidade onde os mecanismos e os instrumentos de planejamento legitimaram práticas segregativas e excludentes, uma vez que há um nítido jogo de interesses na gestão das cidades, beneficiando parcelas do território para determinados segmentos de classe. (MARISCO, 2003, p.11)

Isso nos leva a concordar com Kowarick (2000, p.54) quando afirma que:

Irregularidade, ilegalidade ou clandestinidade em face de um ordenamento jurídico-institucional que, ao desconhecer a realidade socioeconômica da maioria, nega o acesso a benefícios básicos para a vida na cidade. Não se trata apenas do inconsciente perverso de tecnocratas bem-intencionados. Trata-se de um processo político que produz uma concepção de ordem estreita e excludente e, ao fazê-lo, decreta uma vasta condição de subcidadania urbana.

É interessante notar, ainda, que a legislação urbanística acaba por se aplicar apenas a cidade dos ricos, à cidade idealizada e harmoniosa e não a cidade real, recheada de conflitos pois, em alguns casos, como aponta Maricato (2001, p.39) a cidade legal, dentro das normas e da legislação torna-se a exceção e a cidade ilegal ou irregular torna-se a regra porque a maior parte da população mora fora dos padrões mínimos exigidos pela legislação.

Isso, além de acirrar o processo de inclusão/exclusão social, acaba por atender aos interesses do mercado imobiliário, pois sua existência, ao desvalorizar determinadas áreas, ao mesmo tempo valoriza as áreas da cidade legal.

### *O planejamento urbano*

Por fim, a quarta forma de atuação do Poder Público Municipal no acirramento do processo de exclusão social se dá através do planejamento urbano, que jamais se configura como neutro e cujo objetivo seria a melhoria das condições de vida e a justiça social, o que é difícil em uma sociedade de classes com diferentes interesses, como aponta Souza (2002, p.86-87):

O objetivo do planejamento, nos marcos de uma ética comunicativa crítica, não é o 'equilíbrio' (idéia sempre artificial e ideológica em uma sociedade de classes) e a conciliação de interesses a todo custo, mas a promoção de maior justiça social (e de melhor qualidade de vida nos marcos da justiça social), sobre a base da explicitação dos conflitos latentes e do estímulo ao diálogo racional, buscando evitar, com isso, o recurso à violência.

No entanto, o que se observa no Brasil é um planejamento urbano que se configura como um planejamento passivo ou privatista, servindo a interesses de alguns poucos, inclusive, e principalmente, do mercado imobiliário e não aos interesses de toda a população e que, portanto, promove e acentua os processos de exclusão social. Estamos muito distantes de garantir uma equalização de acesso aos bens públicos, bem como à qualidade de vida de toda população, como o planejamento urbano é apontado pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 182.

Assim, nessas quatro formas, o Poder Público Municipal atua como agente ativo e fundamental dos processos excludentes, contribuindo para a sua manutenção e ampliação.

#### 3.5.3 – A interrelação mercado imobiliário e Poder Público

Devemos ainda ressaltar a importância da interrelação entre os dois agentes que ora apontamos na promoção, manutenção e aumento das desigualdades sociais e espaciais e, conseqüentemente, no acirramento dos processos de exclusão social nas cidades médias. Ou seja, mercado imobiliário e Poder Público Municipal não atuam sozinhos ou em separado. Pelo contrário,

os dois agentes se complementam, quando não se confundem ou se tornam parceiros de um mesmo empreendimento, pois *“os incorporadores imobiliários, juntamente com o poder público, são importantes agentes segregadores e excludentes pois ao implementarem melhorias nas diferentes áreas”* (ROMA, 2008, p.39) *“expulsam parcelas da população que não conseguem arcar com os custos impostos por este novo padrão e atraem parcelas capazes de pagar pelas diferenciações criadas”* (MELAZZO, 1993, p. 25).

Ou ainda como aponta Carlos (2007, p. 52), ao analisar a relação entre as ações dos promotores do mercado imobiliários e da gestão pública, afirma que:

A ação dos promotores imobiliários, das estratégias do sistema financeiro e aquelas da gestão política, às vezes de modo conflitante, em outros momentos, de forma convergente de modo a orientar e organizar o processo de reprodução espacial através da realização da divisão socioespacial do trabalho, promovendo especializações de áreas, hierarquizando lugares e fragmentando os espaços vendidos e comprados no mercado (como mediação necessária).

Um dos exemplos dessa atuação em conjunto entre mercado imobiliário e o Poder Público Municipal, pode ser tanto uma falta de legislação rígida ou específica para o controle da proliferação dos já citados loteamentos ou condomínios fechados. Ou, ainda, a implantação de loteamentos populares em áreas inadequadas ao desenvolvimento urbano, como também a negligência ou a falta de capacidade de fiscalização e controle sobre a produção da cidade e do espaço urbano como um todo.

Essa associação entre o Poder Público Municipal e o mercado imobiliário, da qual o primeiro também participa gera um planejamento e uma gestão urbanos pouco democráticos, como afirma Souza (2002), que procura sempre privilegiar os interesses de uma pequena parcela da população, detentora dos meios de produção, em detrimento de melhores condições de vida para a grande maioria da população.

### **3.6 – Exclusão social: algumas considerações**

Diante do exposto neste capítulo, podemos afirmar que alguns aspectos são bastante comuns nas abordagens relativas ao conceito de exclusão social. Em primeiro lugar, embora alguns autores apresentem abordagens do conceito de exclusão social em diversas escalas a grande maioria concorda que o mesmo implica um processo. Desse modo destacamos que tanto as escalas de origem como as escalas de impacto podem ser analisadas mostrando as matrizes ou as situações que influenciam ou são influenciadas por estes processos, permitindo elaborar conhecimentos que sirvam de parâmetro adequado para elaboração e implementação de políticas públicas.

Em segundo lugar, o conceito é intrinsecamente social e quando os autores classificam ou tipificam as múltiplas dimensões, instâncias ou domínios que influenciam ou são influenciados pela exclusão social, em geral são listados uma série de âmbitos, nos quais a repercussão dos processos varia em grau e dimensão. Isso mostra que a exclusão social é um fenômeno que somente pode ser analisado quando se considera a historicidade do processo a que se refere.

Em terceiro lugar destacamos o caráter subjetivo a que o conceito remete, pois o conceito de exclusão social ao permitir identificar o processo permite também quebrar a culpabilidade outrora atribuída ao sujeito. Importa então, como pesquisadores desta temática, identificarmos em nossas pesquisas os aspectos representacionais e subjetivos que envolvem o sujeito e os grupos sociais aos quais ele pertence. O processo de exclusão social impacta os sujeitos ou grupos sociais em diferentes graus, e tão importante quanto identificar a ausência de equipamentos ou serviços públicos é identificar os significados das ausências e assim humanizar as políticas públicas. Não é apenas um indivíduo ou um beneficiário que é ignorado quanto a sua participação social plena, ou está precariamente atendido por políticas públicas, mas um sujeito passível de sofrimento ético e político.

A partir do conceito de exclusão social podemos descrever, correlacionar e, enfim, identificar limites e alternativas para a superação de

parte dos problemas e das desigualdades sociais que precarizam, estigmatizam ou eliminam literalmente relações, áreas, pessoas ou grupos sociais.

Não é possível falarmos em enfrentamento da exclusão social sem olharmos para o caráter estrutural e da naturalização da desigualdade social e, portanto, do modelo sócio-econômico vigente.

O enfrentamento da exclusão social deve, portanto, ocorrer concomitantemente em diversas escalas. Na escala global por meio da superação dos macro-processos de exclusão como os que atingem as formas desiguais de relação entre Estados e mercado mundial, característico do capitalismo. Na escala nacional com novas formas de planejamento que valorizem o impacto e não o meio de execução – a estrutura de implantação de muitas políticas públicas no Brasil consome grande parte dos recursos que poderiam chegar aos destinatários das mesmas. Na escala local por meio do combate aos micro-processos de exclusão como a ocorrência de grupos de interesses que acirram ainda mais os macro-processos excludentes. Em todas estas escalas, contudo, é preciso que ocorra uma readequação de valores que confira aos grupos e segmentos populacionais diferentes oportunidades para que ultrapassem as desigualdades, possibilitando novas e adequadas formas de participação social e de revalorização do universo simbólico dos que são atingidos negativamente por tais processos.

O desmantelamento das relações de subalternidade e dominação que atingem parcelas significativas das populações mundiais, que vivem incessantes processos de exclusão social, pode ter contribuição importante das abordagens que primam por conferir novas formas de identificação e enfrentamento das questões sociais, como ocorre com o conceito de exclusão social.

Dessa forma, apresentado nosso entendimento sobre o conceito de exclusão social e exposto os principais agentes da produção das desigualdades nas cidades médias e que permitem caracterizá-las como territórios da desigualdade e da exclusão social, abordaremos a seguir uma discussão acerca da construção de um conjunto de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana que nos permita mapear e representar a exclusão social nas três cidades médias selecionadas.

Capítulo 4

**SISTEMA DE  
INDICADORES SOCIAIS  
DE DESIGUALDADE  
INTRA-URBANA**

*"as palavras e os conceitos são vivos, escapam escorregadios como peixes entre as mãos do pensamento e, como peixes movem-se ao longo do rio da História. Há quem pense que pode congelar conceitos. Essa pessoa será quando muito um colecionador de idéias mortas".* Escritor moçambicano Mia Couto.

Contribuindo com a discussão coletiva realizada no interior do CEMESPP, procuramos espacializar os indicadores sociais de desigualdade intra-urbana a partir da análise das três cidades médias selecionadas, caracterizando, diferenciando e distinguindo áreas ou lugares segundo a composição socioeconômica da população que neles habita. Esse trabalho de cartografia permitiu-nos identificar e delinear os territórios da exclusão social.

Para isto, foi preciso analisar as variáveis mais adequadas para o estudo, o que também foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica. Entendemos que os indicadores de desigualdade intra-urbana, sejam eles, econômicos, sociais ou geográficos, podem ser elaborados e definidos a partir do que entendemos por indicadores sociais, assim definido por Januzzi (2001, p.14):

uma medida em geral qualitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.

[...] é importante ressaltar que os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem o aprofundamento das investigações acadêmicas sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.

#### **4.1 – Indicadores sociais: aportes teóricos**

Da mesma forma que a exclusão social, as discussões sobre os indicadores sociais surgiram primeiramente no âmbito político/institucional, longe do debate acadêmico, e começaram a se destacar a partir da década de 1960, com a elaboração de diversos instrumentos de mensuração do bem-estar da população e de mudanças sociais por parte de vários organismos multilaterais, tais como OCDE, UNESCO, FAO, OIT, OMS. Os trabalhos realizados por organismos ajudaram a perceber um descompasso entre o desenvolvimento ou crescimento econômico e a melhoria das condições de vida da população nos diferentes países.

O PIB (Produto Interno Bruto), até então utilizado como o principal indicador de desenvolvimento socioeconômico dos países, mostrava-se cada vez menos apropriado como medida representativa do bem-estar social, levando, assim, em todo mundo, a disseminação e a criação de sistemas nacionais de produção de indicadores sociais e estatísticas públicas. Havia a esperança de melhor orientar e avaliar as ações estatais na produção de políticas públicas mais incluídas e que pudessem superar as iniquidades entre crescimento econômico e as condições de vida da população (Januzzi, 2001).

Apesar do descrédito desse tipo de abordagem da desigualdade social na década de 1970 (Januzzi, 2002), o aprimoramento de novas experiências de formulação e implementação de políticas públicas, principalmente na escala local tem reacendido o debate desde a década de 1980. Sindicatos, universidades e centros de pesquisa passaram a empreender esforços para o refinamento conceitual e metodológico de instrumentos de quantificação e qualificação das condições de vida, visando instrumentalizar os programas de combate à desigualdade social e à pobreza.

Portanto, cada vez mais os indicadores sociais tornaram-se indispensáveis para o planejamento público e a implementação de políticas públicas e passaram a ser elaborados e analisados tanto pelos setores público e privado quanto pela esfera da sociedade civil em busca de garantia por

maior transparência e efetividade na gestão dos gastos públicos e eficiência nas políticas sociais (Morais e Lima, 2001).

Na perspectiva das políticas públicas os indicadores sociais representam diferentes papéis em fases distintas do processo. Num primeiro momento na fase de diagnóstico e formulação de políticas, os indicadores revelam o quadro atual da realidade, detectando os problemas, dimensionando as carências revelando a demanda por determinados serviços públicos. Ao mesmo tempo permite definir áreas prioritárias de intervenção da política pública a ser implementada e os recursos necessários para atingir os objetivos determinados. Na fase seguinte, da implementação das políticas, os indicadores possibilitam determinar a forma mais eficaz de alocação de gestão dos recursos. Posteriormente, nas fases de monitoramento, avaliação e revisão, os indicadores permitem avaliar o progresso no alcance das metas, fornecendo possibilidades de detecção de erros e revisão do plano de ação (MORAIS E LIMA, 2001)<sup>33</sup>.

Além disso, entendemos que os indicadores sociais podem revelar as desigualdades socioespaciais e os significados da vida urbana, onde os processos excludentes são cada vez mais intensos, criando uma cidade e um espaço intra-urbano fortemente marcado pela exclusão social.

Portanto, os indicadores sociais não surgem separados de uma elaboração teórica e conceitual, como procuramos realizar nesta tese de doutorado através da discussão do conceito de exclusão social, pois como sugere Sabóia (2001, p.45):

[...] a montagem de um sistema de indicadores sociais envolve uma série de decisões metodológicas. A primeira delas é a definição operacional do conceito abstrato ou a temática que se refere ao sistema em elaboração. A partir deste conceito teórico é necessário especificar as suas dimensões e formas de interpretação e abordagem desse sistema. Definindo essas dimensões de investigar, são obtidas estatísticas pertinentes e é possível construir os indicadores e compor um

---

<sup>33</sup> Januzzi (2001) faz uma interessante discussão acerca da eficiência, da eficácia e da efetividade dos indicadores sobre políticas públicas.

sistema, que traduz, em termos mais tangíveis, o conceito abstrato inicialmente selecionado.

Koga (2003) e Januzzi são autores com a mesma preocupação e indicam a necessidade de análise das metodologias de construção de indicadores sociais para desvendar as teorias e objetivos a elas referidas. A partir desse balizamento teórico e metodológico, torna-se possível o uso mais consistente dos indicadores sociais, evitando transformá-los numa panacéia, como se fossem a expressão exata ou ideal dos conceitos abordados. Essa preocupação conceitual também é necessária para evitar o caminho inverso, quando primeiro elabora-se os indicadores para posteriormente inferi-lo ou relacioná-lo com um determinado conceito.

Concordamos com Januzzi (2002, p.56) em outro aspecto muito importante, a sua suposta isenção de valores ideológicos, como se por trás da construção dos indicadores sociais não estivessem orientações teóricas e opções metodológicas dos seus proponentes, bem como do conceito que ele busca evidenciar, como é o caso da exclusão social.

Dessa forma, para Januzzi (2002, p. 56) um indicador social consistente deve se pautar e “um modelo teórico ou a um modelo de intervenção social mais geral, em que estejam explicitados as variáveis e categorias analíticas relevantes e o encadeamento causal ou lógico que as relaciona”.

No caso específico do nosso trabalho, entendemos que os indicadores sociais são o elo de ligação entre o conceito analisado e a realidade empírica, social e espacial. Assim, os indicadores sociais permitem-nos revelar a exclusão social (dimensão política) como reflexo da banalização das desigualdades sociais e espaciais proporcionada pela concentração em pequenos espaços e para poucas pessoas os benefícios da inserção das cidades médias na rede urbana (dimensão econômica).

A partir das considerações acima, consideramos muito importante nos atentar para os obstáculos que precisam ser superados para uma adequada elaboração e análise desses indicadores de desigualdade intra-urbana. Como

aponta Morais e Lima (2001), além da dificuldade de comparabilidade e de confiabilidade nos dados derivados de pesquisas já existentes, qualquer sistema de indicadores deve ser suficientemente flexível para superar os possíveis atrasos, descontinuidades e problemas de cobertura ou desagregação dos dados. Dessa forma, percebemos que o exercício de elaboração de indicadores sociais não é uma tarefa fácil ou simples, principalmente pelo fato de não existir uma teoria formal ou definida que a oriente e também pelo fato de haver poucas fontes de dados e estatísticas confiáveis, tanto no que diz respeito a sua periodicidade quanto na sua confiabilidade e, principalmente, na escala de análise intra-urbana.

No entanto, apesar das dificuldades e dos desafios encontrados, o desenvolvimento da elaboração de indicadores sociais vem sendo cada vez mais, nos últimos anos, impulsionado por diversas instituições, nacionais ou internacionais, seja para auferir o grau de confiabilidade das políticas públicas sociais e dos gastos públicos quanto para medir as melhorias nas condições de vida da população, bem como para diagnosticar e/ou localizar as desigualdades socioespaciais intra-urbanas e definir as áreas e os pontos prioritários de ação das políticas públicas.

Entendemos, portanto, a importância do nosso exercício, juntamente com o CEMESPP, de elaboração de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana que levem em conta as características das realidades das cidades médias brasileiras, marcadas pela banalização das desigualdades sociais que acirram ainda mais o processo de exclusão social. Sob este ponto de vista, essa elaboração de indicadores na escala intra-urbana deve focalizar e destacar os grupos e as regiões das cidades mais vulneráveis para serem alvos de projetos e políticas públicas de inclusão social e espacial, pois, como apontam Guimarães et. alli. (2003, p.21):

Ao considerarmos ou constituirmos indicadores sociais, pode-se revelar uma fonte rica de análise de uma situação desde que apresentem as características e propriedades adequadas. Neste sentido, os indicadores sociais contribuirão para uma avaliação diagnóstica confiável e nortearão ações e decisões políticas tanto para instituições públicas e privadas como para os movimentos sociais. Podem ser utilizados com fins de

monitorização espacial e temporal em ações de políticas públicas, para a promoção de políticas específicas, provendo informações necessárias para as políticas e os poderes de ação.

#### **4.2 – Sistema de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana para as cidades médias de Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente**

Até o momento, procuramos esclarecer a validade da elaboração de indicadores sociais como instrumento importante para a análise de políticas públicas inclusivas. Por ser um recurso metodológico que informa os vários aspectos da realidade empírica, balizados numa fundamentação teórico-conceitual, entendemos que a discussão a seu respeito, com todos os avanços ocorridos na sua elaboração e disseminação, apresenta, ainda muitas questões para serem resolvidas, principalmente em relação:

1. ao estabelecimento de um marco teórico-conceitual adequado aos indicadores sociais intra-urbanos;
2. a produção de informações e armazenamento e atualização dos dados;
3. a publicização dos indicadores de forma democrática e pedagógica.

Dessa forma, uma informação necessária e importante ao propormos a elaboração de um sistema de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana para cidades médias é esclarecer que a principal fonte de dados e informações mais confiável nesse nível de desagregação espacial no Brasil é o Censo Demográfico, realizado somente a cada dez anos, apresentando-se, assim, como uma fonte de dados que apresenta uma defasagem considerável em sua atualização. Apesar dessa dificuldade, propomos a elaboração de um sistema de indicadores para analisarmos as realidades intra-urbanas das três cidades médias, uma vez que o *“espaço social requer um sistema de indicadores, referidos a múltiplas dimensões, para caracterizar um fenômeno social”* (Januzzi, 2001, p.17) e, ao mesmo tempo, identificar as especificidades do processo em cada uma delas.

Assim, seguindo a metodologia proposta por Januzzi (2001)<sup>34</sup>, entendemos que ao elaborarmos um sistema de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana devemos considerar quatro etapas, quais sejam, a:

- 1) definição operacional da fundamentação teórico-conceitual da temática: conforme realizamos no capítulo anterior, na discussão sobre o conceito de exclusão social;
- 2) especificação das suas dimensões e das diferentes formas de abordagem: nas múltiplas dimensões pelo qual se caracteriza o processo de exclusão social;
- 3) obtenção das informações, dados e estatísticas públicas pertinentes: possível a partir dos dados contidos no Censo Demográfico (IBGE, 2000) na escala intra-urbana por setor censitário;
- 4) composição do sistema de indicadores que traduza em termos mais tangíveis o conceito abstrato idealizado: conforme apresentaremos a seguir, com os 19 indicadores selecionados para análise.

Dessa forma, a partir da metodologia desenvolvida pelo CEMESPP, um sistema de indicadores sociais deve apresentar os seguintes objetivos, segundo apontam Guimarães et. all (2003, p.21-22):

- Adquirir novos conhecimentos e/ou transmitir os existentes: ou seja, caracterizar e identificar as especificidades do processo de exclusão social nas três cidades médias analisadas;
- Aquisição de um meio para prover as políticas públicas com informações confiáveis: o mapeamento dos indicadores permite um diagnóstico da realidade socioespacial e identifica as áreas prioritárias de ação e implementação de políticas públicas específicas;

---

<sup>34</sup> Januzzi (2001, p.18) apresenta um quadro esquemático da construção de um sistema de indicadores sociais.

- Demonstrar o desempenho ao longo do tempo e realizar previsões: a partir da fonte de dados do Censo Demográfico e do recorte territorial por setores censitários o sistema permite um acompanhamento e avaliação contínua das políticas implementadas, com um intervalo temporal de dez anos;
- Ser utilizado para promoção de políticas específicas e/ou de maior abrangência: os 19 indicadores que compõem o sistema identificam problemas e áreas pontuais a serem enfrentados e o indicador síntese reflete a necessidade de políticas públicas de inclusão social mais amplas;
- Monitorar variações espaciais e temporais das ações públicas: o sistema permite verificar a eficiência das políticas implementadas em determinado período e ainda monitorar o surgimento de novas áreas passíveis de intervenção;
- Demonstrar resultados das políticas em curso ou de sua ausência: é possível, também realizar uma avaliação constante da eficácia das políticas implementadas, corrigir distorções e identificar as deficiências delas e, ainda, verificar possíveis áreas ou setores negligenciados;
- Identificar as necessidades de uma determinada situação: ou seja, o sistema permite identificar, pontualmente, em qual área da cidade e qual indicador ou variável necessita de atenção especial.

Portanto, devemos ser muito criteriosos na eleição dos indicadores para a construção de um sistema de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana, que possa refletir de forma mais próxima a dinâmica da realidade empírica analisada.

Januzzi (2001), nesse sentido, apresenta claramente as propriedades a serem consideradas quando da seleção dos indicadores sociais, como uma ordenação classificatória dos mesmos.

Resumidamente, as três propriedades básicas apontadas pelo autor (JANUZZI, 2001, p.26-27) são: a relevância social (pertinência de sua elaboração solucionar problemas sociais relevantes, como o desemprego, por

exemplo), a validade (que representa o grau de proximidade entre o conceito e o indicador formulado, ou seja, a capacidade do indicador refletir o conceito abstrato que ele se propõe operacionalizar) e por fim a confiabilidade do indicador (a qualidade do levantamento dos dados ou variáveis utilizadas para a elaboração do indicador). Além destas três propriedades, os indicadores sociais devem ter ainda, as seguintes propriedades: cobertura, sensibilidade, especificidade, inteligibilidade de sua construção, comunicabilidade, factibilidade para obtenção, periodicidade na atualização, desagregabilidade e historicidade<sup>35</sup>.

Basendo-nos nestes critérios apresentados por Januzzi (2001) e com respaldo na metodologia desenvolvida pelo CEMESPP, para a construção do SisGeo®<sup>36</sup>, procuramos escolher os dados censitários do IBGE que nos transmitissem maior confiança e aumentassem sua potencialidade como indicador na elaboração do que denominamos de Sistema de Indicadores Sociais de Desigualdade Intra-urbana.

Assim, os indicadores sociais, ao revelarem as características econômicas, sociais, habitacionais e de infra-estrutura de saneamento básico dos diferentes espaços da cidade permite-nos revelar como as desigualdades socioespaciais se estruturam nas cidades médias, segmentando espaços e pessoas.

Além disso, para facilitar a compreensão e acesso ao sistema de indicadores elaborados, procuramos apresentá-los no formato cartográfico, uma vez que o mapa, sendo uma representação espacial, permite ver o mundo de uma maneira muito mais ampla e complexa do que é possível observar na vida cotidiana, pois os mesmos expressam as profundas desigualdades das condições de vida muitas vezes escamoteadas nas ilhas de

---

<sup>35</sup> Para maior detalhamento acerca de cada uma das propriedades desejáveis que os indicadores sociais devem possuir sugerimos analisar Januzzi (2001).

<sup>36</sup> O SisGeo (Sistema de Indicadores Sociais Georreferenciados), software elaborado pelo CEMESPP junto ao Projeto de Políticas Públicas da FAPESP em 2003, que é caracterizado como um SIG de nível complexo pois interrelaciona uma base de dados, uma base de conhecimentos e um sistema de interação com os usuários, gerando relatórios em forma de planilhas eletrônicas e mapas temáticos, facilitando a construção de indicadores sociais georreferenciados e possibilita um estudo comparado entre diferentes realidades.

prosperidade em que se constituem as cidades médias brasileiras (GUIMARÃES et. alli, 2003, p.23-24).

Portanto, partindo do princípio de que nas cidades médias o processo de exclusão social é mais perverso, a construção de um sistema de indicadores sociais possibilita revelar as múltiplas dimensões da exclusão social, ao mesmo tempo que permite territorializar no espaço intra-urbano as classes sociais mais sujeitas a situações de risco e vulnerabilidade, conforme apontam Guimarães et. alli (2003, p.23).

Assim, apresentaremos, adiante, os indicadores sociais selecionados que, em conjunto, nos permitem construir um SISTEMA DE INDICADORES SOCIAIS DE DESIGUALDADE INTRAURBANA e identificar e territorializar o processo exclusão social nas cidades de Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente.

Contudo, como entendemos que os mapas do sistema de indicadores sociais também se constituem como um indicador social, pois como instrumento de leitura da realidade, indicando o "o que" e o "onde", o mapa cria uma visão da cidade que é espacial e relacional (MELAZZO, 2006, p.111).

Assim, realizaremos no item seguinte uma breve discussão acerca da importância do mapa temático analógico como uma ferramenta fundamental do sistema de indicadores sociais que facilita e democratiza o acesso à informações para todos os interessados em combater as desigualdades socioespaciais inerentes á produção capitalista do espaço urbano, em especial, nas cidades médias.

#### **4.3 – O mapa como indicador social<sup>37</sup>**

Durante o processo de desenvolvimento da pesquisa procuramos refletir a respeito da relação intrínseca entre a elaboração de mapas e a construção do sistema de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana,

---

<sup>37</sup> Os apontamentos apresentados neste ítem representam os resultados das discussões coletivas realizadas no interior do CEMESPP acerca da importância do mapeamento para a elaboração de políticas públicas.

permitindo nos aproximar das poderosas ferramentas de análise espacial da cartografia digital a partir dos textos de Libault (1975) e Martinelli (1998) e reconhecer a importância do mapa analógico (a forma impressa da representação cartográfica digital).

Assim, o mapa, sendo uma representação da realidade empírica que possibilita-nos observá-la de forma mais ampla do que a observamos no dia a dia, permite-nos desencadear um processo de construção do conhecimento do espaço urbano das cidades médias analisadas expressas a partir dos indicadores sociais representados nos cartogramas.

Portanto, os mapas apresentados nesta pesquisa, podem ser considerados, eles próprios, um indicador social, pois são a expressão da realidade social e espacial que representamos e demonstram as profundas desigualdades socioespaciais e das condições de vida nas cidades de Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente e que, com rapidez e de forma pedagógica, sem muitas explicações, permitem a socialização e democratização do conhecimento acumulado a respeito da temática da exclusão social.

No entanto, segundo Melazzo (2006, p.113) alguns breves comentários a respeito de algumas das limitações dos mapas elaborados para a leitura das desigualdades socioespaciais das três cidades médias devem ser feitos. Em primeiro lugar podemos apontar para a questão dos setores censitários que representam grandes vazios urbanos que, ao serem representados nos mapas, são superdimensionados, possibilitando uma leitura equivocada. Sanamos este problema a partir de uma nova delimitação destes setores censitários a partir da sobreposição do eixo de ruas, para os mapas do sistema de indicadores e elaborarmos os mapas síntese a partir de um mapeamento de grade.

Outra questão que merece destaque diz respeito ao fato de que em alguns casos específicos (domicílios tipo cômodo, por exemplo) as variáveis trabalhadas e os indicadores elaborados dizem respeito a pequenos números, portanto, chamamos a atenção, sempre, para os dados relativos. Isto revela a

ocorrência seletiva, diferenciada e pontual de tais dados no espaço intra-urbano.

#### **4.4 – Os indicadores sociais de desigualdade intra-urbana selecionados**

É com base na análise das propriedades desejáveis e das formas de classificação assumidas pelos indicadores sociais definidas por Januzzi (2001) que procuramos definir os indicadores fundamentais que nos permitissem compreender a estruturação das desigualdades socioespaciais e da exclusão social das cidades médias analisadas.

Portanto, faz-se necessário realizar alguns esclarecimentos metodológicos. Em primeiro lugar, optamos por trabalhar com 19 indicadores que procuram cobrir situações e/ou características relativas aos domicílios e às pessoas. Ou seja, cobrir as dimensões habitacionais, econômicas, sociais e também espaciais, uma vez que todos os indicadores estão georreferenciados.

A fonte principal para a elaboração destes indicadores foi o aplicativo em software desenvolvido pelo IBGE, através do qual encontram-se disponibilizadas as informações de cada município, na escala de setor censitário, relativas ao Censo 2000, denominado ESTATCART®.

Dispondo, então, das informações selecionadas para cada setor censitário, foi possível construir indicadores sociais relativos para cada um, de maneira a comparar as situações nestes diferentes setores da cidade a partir do mapeamento dos indicadores.

Numa primeira fase de experimentação optamos por utilizar a metodologia de dispersão dos indicadores para cada setor censitário da cidade. Ou seja, para cada uma das variáveis, calculamos o percentual de sua ocorrência ou não em cada setor censitário em relação ao total de possibilidades (seja de domicílios, seja de pessoas, seja pelo chefe de família) do mesmo setor e, a partir dos dados obtidos, definimos três categorias diferentes, aleatoriamente, com os valores variando em cada um dos

indicadores. Contudo, utilizando os mesmos intervalos para as três cidades, observamos que em alguns dos indicadores em determinada cidade não tínhamos a classificação de um setor sequer com pior indicador, mascarando, assim, possíveis situações de exclusão social daquele ou daqueles setores.

Assim, esta técnica não se mostrou a mais adequada, pois em alguns indicadores selecionados não permitia a compreensão da realidade, mascarando as diferentes características entre os setores.

Desta forma, para a versão final da tese, após a revisão de diversas metodologias estatísticas, optamos por trabalhar com duas metodologias diferentes: a metodologia dos quartis e a técnica de análise combinatória de pares recíprocos, a partir do método da distância máxima euclidiana.

A escolha de duas metodologias, e não de apenas uma, se justifica pelo fato de demonstrarem diferentes resultados – próximos – mas que reforçam nossa perspectiva de que os indicadores sociais são apenas uma ferramenta na qualificação do debate geográfico da exclusão social. Portanto, a definição da melhor metodologia para identificar os indicadores que representem as desigualdades sociais e espaciais e, posteriormente, para a elaboração de políticas públicas mais inclusivas, depende, preponderantemente, da posição ideológico-política de quem os elabora, de quem implementa e, principalmente de quem os demanda<sup>38</sup>.

Revelamos, assim, a intrínseca relação entre teoria (elaboração do conceito) e práxis (possibilidades de ação e transformação) que nos remete o processo de exclusão social.

A metodologia dos quartis permite-nos identificar os setores com melhores, intermediários ou piores condições em todas as variáveis, sem exceção, possibilitando uma visualização geral das condições de desigualdade socioespacial na qual se estruturam as cidades médias, na medida em que classifica os setores censitários urbanos em quatro classes distintas.

---

<sup>38</sup> Ressaltamos que não é objetivo central da tese a discussão ou a definição de qual a melhor metodologia, mas apresentá-las para o debate.

Já a metodologia da análise combinatória permitiu-nos destacar em todos os indicadores aqueles setores censitários que mais se distanciavam da tendência geral, apresentando assim melhor ou pior classificação, dependendo do indicador analisado.

Esta técnica estatística, a partir do software MINITAB® permitiu-nos o agrupamento das variáveis de cada indicador em quatro classes diferentes, permitindo que em todos os indicadores, para as três cidades, sempre houvesse ao menos um setor classificado em uma das quatro classes, como também possibilitou-nos diferenciar os setores censitários classificados como intermediários, aproximando-os dos melhores ou dos piores setores.

Portanto, enquanto a metodologia dos quartis permite uma leitura mais ampla das desigualdades, pois agrupa um maior número de setores censitários em cada uma das quatro classes a análise combinatória revela os setores censitários onde as condições são mais díspares em relação à realidade urbana. Dessa forma, a combinação das duas metodologias possibilita uma leitura mais ampla das condições de desigualdade social e espacial e viabiliza – quando for de interesse da administração municipal – a implementação de Políticas Públicas mais abrangentes e eficientes.

Assim, as duas metodologias de classificação das variáveis e de organização dos indicadores permitem-nos uma visualização, com relativa facilidade, dos setores ou áreas intra-urbanas que concentram determinadas características (dependendo do indicador utilizado) em detrimento de outros setores onde tal característica não comparece ou se apresenta com menor intensidade. Trata-se, assim, de um instrumento relativamente simples, mas que permite observar as áreas urbanas agrupadas por suas características e, dessa forma, visualizar e mapear as desigualdades intra-urbanas existentes.

Assim, como resultado final, a partir das quatro classes diferentes, obtivemos quatro conjuntos de setores, os quais passamos tratar da seguinte maneira:

- a) Os setores que apresentaram os piores indicadores sociais relativos a cada variável.

- b) Aqueles setores intermediários piores, com percentuais variados para cada indicador e próximos daqueles setores classificados com os piores indicadores;
- c) Aqueles outros setores censitários com percentuais próximos daqueles setores classificados com os melhores indicadores, classificados como setores intermediários melhores e;
- d) Aqueles que apresentaram os setores com os melhores indicadores sociais considerados.

Desta maneira, os mapas apresentarão as variáveis analisadas de acordo com suas respectivas categorias. Ou seja, não se trata de apresentar os percentuais de cada indicador social, mas sim, sua distribuição territorial de acordo com a intensidade relativa de sua ocorrência.

Organizados assim, os indicadores obtidos foram mapeados através do software MapInfo®, permitindo representar cada indicador selecionado na base cartográfica digital dos setores censitários urbanos de Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente.

Os resultados finais formam, então, mapas por setor censitário de cada indicador social sobre a malha urbana que se encontram representados nas cores, vermelha, alaranjada escuro, alaranjada clara e amarela sendo, respectivamente, a primeira para os piores setores, a segunda e a terceira para os setores censitários com indicadores intermediários e a quarta para os melhores setores.

A seguir, apresentamos a lista das variáveis selecionadas que nos permitam elaborar um sistema de indicadores que possibilite a análise das desigualdades intra-urbanas, dividida em quatro subgrupos.

No primeiro subgrupo temos as 06 variáveis relativas aos domicílios, os quais denominamos indicadores habitacionais:

- Domicílios particulares improvisados
- Domicílios particulares permanentes tipo cômodo

- Domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitário
- Domicílios particulares permanentes com 04 banheiros ou mais
- Domicílios particulares com até 04 moradores
- Domicílios particulares com mais de 04 moradores

Entendemos que a importância dos indicadores habitacionais está na possibilidade de determinar a localização das diferentes classes sociais no espaço intra-urbano das cidades médias analisadas e verificar a qualidade e as características de seus locais de moradia. Isso é possível através de indicadores de domicílios com alto padrão, através do indicador de domicílios particulares permanentes com 04 banheiros ou mais, como também a localização das casas de baixo padrão ou qualidade, através dos indicadores de domicílios sem banheiro e dos domicílios do tipo cômodo ou do tipo improvisado, ou ainda, indicadores relacionados com o número de pessoas residentes por domicílio.

No segundo subgrupo, apresentamos as 06 variáveis relacionadas aos domicílios com acesso aos meios de consumo coletivo de saneamento básico, denominados de indicadores de infra-estrutura de saneamento básico

- Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral canalizada em pelo menos um cômodo
- Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água de outra forma
- Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário com esgotamento sanitário ligado a rede geral de esgoto ou pluvial
- Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário com esgotamento sanitário de outra forma
- Domicílios particulares permanentes com destino do lixo coletado
- Domicílios particulares permanentes com outro destino do lixo

Esses indicadores são essenciais à garantia de melhores condições de vida para toda a população da cidade.

Entendemos que a oferta e a garantia de acesso a esses serviços à população é papel fundamental por parte do Poder Público Municipal e o mínimo para garantir uma condição de vida digna para os moradores da cidade como um todo.

Como observamos anteriormente, no capítulo 2, a partir da análise da tabela 05, as cidades de Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente mostram-se em boas condições em relação à infra-estrutura de saneamento básico, porém, como poderemos observar nos mapas, algumas áreas pontuais da cidade não representarão esta realidade, mostrando que as desigualdades sociais e espaciais intra-urbana também são acirradas por estes indicadores.

No terceiro subgrupo, das variáveis da renda das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, classificados como indicadores econômicos, temos 03 variáveis:

- Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes sem rendimento nominal mensal;
- Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal até 2 salários mínimos;
- Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com rendimento nominal mensal mais de 15 salários mínimos.

Os três indicadores procuram caracterizar economicamente os responsáveis pelos domicílios particulares e, conseqüentemente, mapear a localização de diferentes segmentos sociais representados pela renda do chefe de família no espaço intra-urbano das cidades de Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente.

Dentre os indicadores econômicos, temos aqueles que indicam as classes sociais menos favorecidas, que indicam o responsável pelo domicílio particular permanente sem renda mensal e/ou aqueles com renda mensal de

até 2 salários mínimos, como também o indicador do responsável pelo domicílio particular permanente com renda superior a 15 salários mínimos, representando a classe social mais abastada.

No quarto e último subgrupo, apresentamos 04 variáveis, sendo 02 referentes ao grau de escolaridade do responsável pelo domicílio, uma variável referente à idade do responsável pelo domicílio e duas referentes às pessoas residentes em domicílios particulares, representando os indicadores sociais.

- Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes sem instrução e menos de um ano de estudo;
- Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com 17 anos ou mais de estudo.
- Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com 10 a 19 anos de idade
- Pessoas residentes em domicílios particulares improvisados

Assim, a partir de três indicadores que procuram caracterizar a escolaridade ou a instrução do responsável pelo domicílio, quais sejam: pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes sem instrução e menos de um ano de estudo e pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com 17 anos ou mais de estudos; um indicador sobre a idade do chefe de família (pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes com 10 a 19 anos de idade) e um indicador referente pessoas residentes em domicílios particulares improvisados concluímos o mapeamento das desigualdades sociais e espaciais.

Com esse sistema de 19 indicadores sociais, que podemos classificá-lo como objetivo, simples e normativo, de acordo com a definição de Januzzi (2001), temos a possibilidade da construção de um indicador síntese, denominado como indicador de exclusão social. Esse indicador final nos possibilita mapear a exclusão social e identificar as especificidades e/ou auferir se há um padrão de desigualdades intra-urbana entre as cidades médias analisadas.

Os mapas do sistema de indicadores foram elaborados a partir da metodologia de classes, que demonstra os setores censitários de forma fragmentada, ou seja, cada setor censitário tem seus limites visivelmente delimitados, permitindo-nos visualizar a malha urbana das cidades analisadas como se fosse uma "colcha de retalhos". Essa metodologia nos possibilita identificar, pontualmente, aqueles setores que apresentam as melhores condições em determinado indicador (como, por exemplo, os domicílios com quatro banheiros ou mais) ou onde políticas públicas específicas devem ser implementadas para minimizar determinado problema ou carência em um indicador específico (como, por exemplo, domicílios sem banheiro ou sanitário) visando maior inclusão em relação ao respectivo indicador.

Assim, a seguir, analisaremos o mapeamento dos 19 indicadores sociais de desigualdade intra-urbana com o intuito de caracterizar cada uma das três cidades médias analisadas, buscando identificar as características específicas de cada uma delas como, também, as semelhanças existentes entre elas, para, posteriormente, no capítulo 5 definirmos o mapeamento da exclusão social.

Dessa forma, optamos em apresentar os mapas a partir de cada um dos subgrupos do sistema de indicadores para cada uma das três cidades, ao qual denominamos de figuras (coletivo de mapas de cada subgrupo de indicadores), de forma a facilitar a visualização das desigualdades socioespaciais e sua análise conjunta.

Apresentaremos, então, as figuras por subgrupos nas duas metodologias para cada cidade, buscando comparar a distribuição espacial dos indicadores com base nas metodologias diferentes para a mesma cidade e, posteriormente, realizar uma comparação entre as três cidades nas duas metodologias.

**FIGURA 2**  
**Uberlândia**  
**Indicadores Habitacionais**  
**2000**

**LEGENDA**

- ( ) Número de setores censitários
- Melhores indicadores
- Intermediários melhor
- Intermediários pior
- Piores indicadores

Definição das classes pela distribuição máxima esquisitosa com ponto de corte de 10%

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.  
 Organização e Realização:  
**ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA**

Presidente Prudente, 2009

Escala 1 : 200.000

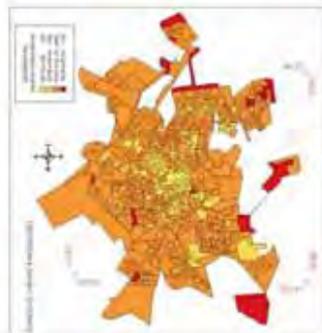
2 0 2 4 km

Sistema de Projeção: UTM  
 Esfera: WGS84 - Datum: Sudeste  
 Escala: 1:200.000



**CEMESPP**

AVENIDA SERENIDADE S/N - VILA UNIVERSITÁRIA - 31270-901 - BELO HORIZONTE - MG



**FIGURA3**  
**Uberlândia**  
**Indicadores Habitacionais**  
**2000**

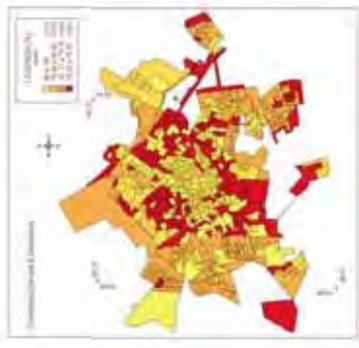
**LEGENDA**

- ( ) Número de setores censitários
  - Melhores indicadores
  - Intermediários melhor
  - Intermediários pior
  - Piores indicadores
- Definição das classes por quantis

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.  
 Organização e Realização:  
 ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Presidente Prudente, 2009  
 Escala 1 : 200.000  
 2 0 2 4km

Sistema de Projeção UTM  
 Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre.



Nas figuras 2 e 3 apresentamos os mapas referentes aos indicadores habitacionais para a cidade de Uberlândia nas metodologias de análise combinatória por pares recíprocos e quartis, respectivamente.

Com relação aos indicadores de domicílios tipo improvisado ou tipo cômodo, notamos que a grande maioria dos setores censitários são classificados nos melhores indicadores nas duas metodologias (92,7% e 93,2% dos setores, respectivamente através da técnica de análise combinatória e 81,8% e 86,3% na metodologia dos quartis).

Em relação aos piores setores censitários são poucos aqueles classificados com os piores indicadores. No entanto, enquanto na primeira metodologia temos apenas 1 setor nos domicílios improvisados (localizado na área norte da cidade) e 6 setores nos domicílios tipo cômodo (situados, predominantemente na porção leste da cidade) classificados como pior, na metodologia dos quartis temos 15 setores censitários assim classificados em relação aos domicílios improvisados, distribuídos por diversas regiões da cidade, da mesma forma como se espacializam os 16 setores censitários em relação ao indicador tipo cômodo.

Quanto aos domicílios sem banheiro ou sanitário na metodologia de análise combinatória temos apenas um setor classificado como pior indicador e um como intermediário pior (ambos localizados no extremo da periferia leste da cidade). Já na metodologia dos quartis o número de setores censitários classificados como pior ou intermediário pior é mais elevado (6 e 24 setores, respectivamente) dispersos pelas áreas periféricas da cidade.

Com relação ao mapa que representa a melhor qualidade das residências (domicílios com quatro banheiros ou mais) notamos a concentração dos setores censitários classificados com o melhor indicador (apenas um, com um percentual de 63,01% do total de domicílios) ou intermediário melhor na porção sul da cidade nas duas metodologias.

A análise dos dois mapas que representam a densidade de moradores por domicílios permite-nos identificar duas questões: a primeira é que na metodologia de análise combinatória há uma concentração de setores censitários classificados como intermediários piores ou melhores (93,4% nos domicílios com até quatro moradores e 93,2% para os domicílios com mais

de quatro moradores) e na metodologia dos quartis ocorre uma distribuição mais homogênea entre as quatro classes.

A segunda é que nos dois mapas notamos uma concentração dos setores censitários classificados como melhores na região central da cidade e aqueles que apresentam os piores indicadores na porção leste da cidade, principalmente, na primeira metodologia, enquanto que na metodologia dos quartis há uma dispersão dos diferentes setores por diversas regiões da cidade.

Portanto, estes dois primeiros conjuntos de mapas reforçam nossa afirmação de que enquanto a metodologia de análise combinatória destaca aqueles setores censitários mais extremos enquanto a metodologia de quartis agrupa os setores censitários de forma mais homogênea. E isso irá se repetir em todos os conjuntos de mapas a serem analisados posteriormente.

**FIGURA 4**  
**São José do Rio Preto**  
**Indicadores Habitacionais**  
**2000**

**LEGENDA**

- ( ) Número de setores censitários
- Melhores indicadores
- Intermediários melhor
- Intermediários pior
- Piores indicadores

Definição das classes pela distância máxima euclidiana com perda de detalhe de 10%.

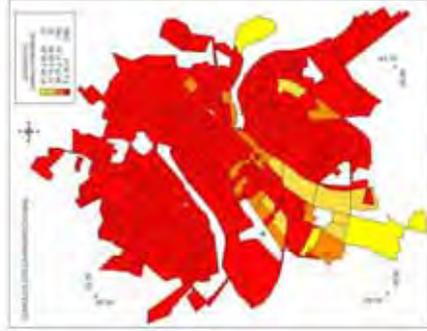
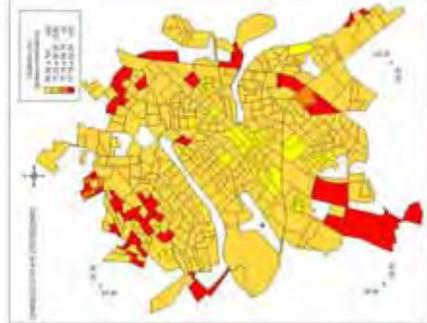
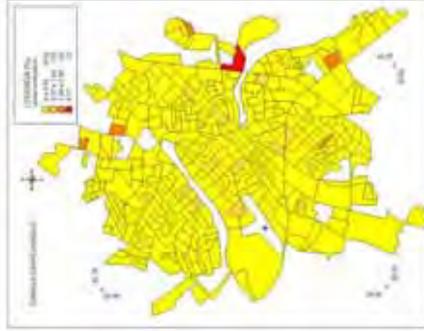
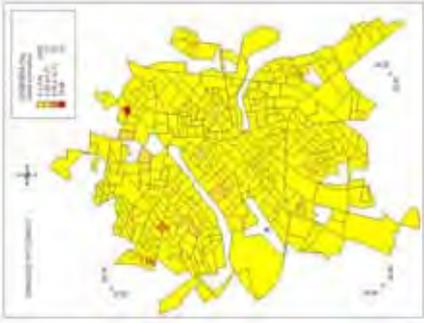
Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.  
 Organização e Realização:  
 ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Presidente Prudente, 2009

Escala 1 : 200 000

0 2 Km

Sistema de Projeção UTM  
 Espalhado Hayford - Geopos-Amapa.



**FIGURA 5**  
**São José do Rio Preto**  
**Indicadores Habitacionais**  
**2000**

**LEGENDA**

- ( ) Número de setores censitários
  - Melhores indicadores
  - Intermediários melhor
  - Intermediários pior
  - Piores indicadores
- Definição das classes por quantis

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.  
 Organização e Realização:  
 ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Presidente Prudente, 2009

Escala 1 : 200.000

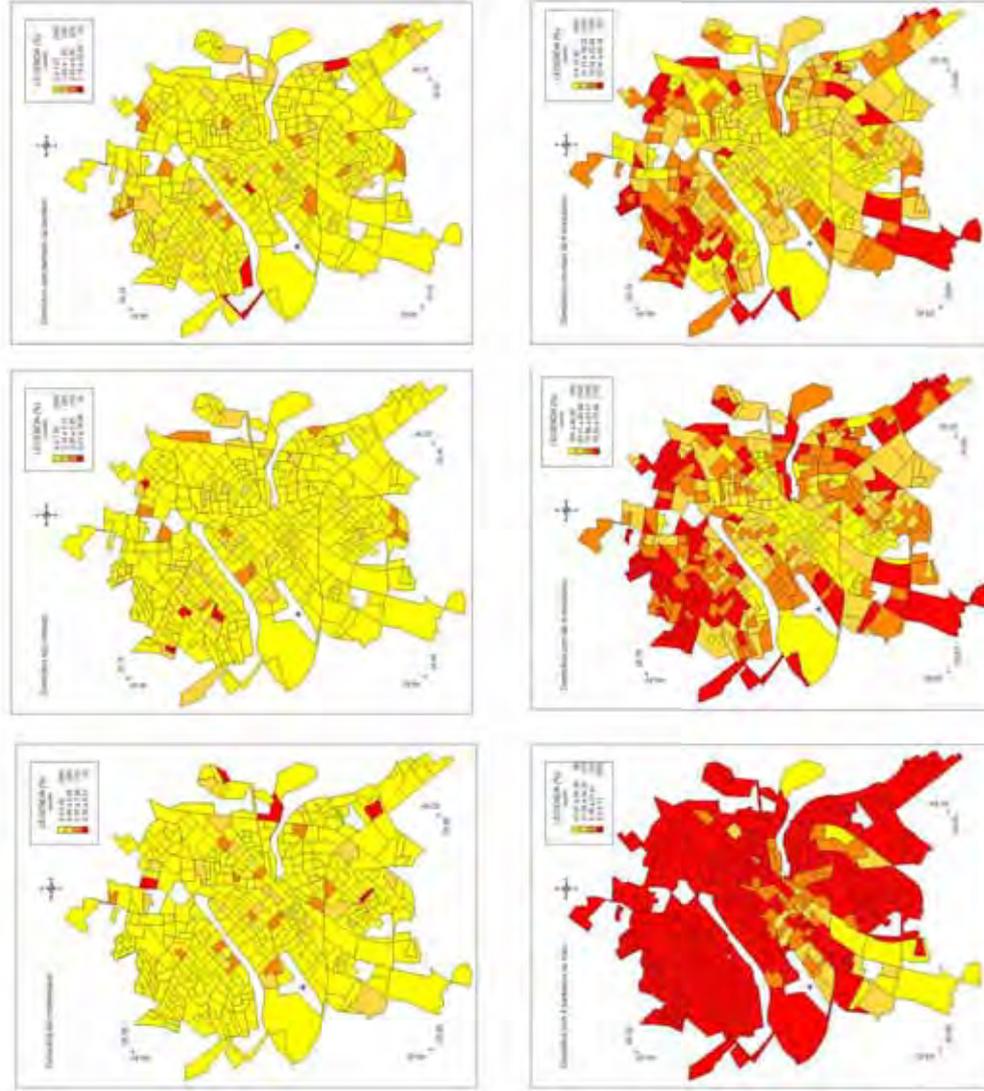


Sistema de Projeção: UTM  
 Espalhador: Mercator - Campo Anpro



**CEMESP**

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM SAÚDE, MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE



Nas figuras 4 (metodologia de análise combinatória) e 5 (metodologia dos quartis) mapeamos os indicadores habitacionais de São José do Rio Preto.

Observamos nas figuras 4 e 5 que a quase totalidade dos setores censitários são classificados com o melhor indicador nos mapas de domicílios tipo improvisado e tipo cômodo.

Enquanto na figura 4 temos apenas um setor censitário classificado como pior nos indicadores de domicílios tipo improvisado (8,51% do total de domicílios no setor, localizado na porção leste da cidade) e tipo cômodo (19,86% do total de domicílios no setor, situado na periferia norte da cidade), na figura 5 são, respectivamente, cinco setores e quatro setores censitários assim classificados.

Com relação aos domicílios sem banheiro ou sanitário também a quase totalidade dos setores classificam-se como melhores (98,1% dos setores censitários) na metodologia de análise combinatória e 83,6% dos setores censitários na metodologia dos quartis. E apenas dois e quatro setores censitários são classificados com o pior indicador em cada metodologia.

Já com relação ao indicador que representa os domicílios com quatro banheiros ou mais, apenas três setores censitários encontram-se em classificação privilegiada e notamos uma concentração de melhores condições na região centro-sul da cidade na metodologia de análise combinatória. A mesma localização se repete para os seis setores censitários definidos na metodologia dos quartis.

Os mapas com os números de moradores por domicílios apresentam um panorama geral de que os setores censitários com os piores indicadores concentram-se, principalmente, nas periferias norte, nordeste e leste da cidade e que os setores censitários em melhores condições distribuem-se por toda a cidade, com predominância na região central da cidade nas duas metodologias, apesar de uma distribuição mais homogênea em números de setores quando as classes são definidas em quartis.

**FIGURA 6**  
**Presidente Prudente**  
**Indicadores Habitacionais**  
**2000**

**LEGENDA**

- ( ) Número de setores censitários
- Melhores indicadores
- Intermediários melhor
- Intermediários pior
- Piores indicadores

Definição das classes pela distância máxima euclidiana com perda de detalhe de 10%.

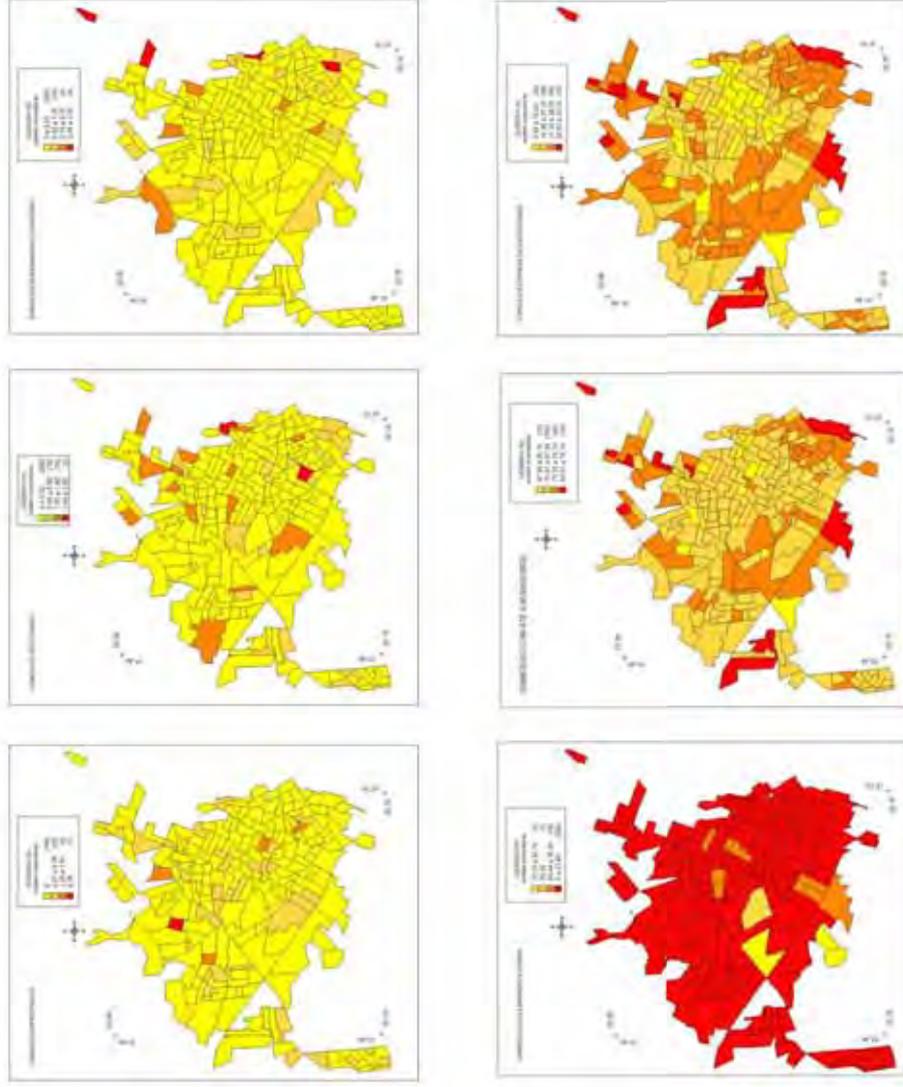
Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.  
 Organização e Realização:  
 ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Presidente Prudente, 2009.

Escala 1 : 200.000

2 0 2 4km

Sistema de Projeção: UTM  
 Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre



**FIGURA 7**  
**Presidente Prudente**  
**Indicadores Habitacionais**  
**2000**

**LEGENDA**

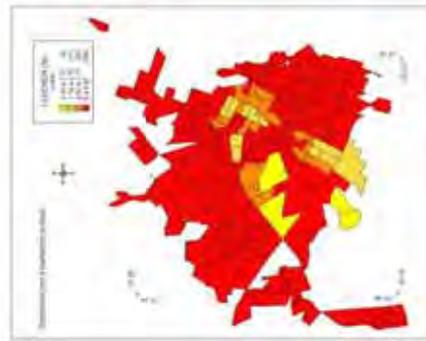
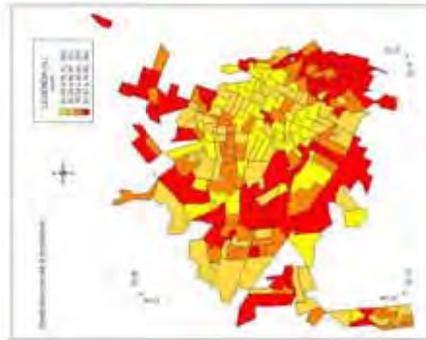
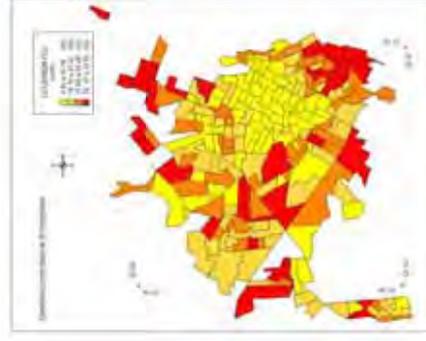
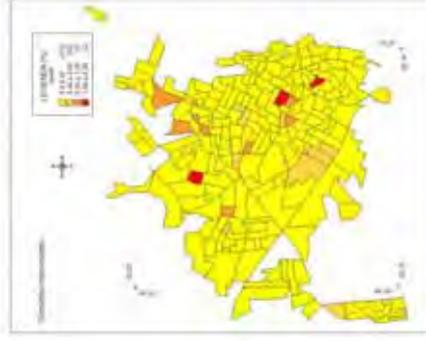
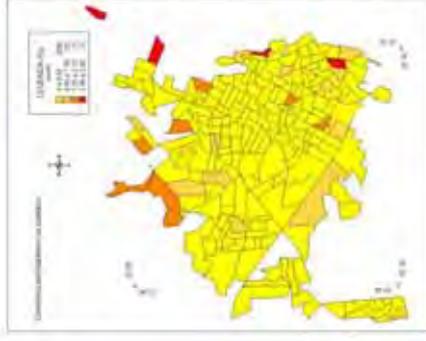
- ( ) Número de setores censitários
  - Melhores indicadores
  - Intermediários melhor
  - Intermediários pior
  - Piores indicadores
- Definição das classes por quartil

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.  
 Organização e Realização:  
**ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA**

Presidente Prudente, 2009

Escala 1 : 200.000  
 0 2 4km

Sistema de Projeção UTM  
 Elipsóide: Hayford - Corrego Alegre.



Os indicadores do primeiro subgrupo nas duas metodologias diferentes relativos à cidade de Presidente Prudente são mapeados nas figuras 6 e 7.

Notamos nos mapas dos indicadores relativos aos domicílios tipo improvisado ou tipo cômodo a quase totalidade dos setores censitários sendo classificados com o melhor indicador em ambas as metodologias (83,7% e 85,5% dos setores, na metodologia de análise combinatória e 90,6% e 87,2% na metodologia dos quartis). Interessante notar que nos domicílios improvisados não há ocorrência desse tipo de residência quando a metodologia utilizada é a análise combinatória. Observamos, ainda apenas um ou três setores censitários em pior situação no que se refere aos domicílios improvisados e dois ou cinco setores em relação aos domicílios tipo cômodo localizados nas porções norte e leste da cidade.

A mesma condição é representada pelos domicílios sem banheiro ou sanitário, com grande percentual (88% e 88,9% em cada uma das metodologias) dos setores censitários classificados com o melhor indicador. Observamos, ainda, que há uma concentração dos setores censitários classificados como pior (quatro ou cinco setores) ou intermediário pior (cinco ou sete setores) nas zonas norte e leste da cidade em ambas as metodologias.

Evidenciando o contrário, no mapa referente aos domicílios com quatro banheiros ou mais encontramos apenas três ou quatro setores censitários na melhor classificação (localizados nas regiões central e sul da cidade), enquanto a grande maioria dos setores censitários (94% ou 85%) encontram-se na pior condição e distribuídos por todas as regiões da cidade.

Enquanto na metodologia de análise combinatória temos um número expressivo de setores censitários classificados com os indicadores intermediários, nos dois últimos mapas com a metodologia de quartis, observamos uma distribuição homogênea dos setores nas quatro diferentes classes de indicadores. Observamos, ainda que nas duas metodologias os melhores setores concentram-se na área central e os piores tem sua maior concentração novamente nas porções norte e leste da cidade.

\*\*\*\*\*

Numa análise comparativa entre as Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente podemos apontar as seguintes considerações:

- Em todos os seis indicadores há uma similaridade entre as três cidades;
- Geograficamente os piores setores localizam-se nas regiões norte, nordeste ou leste das três cidades;
- São poucos os setores censitários classificados com o pior indicador em relação aos domicílios tipo cômodo, domicílios tipo improvisados e aos domicílios sem banheiro ou sanitário (refletindo as informações da tabela 5, apresentada no capítulo 2, na qual observamos a inexistência de domicílios subnormais nas três cidades e um elevado percentual de domicílios com a existência de banheiro e água encanada);
- Nas três cidades os poucos setores censitários com maior percentual de domicílios com quatro banheiros ou mais localizam-se na região sul da cidade;
- Novamente refletindo os dados da tabela 5 (domicílios com mais de duas pessoas por dormitório), a maioria dos setores censitários das três cidades possui domicílios com menos de quatro moradores e aqueles setores piores classificados sempre possuem menos da metade do total de domicílios por setor com esta característica.

Portanto, podemos concluir a partir dos primeiros dados que as três cidades analisadas apresentam um padrão na espacialização das desigualdades sociais intra-urbanas com características semelhantes nos diferentes indicadores.

O que diferencia as três cidades são os percentuais de domicílios por setor censitário nos diferentes indicadores, ora mais elevado em uma do que em outra (como por exemplo enquanto em São José do Rio Preto o percentual de domicílios com quatro banheiros ou mais em um determinado setor chega a aproximadamente 84%, em Uberlândia este percentual é de 63% e em Presidente Prudente é de apenas 7,57%), revelando que, internamente, pode haver maior disparidade entre os diferentes locais de moradia das diferentes classes sociais.

A análise dessas seis primeiras figuras começa a revelar como as cidades médias analisadas passam a se configurar, internamente, como um território segmentado, pois percebemos que nas três cidades as áreas (região sul) onde se localizam a população mais privilegiada são aquelas em que apresentam os melhores indicadores (principalmente quando mapeamos os domicílios com quatro banheiros ou mais). Da mesma forma, é aí onde se concentram os condomínios ou loteamentos fechados e onde a presença do diferente e da diferença é mínima.

Por outro lado, nas periferias norte, nordeste e leste das três cidades residem a classe social menos favorecida, onde morar em condições precárias (domicílios tipo cômodo ou improvisado), sem condições adequadas de salubridade (domicílios sem banheiro) com elevada densidade de moradores por domicílios é considerado resultado natural da condição socioeconômica na qual se encontram, pois não conseguiram se beneficiar das condições oferecidas pela cidade média inserida na rede urbana.

Sobrazo Miño (2004) já havia detectado essa segmentação da sociabilidade em seu estudo de Presidente Prudente. O mapeamento realizado em Uberlândia e São José do Rio Preto, em comparação com os resultados obtidos em Presidente Prudente, permite corroborar a interpretação desse autor. Uma vez que o processo de fragmentação do espaço urbano ainda está em curso, mas não se expressa numa forma tipicamente fragmentada tal qual já ocorre nas metrópoles (Sobrazo Miño: 2004, p.51), o mapeamento da desigualdade social intra-urbana revela nas três cidades o modo específico de fragmentação existente nas cidades médias por meio da segmentação da sociabilidade estabelecida no plano do uso: o território dos incluídos e o território dos excluídos.

**FIGURA8**  
**Uberlândia**  
**Indicadores saneamento**  
**2000**

**LEGENDA**

- ( ) Número de setores censitários
-  Melhores indicadores
-  Intermediários melhor
-  Intermediários pior
-  Piores indicadores

Definição das classes pela distância máxima escludente com perda de dados de 10%.

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.  
 Organização e Realização:  
 ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Presidente Prudente, 2009

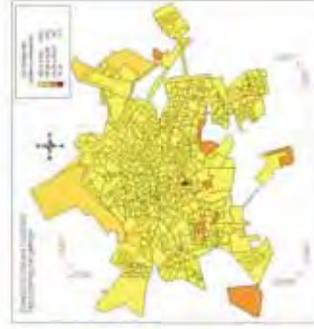
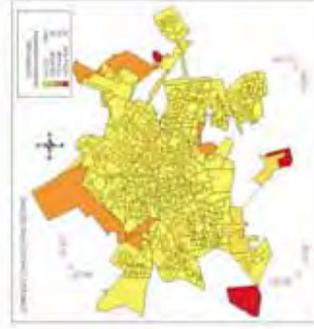
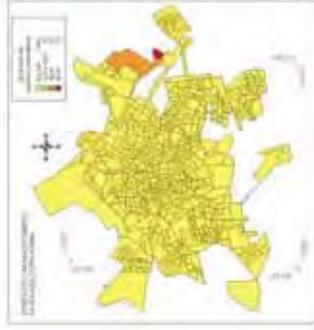
Escala 1 : 200 000

2 0 2 4km

Sistema de Projeção: UTM  
 Esquema: NAD83 - Corrego Alegre.



**CEMESPP**  
 CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM  
 SANEAMENTO AMBIENTAL



**FIGURA 9**  
**Uberlândia**  
**Indicadores saneamento**  
**2000**

**LEGENDA**

- ( ) Número de setores censitários
- Melhores indicadores
- Intermediários melhor
- Intermediários pior
- Piores indicadores

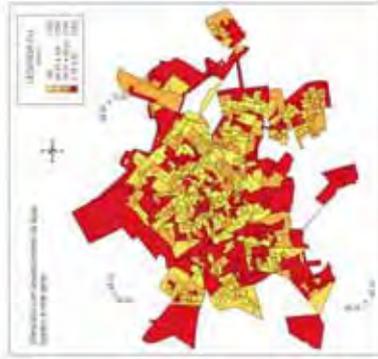
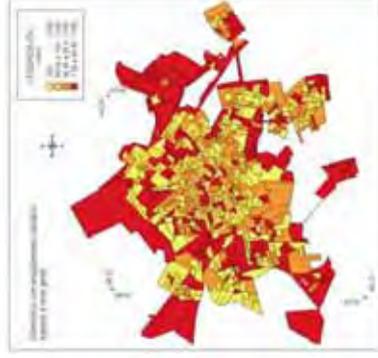
Definição das classes por quartis

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.  
 Organização e Realização:  
**ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA**

Presidente Prudente, 2009

Escala 1 : 200.000  
 0 0,2 4km

Sistema de Projeção: UTM  
 Esfera: Hayford - Córrego Alegre.



Com as figuras 8 e 9, referentes às duas metodologias para a cidade Uberlândia, iniciamos a análise do segundo subgrupo de indicadores relativos às infra-estruturas de saneamento básico.

Notamos uma grande diferença entre as duas metodologias em relação aos mapas dos domicílios com abastecimento de água ligados à rede geral. Enquanto na metodologia de análise combinatória temos apenas um setor censitário classificado com o pior indicador, três setores intermediários pior e aproximadamente 97% deles na melhor condição, na metodologia dos quartis temos uma distribuição homogênea dos setores censitários nas quatro diferentes classificações.

A mesma condição pode ser observada nos mapas referentes aos domicílios com esgotamento sanitário ligados à rede geral e domicílios com coleta de lixo realizada pelo serviço de limpeza.

Por outro lado, quando analisamos os outros três mapas que representam a condição oposta aos mapas anteriormente analisados notamos uma forte semelhança entre eles nas duas metodologias diferentes, revelando, pontualmente, onde se localizam os piores setores censitários relacionados ao acesso ao saneamento básico.

A partir disso podemos concluir como as desigualdades socioespaciais apresentam diferentes possibilidades de leitura, dependendo da metodologia estatística ou de mapeamento utilizadas, revelando que sua elaboração não é neutra e que depende do referencial teórico na qual se apóia o pesquisador e sobre o qual o indicador deve estar pautado.

Outra questão é que a metodologia dos quartis acabou por classificar na mesma condição setores muito disparees como, por exemplo, no caso dos indicadores que revelam piores condições com relação ao abastecimento de água ligados à rede geral, com percentuais que variam de apenas 2,10% até 99%. Configura-se, portanto que não seria a metodologia mais adequada para esses indicadores.

**FIGURA 10**  
**São José do Rio Preto**  
**Indicadores saneamento**  
**2000**

**LEGENDA**

( ) Número de setores censitários

- Melhores indicadores
- Intermediários melhor
- Intermediários pior
- Piores indicadores

Definição das classes pela distância máxima euclidiana com perda de detalhe de 10%.

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.  
 Organização e Realização:  
**ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA**

Presidente Prudente, 2009

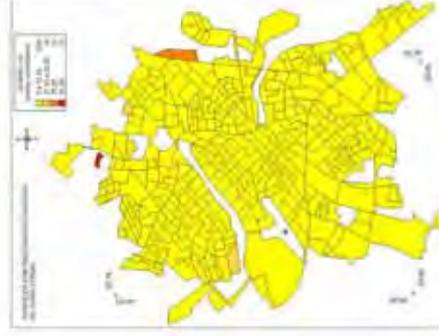
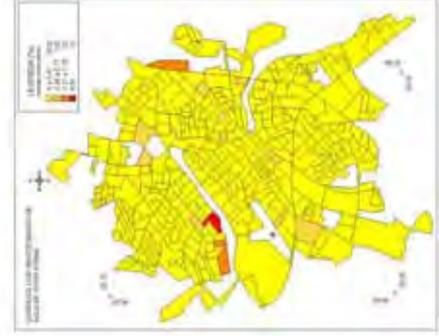
Escala 1 : 200.000

0 2 4 km

Sistema de Projeção: UTM  
 Elipsóide: Hayford - Côrrego Alagoas

**GEMESPP**  
 CENTRO DE ESTUDOS E DE INVESTIGAÇÃO DA  
 ENTULHAMENTO EM ÁREAS URBANAS

**FAPESP**



**FIGURA 11**  
**São José do Rio Preto**  
**Indicador de saneamento**  
**2000**

**LEGENDA**

- ( ) Número de setores censitários
  - Melhores indicadores
  - Intermediários melhor
  - Intermediários pior
  - Piores indicadores
- Definição das classes por quartis

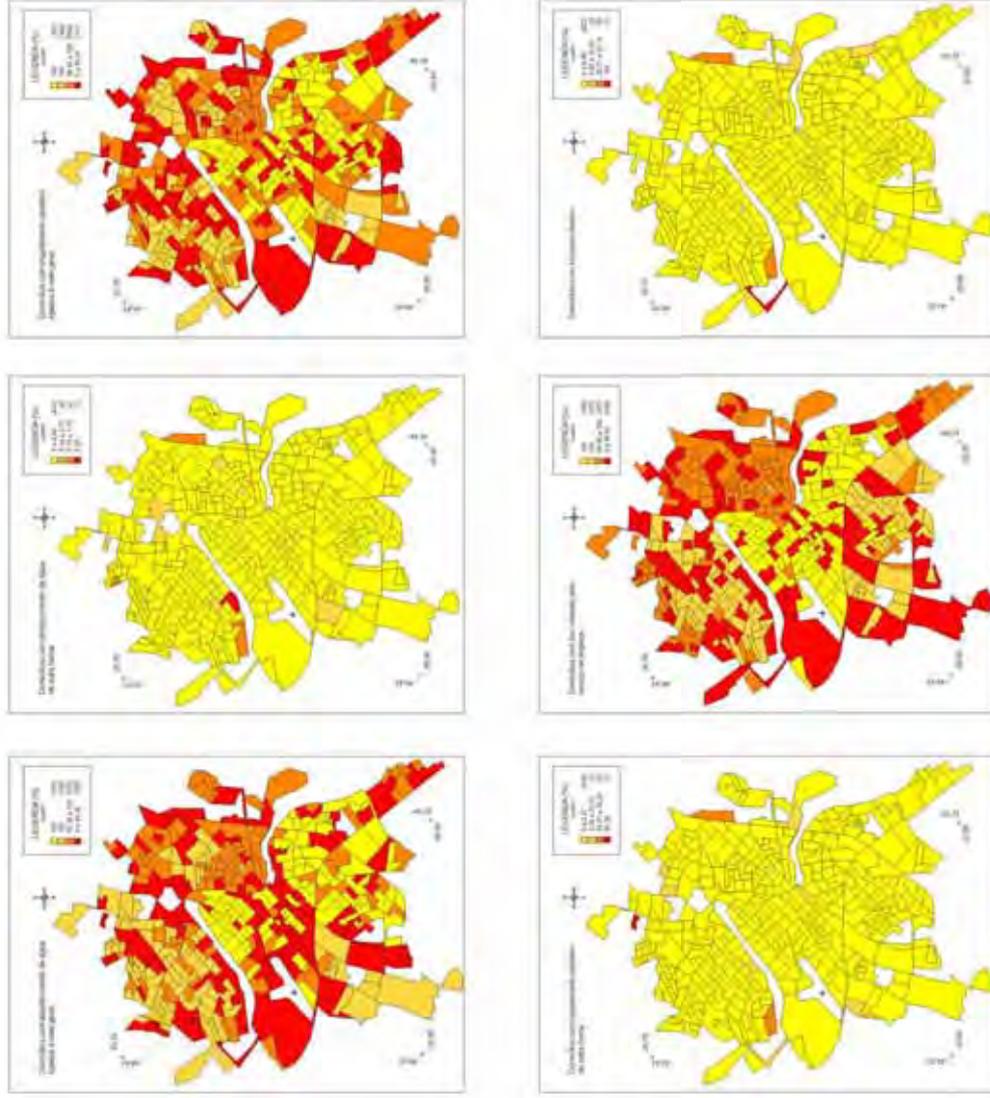
Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.  
 Organização e Realização:  
**ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA**

Presidente Prudente, 2009

Escala 1 : 200.000

0 2 4km

Sistema de Projeção: UTM  
 Esquema: Hayford - Campo Alegre.



Como observado nas figuras relativas à cidade de Uberlândia, na análise das figuras 10 e 11, que representam os mapas de São José do Rio Preto, também observamos as mesmas características em relação às diferentes metodologias apresentadas.

Ou seja, na metodologia de análise combinatória podemos identificar pontualmente, em todos os seis mapas, os poucos setores censitários que se classificam com os piores indicadores, além de uma representação das desigualdades sociais bastante compreensível, agregando nas quatro classes apenas aqueles setores censitários que se destacam negativamente.

Já na metodologia dos quartis, devido a ampla cobertura que as cidades apresentam em relação à infra-estrutura de saneamento básico, os setores censitários são distribuídos de forma homogênea entre as diferentes classificações, mascarando as desigualdades existentes entre aqueles poucos setores censitários e a quase totalidade das cidades que podem ser observados a partir dos mapas que exprimem a precariedade dos serviços de saneamento (domicílios com abastecimento de água de outra forma, com esgotamento sanitário de outra forma e com o lixo tendo outro destino).

**FIGURA 12**  
**Presidente Prudente**  
**Indicadores saneamento**  
**2000**

**LEGENDA**

- ( ) Número de setores censitários
- Melhores indicações
- Intermediários melhor
- Intermediários pior
- Piores indicadores

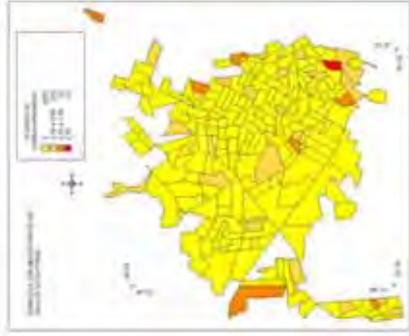
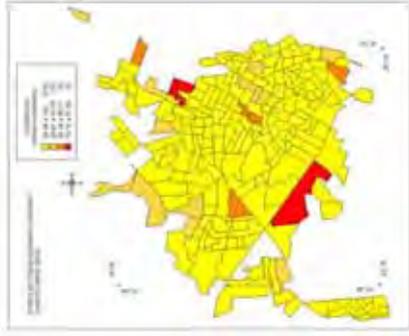
Divisão das classes pela distância máxima euclidiana com perda de detalhe de 10%.

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.  
 Organização e Realização:  
**ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA**

Presidente Prudente, 2009  
 Escala 1 : 200 000



Sistema de Projeção UTM  
 Espelho: False East, Contorno: Albers



**FIGURA 13**  
**Presidente Prudente**  
**Indicadores saneamento**  
**2000**

**LEGENDA**

( ) Número de setores censitários

- Melhores indicadores
- Intermediários melhor
- Intermediários pior
- Piores indicadores

Definição das classes por quartis

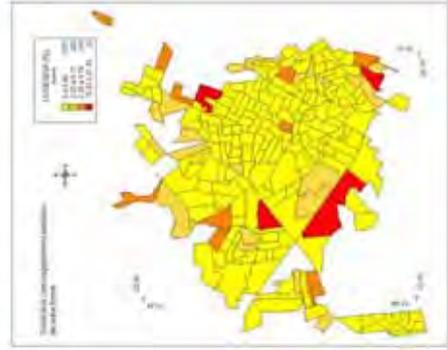
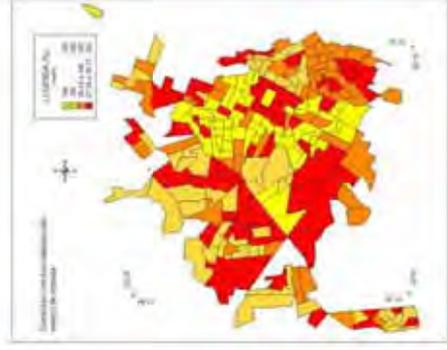
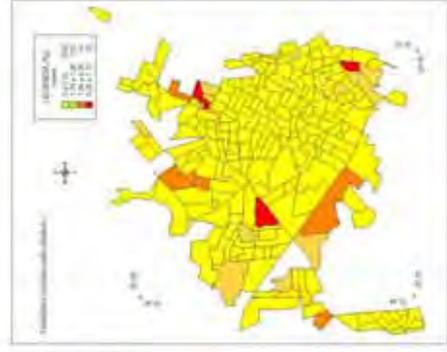
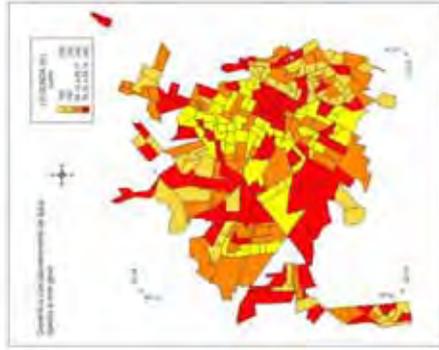
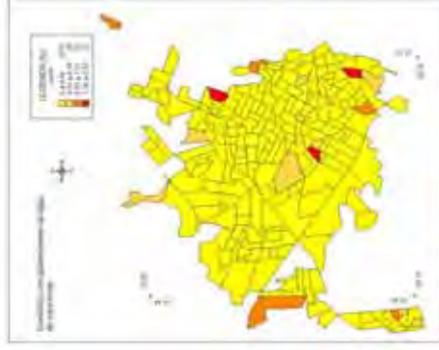
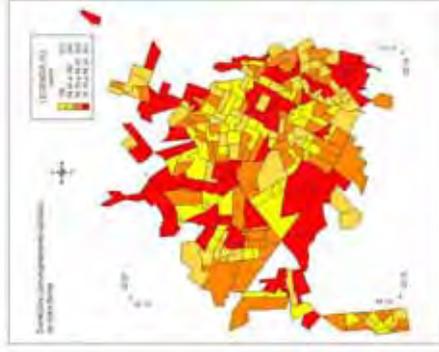
Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.  
 Organização e Realização:  
**ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA**

Presidente Prudente, 2009

Escala 1 : 200.000

0 2 km

Sistema de Projeção: UTM  
 Elipsoidal: Hayford - Corrego Alegre



As figuras relativas à cidade de Presidente Prudente (figuras 12 e 13) não fogem a regra daquilo observado para as cidades de Uberlândia e São José do Rio Preto, ou seja, a metodologia dos quartis, naqueles mapas que apresentam indicadores de melhores condições (domicílios com abastecimento de água e esgoto ligados à rede geral e com coleta de lixo realizada pelo serviço de limpeza), não possibilita visualizar as desigualdades existentes entre os diferentes setores censitários da cidade.

Já a metodologia de análise combinatória (em todos os seis mapas) e a metodologia dos quartis (para os três mapas relativos aos indicadores sociais que representam a precariedade de acesso à infra-estrutura de saneamento) permitem-nos identificar com facilidade àqueles setores censitários em piores condições e que devem ser prioritários na implementação de políticas públicas includentes.

\*\*\*\*\*

Os mapas deste segundo subgrupo de indicadores revelam como os indicadores sociais e as diferentes metodologias estatísticas são apenas uma ferramenta que nos auxilia na leitura e no desvendamento das desigualdades sociais que segmentam o espaço urbano das cidades médias. E que, portanto, é o referencial teórico no qual ele procura representar que orienta a sua definição e não o contrário.

Isso pode ser observado a partir da compreensão de que determinada metodologia (quartis) em determinados indicadores as desigualdades entre diferentes áreas da cidade foram camufladas ou minimizadas, possibilitando, por vezes, leituras equivocadas de que as cidades médias são apenas “ilhas de prosperidade” onde todos os moradores se beneficiam da sua inserção na rede urbana.

Uma leitura geral dos mapas das três cidades permite-nos entender porque consideramos que nelas as desigualdades sociais e espaciais são banalizadas: todos os setores classificados com os piores indicadores

localizam-se em regiões onde se concentram àqueles que, de uma forma ou de outra, foram excluídos da “terra de oportunidades” na qual se configuram as cidades médias.

Analisando comparativamente as três cidades podemos destacar:

- Devido a boa condição de saneamento que as três cidades apresentam, se comparadas com outras realidades, são poucos os setores censitários que necessitam de uma atenção especial do Poder Público, mas que não devem ser desconsiderados;
- Enquanto em Uberlândia e São José do Rio Preto há, com raras exceções, uma repetição dos setores censitários classificados como piores, Presidente Prudente apresenta uma dispersão maior de setores classificados como pior nos diferentes indicadores;
- Notamos também que nas três cidades há setores censitários que apresentam as piores condições, mas que possuem um percentual pequeno de domicílios assim classificados (como por exemplo domicílios com abastecimento de água de outra forma, cujo percentual de domicílios é de 9,85% para São José do Rio Preto e de 2,93% para Presidente Prudente). Já em outros indicadores os percentuais são relativamente elevados (como observamos nos domicílios com esgotamento sanitário de outra forma, cujos percentuais são de até 98,78% para Uberlândia e de 95,38% para São José do Rio Preto. Isso revela que as cidades, internamente, apresentam disparidades distintas uma das outras, que irão se refletir, posteriormente, nos percentuais de setores, domicílios e pessoas classificados como de exclusão social.

**FIGURA 14**  
**Uberlândia**  
**Indicadores Economicos**  
**2000**

**LEGENDA**

- ( ) Número de setores censitários
  - Melhoros indicadores
  - Intermediários melhor
  - Intermediários pior
  - Piores indicadores
- Definição das classes por setores censitários existentes com percentual superior de 10%.

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000, Organização e Realização: ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Presidente Prudente, 2009

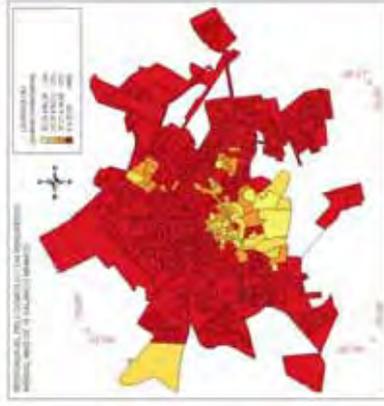
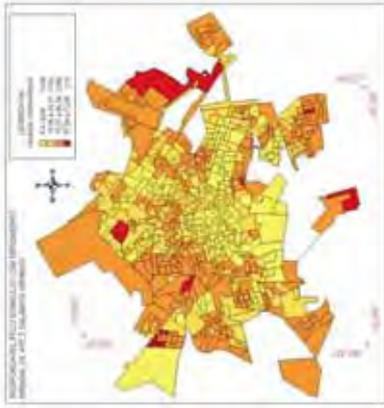
Escala 1 : 200.000

2 0 2 km

0 0 0 km

Sistema de Projeção UTM

Datum: Sph63 - Campo Alegre



**FIGURA 15**  
**Uberlândia**  
**Indicadores Economicos**  
**2000**

- LEGENDA**
- ( ) Número de setores censitários
  - Melhores indicadores
  - Intermediários melhor
  - Intermediários pior
  - Piores indicadores
- Delimitação dos setores por setores

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.  
 Organização e Realização:  
 ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Presidente Prudente, 2009  
 Escala 1 : 200.000  
 0 2 4 Km

Sistema de Projeção UTM  
 Fusos: 18W e 19W  
 Datum: Sphero Angles



Os três mapas apresentados nas figuras 14 e 15 expressam claramente a localização das diferentes classes sociais e de renda na cidade de Uberlândia.

Para este subgrupo de indicadores (indicadores econômicos) notamos que as duas metodologias empregadas revelam que a classe social mais favorecida concentra-se, principalmente em uma única região geral da cidade (centro sul da área urbana) enquanto que os pobres se distribuem por diversas regiões gerais da cidade, concentrando-se, principalmente, nas áreas mais periféricas da cidade.

No entanto, entendemos que a metodologia dos quartis permite-nos revelar com maior amplitude as desigualdades sociais e espaciais existentes em Uberlândia, pelo fato de agrupar nas diferentes classes um maior número de setores censitários com características semelhantes.

É interessante na análise das figuras a correlação existente entre a localização da classe de mais alta renda na região onde se concentram os loteamentos ou condomínios fechados e os bairros mais valorizados (sinônimos de status e distinção – a perspectiva patrimonialista) sem a presença próxima de setores censitários onde se concentram a classe de mais baixa renda, proporcionando um espaço intra-urbano segmentado.

Essa área, ainda, é aquela onde os indicadores de saneamento sempre são bem avaliados, as condições de moradia são as melhores e a densidade populacional é baixa. Isso reforça nossa tese de que apenas alguns se beneficiam da urbanização excludente (perspectiva política) nas cidades médias (perspectiva econômica), na qual as desigualdades sociais são banalizadas e onde o espaço e a sociedade segmentados, inibem ou impedem o questionamento ou o enfrentamento da questão.

**FIGURA 16**  
**São José do Rio Preto**  
**Indicadores Economicos**  
**2000**

**LEGENDA**

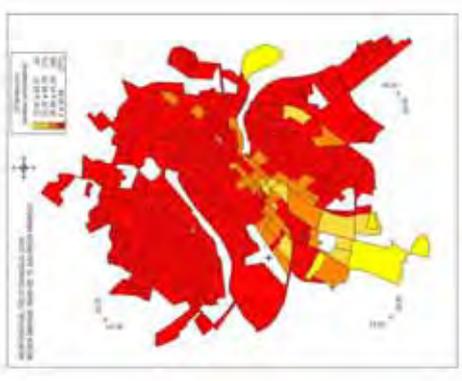
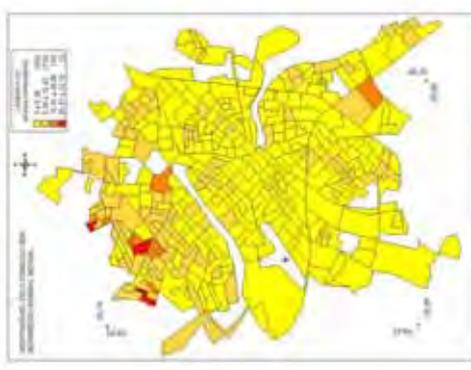
- ( ) Número de setores censitários
- Melhores indicadores
- Intermediários melhor
- Intermediários pior
- Piores indicadores

Definição das classes pela distância máxima euclidiana com perda de deteção de 10%

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.  
 Organização e Realização:  
 ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Presidente Prudente, 2009  
 Escala 1 : 200.000  
 0 2 km

Instituto de Pesquisas UFM  
 Espírito Santo - Campus Alegre



**FIGURA 17**  
**São José do Rio Preto**  
**Indicadores Economicos**  
**2000**

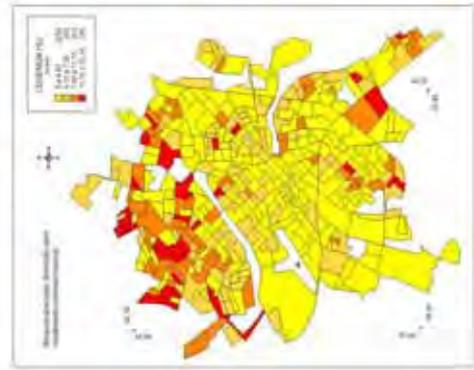
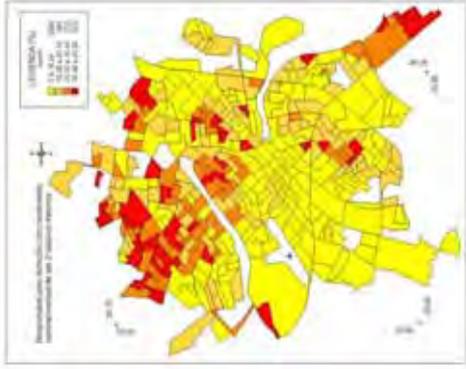
**LEGENDA**

- ( ) Número de setores censitários
- Melhores indicadores
- Intermediários melhor
- Intermediários pior
- Piores indicadores
- Definição das classes por quartis.

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.  
 Organização e Realização:  
 ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA

Presidente Prudente, 2009  
 Escala 1 : 200.000

3 0 2 4km  
 Sistema de Projeção: UTM  
 Equidistante: Hayford - Córrego Alegre.



Na mesma perspectiva apresentada pelos mapas de Uberlândia, as figuras 16 e 17 revelam como a cidade riopretense apresenta-se segmentada social e espacialmente, com os ricos concentrando-se, quase que exclusivamente na região centro sul da cidade (com exceção de alguns poucos setores censitários classificados como melhores ou intermediários melhores em outra região, também específica da cidade) e os pobres localizando-se predominantemente nas porções norte, nordeste e leste da malha urbana.

Os mapas revelam também, como em Uberlândia, a importância do local de moradia como sinônimo de status e diferenciação, pois é nessa região da cidade onde se concentra o maior número de loteamentos e condomínios fechados e onde o valor venal do metro quadrado, construído ou não, é o mais elevado de São José do Rio Preto<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> Dentre as três cidade analisadas, São José do Rio Preto é a única que disponibiliza, democraticamente, a planta genérica de valores do metro quadrado predial e/ou territorial utilizado como referência para a cobrança do IPTU. Para maiores informações acessar o sítio oficial da Prefeitura Municipal: [www.riopreto.sp.gov.br](http://www.riopreto.sp.gov.br).

**FIGURA 18**  
**Presidente Prudente**  
**Indicadores Economicos**  
**2000**

**LEGENDA**

- ( ) Número de setores censitários
- Melhores indicadores
- Intermediários melhor
- Intermediários pior
- Piores indicadores

Definição das classes pela distância máxima euclidiana com perda de até 10%.

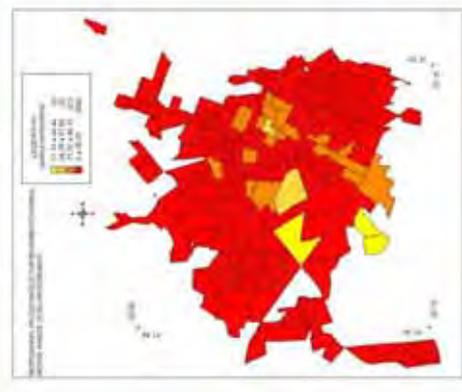
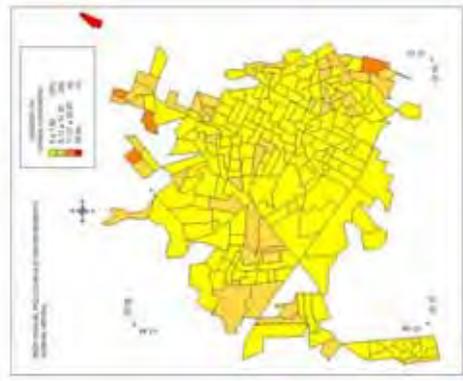
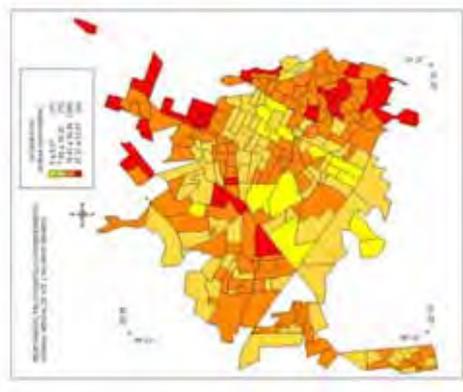
Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.  
 Organização e Realização:  
 ALEXANDRE BERGAMINI VIEIRA

Presidente Prudente, 2009

Escala 1 : 200.000

0 2 km

Sistema de Projeção: UTM  
 Datum: Sphero - Datum: Geógr. Austr.

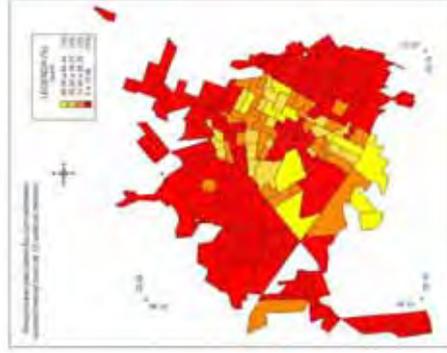
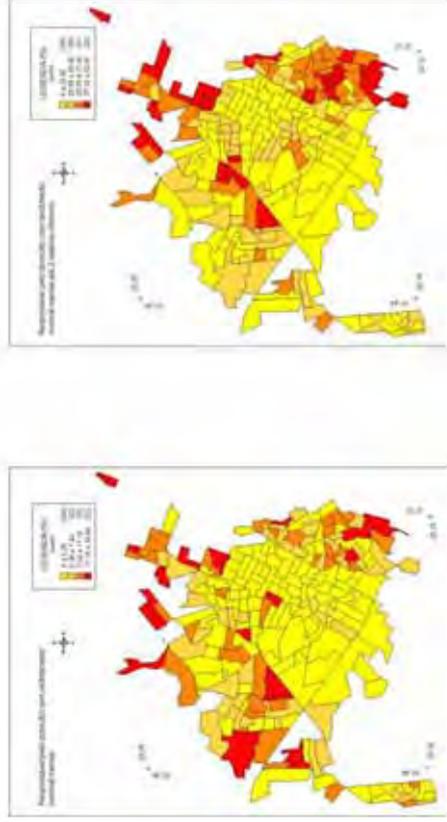


**FIGURA 19**  
**Presidente Prudente**  
**Indicadores Economicos**  
**2000**

- LEGENDA**
- ( ) Número de setores censitários
  - Melhores indicadores
  - Intermediários melhor
  - Intermediários pior
  - Piores indicadores
- Definição das classes por quartil

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.  
 Organização e Realização:  
**ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA**

Presidente Prudente, 2009  
 Escala 1 : 200.000  
 0 2 km  
 Sistema de Projeção: UTM  
 Elipsóide: Mercator - Corrego Alegre.



Os mapas de Presidente Prudente apresentados nas figuras 18 e 19 revelam as mesmas características destacadas para Uberlândia e São José do Rio Preto, qual seja, de um espaço intra-urbano segmentado socioespacialmente, com os mais beneficiados da inserção da cidade média na rede urbana residindo nas regiões central e sul da cidade, principalmente, enquanto os excluídos dessa cidade "luminosa" concentram-se, predominantemente, nas periferias leste, norte e oeste.

\*\*\*\*\*

Com o mapeamento da renda nas três cidades médias analisadas anteriormente, neste grupo de indicadores econômicos, podemos revelar como que as cidades médias têm seu espaço intra-urbano segmentado social e espacialmente.

Tanto em Uberlândia como em São José do Rio Preto e Presidente Prudente a população mais rica tende a concentrar-se em poucas e determinadas regiões da cidade, com melhores condições de vida, porque podem decidir a localização de sua residência. Ou seja, vivem na "cidade média luminosa" propagandeada pelos diversos veículos de comunicação e pesquisas como o "lugar ideal para se viver".

Em condição oposta, os pobres distribuem-se espacialmente por diversas regiões da cidade, porém são "confinados" a residir nas regiões menos valorizadas e com piores condições de moradia, pois são reféns da "cidade média real", onde as desigualdades sociais e espaciais são banalizadas e tornam-se invisíveis ou são camufladas pela "cidade média luminosa" dos ricos, tornando a exclusão social um processo ainda mais perverso.

De um modo geral, as três cidades médias apresentam um padrão na distribuição espacial das diferentes classes sociais no espaço intra-urbano com a classe social concentrando-se predominantemente nas regiões central e sul (nas três cidades). As três cidades possuem, praticamente, os mesmos percentuais de setores censitários classificados como melhores quando analisamos os domicílios cujo responsável auferir renda mensal superior a 15

salários mínimos (4,8%, 4,7% e 5,1% dos setores censitários para Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente, respectivamente, quando a metodologia utilizada é a de quartil).

Neste indicador, ainda, o que as difere, são os percentuais de domicílios por setor censitário que são classificados com o melhor indicador: enquanto São José do Rio Preto e Presidente Prudente possuem setores censitários com mais de 84% dos domicílios cujo chefe de família ganha mais de 15 salários mínimos a cidade de Uberlândia apresenta setores com no máximo 66% dos domicílios nesta condição. Isso reforça as informações disponibilizadas na tabela 6 (capítulo 2), na qual observamos que o percentual de renda auferido pelos 10% mais ricos da população são mais elevados em São José do Rio Preto (60,5%) e Presidente Prudente (63,8%) do que em Uberlândia (45,8%).

Com relação à localização da classe social menos favorecida, apesar delas se distribuírem por diversas regiões gerais das cidades, cada uma delas apresenta características específicas quanto sua distribuição geográfica quanto aos percentuais de setores censitários classificados com os piores indicadores. Assim temos o seguinte quadro:

- Uberlândia: há uma concentração maior desses setores censitários nas periferias leste, sudoeste e oeste da cidade, cujos percentuais de domicílios com chefes de família não auferindo renda alguma ou recebendo mensalmente até dois salários mínimos é de 27,21% e 73,36%, respectivamente;
- São José do Rio Preto: as classe menos favorecidas concentram-se predominantemente nas periferias norte e nordeste da cidade, apresentando até 33,10% domicílios com responsável pelo domicílio sem renda nominal mensal e até 43,24% recebendo até dois salários mínimos mensalmente e;
- Presidente Prudente: as regiões leste e norte-nordeste concentram os setores censitários classificados com o pior indicador e 30,64% dos domicílios o responsável não tem renda mensal e 53,97% dos domicílios o chefe ganha até dois salários mínimos por mês.

**FIGURA 20**  
**Uberlândia**  
**Indicadores Sociais**  
**2000**

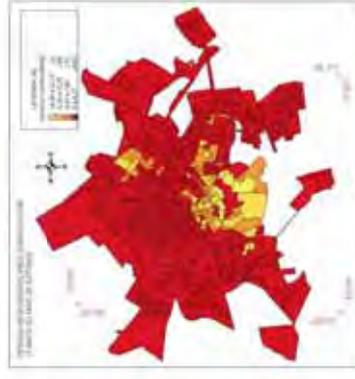
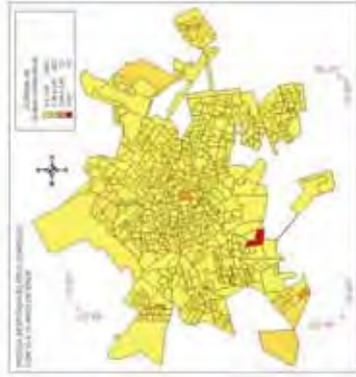
**LEGENDA**

- 1 | Número de setores censitários
- 2 | Melhoros indicadores
- 3 | Intermediários melhor
- 4 | Intermediários pior
- 5 | Piores indicadores

Definição das classes para análise estatística realizada com base no critério de 10%.

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000, Organização e Realização: ALEXANDRE BERGAMIN VEIRA.

Presidente Prudente, 2009  
 Escola 1 - 250.000  
 1 0 2 km  
 Instituto de Geografia UFRJ  
 Estrada Marquês de São Vicente, 494  
 Maracanã, Rio de Janeiro, RJ

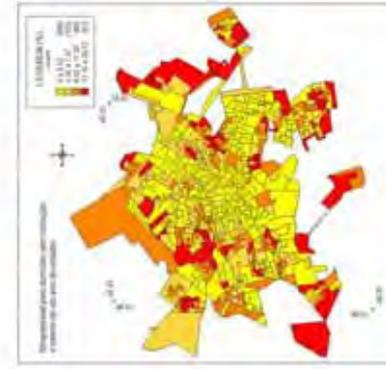
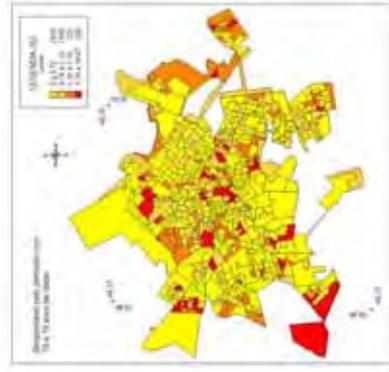


**FIGURA 21**  
**Uberlândia**  
**Indicadores Sociais**  
**2000**

- LEGENDA**
- ( ) Número de setores censitários
  - Melhores indicadores
  - Intermediários melhor
  - Intermediários pior
  - Piores indicadores
- Delimitação das classes por bairro*

Fonte dos Dados: IBGE – Censo Demográfico 2000  
 Organização e Realização:  
**ALEXANDRE BERGAMIN VEIRA**

Presidência Prudente, 2000  
 Escala 1 : 200.000  
 2 0 3 km  
 Sistema de Projeção: UTM  
 Esquema: Mercator - Corrego Alegre



Observando as figuras 20 e 21, relativas aos indicadores sociais da cidade de Uberlândia, notamos que ambas as metodologias utilizadas possibilitam identificar, pontualmente, os setores censitários com os piores indicadores referentes ao percentual de pessoas residentes em domicílios improvisados (ou seja, residindo em habitações precárias) e domicílios cujo chefe de família possui entre 10 e 19 anos de idade, apesar de a metodologia dos quartis englobar na mesma classificação setores censitários com características e percentuais diferentes.

Com relação aos mapas que representam a escolaridade dos responsáveis pelos domicílios destacamos que a localização dos melhores e dos piores setores censitários é muito semelhante às áreas nas quais a classe mais favorecida reside, onde as condições de moradia e infra-estrutura são as melhores. Isso reforça nossa tese de banalização das desigualdades socioespaciais nas cidades médias, onde alguns poucos se beneficiam da urbanização “de primeiro mundo” e residem nos espaços de inclusão e a maioria vive nos espaços da exclusão.

Notamos ainda, que na metodologia de análise combinatória há uma distribuição espacial por diferentes regiões da cidade dos setores censitários classificados como pior ou como intermediário pior.

**FIGURA 22**  
**São José do Rio Preto**  
**Indicadores Sociais**  
**2000**

**LEGENDA**

- ( ) Número de setores censitários
- Melhores indicadores
- Intermediários melhor
- Intermediários pior
- Piores indicadores

Definição das classes pela distância máxima euclidiana com perda de detalhe de 10%.

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.  
 Organização e Realização:  
**ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA**

Presidente Prudente, 2009

Escala 1 : 300 000

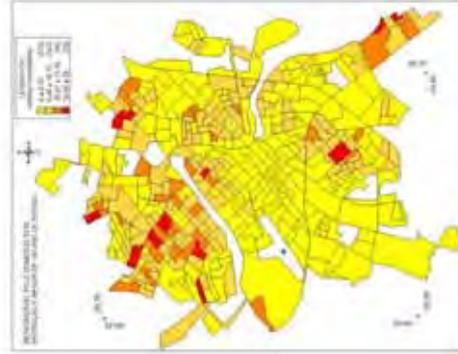
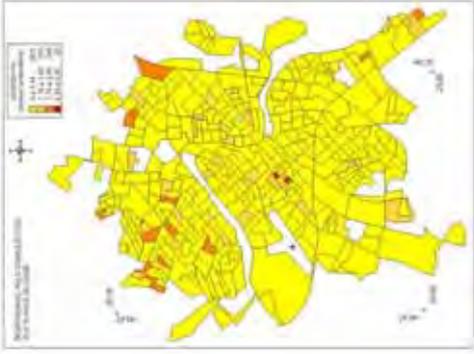
3 0 2 km

Sistema de Projeção UTM  
 Espinha: NAD83 - Corrego Alegre



**CEMESPP**

CENTRO DE ESTUDOS E MONITORAMENTO SOCIOECONÔMICO



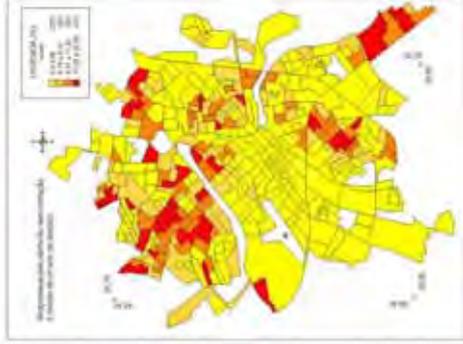
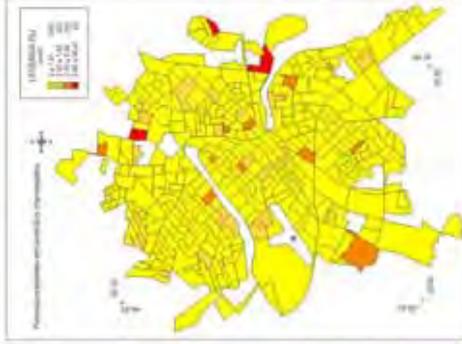
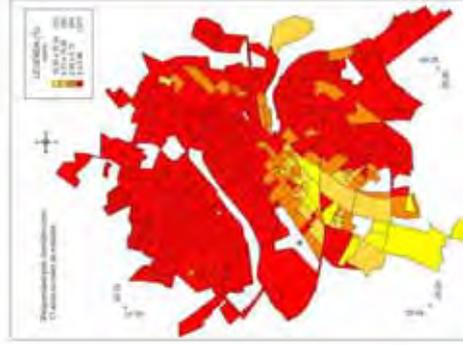
**FIGURA23**  
**São José do Rio Preto**  
**Indicadores Sociais**  
**2000**

**LEGENDA**

- ( ) Número de setores censitários
  - Melhores indicadores
  - Intermediários melhor
  - Intermediários pior
  - Piores indicadores
- Definição das classes por quartis

Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.  
 Organização e Realização:  
**ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA**

Presidente Prudente, 2009  
 Escala 1 : 200.000  
  
 Sistema de Projeção: UTM  
 Datum: Nagasaki - Córrego Alegre



As figuras 22 e 23, que mapeiam os indicadores sociais da cidade de São José do Rio Preto, revelam como nos outros mapas, uma cidade segmentada social e espacialmente, com a classe social que auferia mais alta renda e que possui maior nível de escolaridade localizando-se, predominantemente na região centro-sul da malha urbana, onde os outros indicadores de habitação e de infra-estrutura de saneamento básico apresentam as melhores condições, enquanto a população de menor renda e baixa escolaridade concentra-se nas regiões norte e nordeste da cidade, principalmente, e que apresentam os piores indicadores econômicos, habitacionais e de infra-estrutura em saneamento básico quando comparados com outras regiões gerais da cidade.

**FIGURA24**  
**Presidente Prudente**  
**Indicadores Sociais**  
**2000**

**LEGENDA**

( ) Número de setores censitários

- Melhores indicadores
- Intermediários melhor
- Intermediários pior
- Piores indicadores

Definição das classes pela distância máxima euclidiana com perda de desvio de 10%.

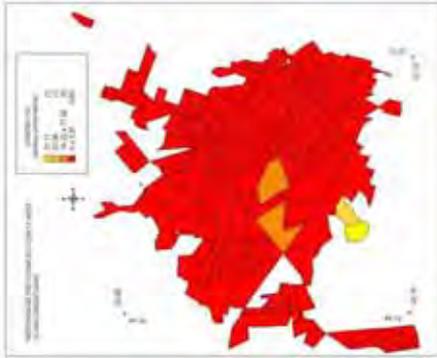
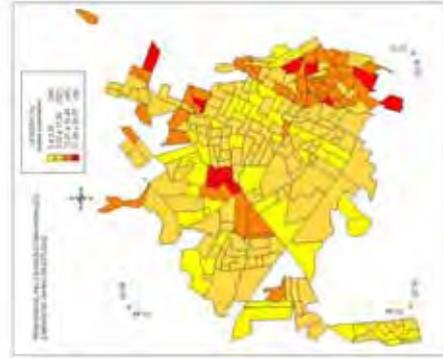
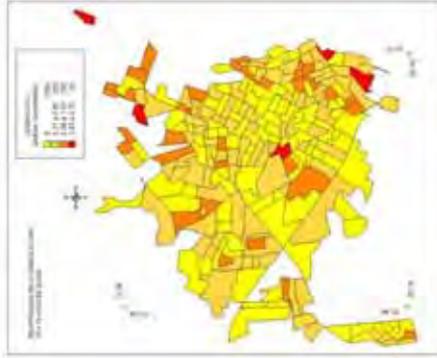
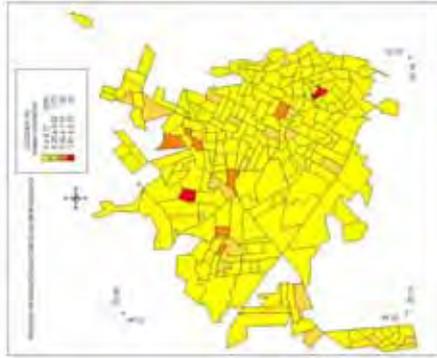
Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.  
 Organização e Realização:  
**ALEXANDRE BERGAMINI VIEIRA**

Presidente Prudente, 2009  
 Escala 1 : 200.000  
 0 2 4km

Estado de São Paulo - UTM  
 Espacialização: MapInfo - Correto Mapgis

**CEMESPP**  
 CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIAIS  
 ESTADUAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**FAPESP**



**FIGURA 25**  
**Presidente Prudente**  
**Indicadores Sociais**  
**2000**

- LEGENDA**
- ( ) Número de setores censitários
  - Melhores indicadores
  - Intermediários melhor
  - Intermediários pior
  - Piores indicadores
- Divisão das classes por quanta

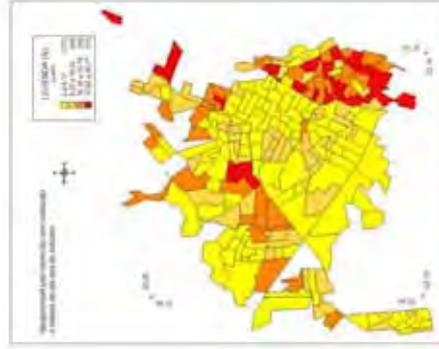
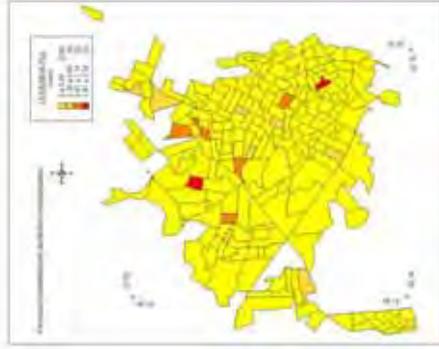
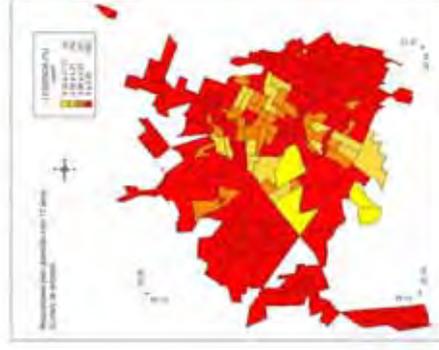
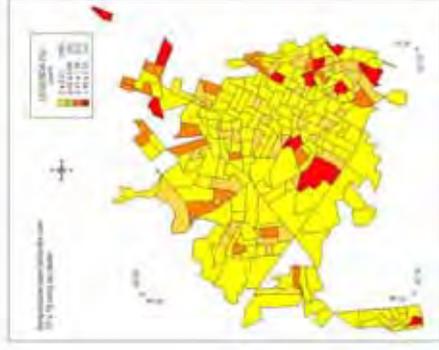
Fonte dos Dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.  
 Organização e Realização:  
**ALEXANDRE BERGAMIN VIEIRA**

Presidente Prudente, 2009

Escala 1 : 200.000

0 2 4km

Sistema de Projeção: UTM  
 Elipsóide: Hayford / Córrego Alegre



Na análise das figuras 24 e 25, referentes à Presidente Prudente, observamos as mesmas características apontadas nas figuras 20 a 23 que mapearam os indicadores sociais para Uberlândia e São José do Rio Preto. Ou seja, a duas metodologias estatísticas utilizadas (análise combinatória e quartis) permitiram identificar a localização das diferentes classes sociais no interior do espaço da cidade e, conseqüentemente, revelar as desigualdades existentes que segmentam o espaço intra-urbano, segregam as diferentes classes sociais e excluem uma parcela significativa da população dos benefícios da inserção das cidades médias naquilo que Santos (1978) definiu como circuito superior da economia.

Assim, observando os mapas percebemos uma nítida concentração dos domicílios com chefe de família com 17 anos ou mais de estudos naquelas áreas onde se localizam os chefes de família que auferem maiores rendas mensais, qual seja: a região leste da cidade, onde também se localizam os bairros mais valorizados e os condomínios ou loteamentos fechados.

Já os domicílios cujo chefe de família não possui instrução e menos de um ano de estudos localizam-se principalmente na zona leste da cidade de Presidente Prudente, na região "além linha férrea".

\*\*\*\*\*

Com estas seis últimas figuras encerramos a apresentação do mapeamento do sistema de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana, sobre as quais podemos destacar os seguintes pontos:

- Para este conjunto de indicadores sociais tanto a metodologia dos quartis quanto a metodologia de análise combinatória possibilitou uma leitura propícia que revelou as desigualdades intra-urbanas e possibilitou identificar onde se localizam as diferentes classes sociais e pontuar aqueles setores censitários que merecem maior atenção por parte das políticas públicas;

- Nas três cidades os setores censitários que apresentam os chefes de família com maior escolaridade localizam-se nas regiões central e sul da malha urbana;
- São poucos os setores com pessoas residindo em domicílios improvisados, mas que em São José do Rio Preto e Uberlândia os percentuais de domicílios por setor censitário nesta condição são relativamente elevados (até 24,37% e 43,55% respectivamente);
- Para os domicílios com o responsável pelo domicílio apresentando pouca idade a quantidade de setores é um pouco maior que no indicador anterior, se distribuem por diversas regiões gerais da cidade, mas o percentual de domicílios por setor é relativamente baixo, com o máximo atingindo 10,67% dos domicílios para a cidade de Uberlândia;
- Em relação ao indicador de baixa escolaridade em Uberlândia os setores censitários classificados como piores se distribuem por toda a periferia da cidade e possuem até 28,57% dos domicílios por setor nesta condição. Em São José do Rio Preto há uma concentração dos setores censitários piores na periferia norte e nordeste, com alguns setores na porção sudeste, com percentuais atingindo até 20% dos domicílios e, para Presidente Prudente tem até 20,77% dos domicílios por setor classificados na pior condição, com uma concentração espacial dos setores censitários na região leste da cidade.

Dessa forma, a partir da análise geral do sistema de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana é possível revelar como as cidades médias apresentam-se segregadas socioespacialmente, permitindo-nos afirmar que essa segregação é reforçada pela acentuada segmentação da sociabilidade, conforme análise de Sobrazo Miño (2004), uma vez que os locais de moradia das diferentes classes sociais são definidos, principalmente, pelas (im)possibilidades de escolhas que cada uma delas apresenta, constituindo-se como sinônimo de status e distinção social.

O sistema de indicadores revela, ainda, a importância dele como uma ferramenta que possibilita qualificar o debate teórico e conceitual à respeito das desigualdades socioespaciais e da exclusão social. Ou seja, ele é apenas

um subsídio para o pesquisador desvendar a realidade intra-urbana a partir dos conceitos teoricamente elaborados.

Além destas questões, entendemos que o sistema de indicadores constitui-se como elo entre os conceitos teoricamente construídos e a realidade empírica desigual na qual se constituem o espaço intra-urbano das cidades médias.

Possibilita, também, a intervenção direta na realidade, a partir de políticas públicas inclusivas, na medida em que revela, indica e localiza determinados pontos do território onde determinados indicadores não propiciam boas condições de vida aos seus moradores. Da mesma forma, pode instrumentalizar políticas que possam minimizar as desigualdades socioespaciais existentes, permitindo que todas as pessoas que residem na cidade se beneficiem da riqueza socialmente produzida e não apenas a minoria mais privilegiada que vive na “cidade luminosa”.

Portanto o sistema de indicadores se torna um instrumento útil para o pesquisador – pois complementa a elaboração teórica acerca da exclusão social – para o Poder Público Municipal – é uma fonte de informação de diagnóstico e avaliação das condições de vida da população – e para a sociedade em geral – revelam as desigualdades socioespaciais, desmistificando sua banalização, possibilitando a contestação da realidade.

Ao mesmo tempo, o sistema de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana possibilita que construamos um mapa síntese que busca revelar como se constituem, como se estruturam e onde se localizam os territórios da exclusão social nas três cidades médias, conforme observaremos no próximo capítulo.

Capítulo 5

**EM BUSCA DE PADRÕES  
ESPACIAIS DE  
EXCLUSÃO SOCIAL**

*"Acreditamos que aqui como em qualquer lugar a verdade não se encontra exatamente no meio, num compromisso entre a tese e a antítese; a verdade encontra-se além, mais longe, manifesta uma idêntica recusa tanto da tese como da antítese, e constitui uma síntese dialética."*  
Michail Bakhtin, 1995.

Neste capítulo, com base no sistema de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana, procuraremos realizar o mapeamento da exclusão social para as três cidades médias analisadas nesta tese.

Para cada cidade teremos, então, dois mapas de exclusão social: um relativo à metodologia estatística de análise combinatória pela distância máxima e outro relacionado à metodologia dos quartis. Isso com o intuito de revelar, como afirmamos anteriormente, que para os pesquisadores das ciências sociais a técnica estatística é apenas uma ferramenta de auxílio, um meio para a leitura da realidade empírica, pois como observaremos, cada metodologia resulta numa leitura diferenciada da exclusão social em cada uma das três cidades.

Ao final da apresentação do mapeamento das três cidades procuraremos realizar uma análise comparativa visando diagnosticar se há uma tendência de padronização da exclusão social entre elas ou se cada uma delas apresenta apenas características específicas do processo.

Para a elaboração dos mapas da exclusão social utilizamos a seguinte metodologia: para cada setor censitário foi atribuída uma nota em cada um dos 19 indicadores analisados, cujos valores variavam de um, para os setores censitários classificados com o melhor indicador, até quatro, quando os setores censitários classificavam-se com os piores indicadores, sendo as notas dois e três relativas aos setores censitários classificados como intermediários melhor e pior, respectivamente.

Assim, para cada setor censitário foi obtida uma média aritmética relativa às notas obtidas por cada um deles em cada indicador componente do sistema de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana e posteriormente

classificados pela mesma metodologia, ou pela análise combinatória ou pelos quartis, sendo que para cada uma delas as notas foram diferenciadas.

Dessa forma, nos mapas da exclusão social, da mesma forma como realizado no mapeamento dos indicadores, trabalharemos com quatro classes diferentes em relação aos setores censitários.

Adotamos, então, a seguinte classificação e as seguintes notas<sup>40</sup>:

1. os setores censitários que obtiveram a melhor nota ou a nota mais baixa, foram classificados como setores de inclusão social, apresentando as notas a seguir:

- metodologia de análise combinatória pela distância máxima euclideana:

Uberlândia: 1,21 a 1,42

São José do Rio Preto: 1,16 a 1,47

Presidente Prudente: 1,11 a 1,26

- metodologia de quartis:

Uberlândia: 1,11 a 1,89

São José do Rio Preto: 1,11 a 1,79

Presidente Prudente: 1,16 a 1,79

2. setores com nota intermediária melhor foram classificados como setores intermediários de baixa exclusão social, com as seguintes notas:

- metodologia de análise combinatória pela distância máxima euclideana:

Uberlândia: 1,47 a 1,89

---

<sup>40</sup> Cada cidade apresentará uma nota diferenciada para as diferentes classes (exclusão social, média exclusão social, baixa exclusão social ou inclusão social) conforme a metodologia empregada.

São José do Rio Preto: 1,53 a 1,68

Presidente Prudente: 1,42 a 1,89

- metodologia de quartis:

Uberlândia: 1,89 a 2,11

São José do Rio Preto: 1,79 a 2,05

Presidente Prudente: 1,79 a 2,11

3. setores com nota intermediária pior foram classificados como setores intermediários de média exclusão social e as respectivas notas são:

- metodologia de análise combinatória pela distância máxima euclideana:

Uberlândia: 1,95 a 2,21

São José do Rio Preto: 1,74 a 2,05

Presidente Prudente: 1,95 a 2,26

- metodologia de quartis:

Uberlândia: 2,11 a 2,37

São José do Rio Preto: 2,05 a 2,32

Presidente Prudente: 2,11 a 2,42

4. os setores com as piores notas, ou as notas mais altas foram classificados como setores de exclusão social, cujas notas são:

- metodologia de análise combinatória pela distância máxima euclideana:

Uberlândia: 2,37 a 2,95

São José do Rio Preto: 2,11 a 2,74

Presidente Prudente: 2,34 a 2,74

- metodologia de quartis:

Uberlândia: 2,37 a 3,42

São José do Rio Preto: 2,32 a 3,11

Presidente Prudente: 2,42 a 3,37

Abrindo parênteses e observando as notas finais obtidas pelos setores censitários nas três nas três cidades, podemos concluir que: São José do Rio Preto, com exceção de uma nota, apresenta as notas mais baixas em ambas as metodologias, enquanto Uberlândia de Presidente Prudente se alternam com as notas mais elevadas ou apresentam notas iguais. Isso pode representar que as disparidades entre os opostos (exclusão social e inclusão social) sejam menores, porém não menos perversa, em São José do Rio Preto do que em Uberlândia e Presidente Prudente, contrariando os dados da tabela 06, na qual as cidades de São José do Rio Preto e Uberlândia apresentam o mesmo índice de Gini (0,56).

Retomando a discussão, para os mapas de exclusão social optamos por um mapeamento de grade e não pelo mapeamento por zona ou fragmentado, como no mapeamento dos indicadores sociais<sup>41</sup>, pelo fato de entendermos que o mapa de grade permite-nos configurar a exclusão social como um processo que tende a se materializar no tempo e se concentrar no espaço em determinadas áreas da cidade, em detrimento das áreas consideradas de inclusão social.

O mapa de grade possibilita-nos, ainda, observar no espaço intra-urbano a tendência geral de localização dos territórios da exclusão ou da inclusão social, o que não era possível pelo mapeamento de zona, que apresentava apenas uma leitura fragmentada dos setores censitários, como se cada um deles tivesse autonomia em relação aos seus vizinhos.

---

<sup>41</sup> Bem como o mapeamento que o CEMESPP vem utilizando na elaboração do Mapa da Exclusão Social para diversas cidades do interior do estado de São Paulo. Para maiores informações conferir o Atlas da Exclusão Social do interior paulista, na qual o Grupo realiza o mapeamento de todas as cidades do interior paulista que possuíam algum campus da UNESP no ano de 2004.

Este tipo de mapeamento é possível a partir do software MapInfo®, que utilizando-se de técnicas estatísticas, define o centróide de cada setor censitário e preenche o mapa, conforme as notas dos setores censitários, de forma gradativa, do amarelo, para os setores de inclusão social, passando pelas diferentes tonalidades de laranja, para os setores de baixa e média exclusão social, até a tonalidade vermelha, para os setores de exclusão social.

Esse mapeamento de grade, ainda, corrige as distorções daqueles setores censitários de dimensões “exageradas” que representam grandes vazios urbanos e, quando representados nos mapas por zona “enganam”, a primeira vista, aqueles que o analisam.

Assim, na seqüência apresentamos os mapas da exclusão social das cidades de Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente nas duas metodologias empregadas na elaboração do sistema de indicadores, seguidos de uma breve análise de cada um deles, para, posteriormente, elaborarmos um quadro comparativo que nos permita indicar se há um padrão do processo de exclusão social para as três cidades médias ou se cada uma delas apresenta apenas especificidades.

Antes, porém, duas questões se apresentam e entendemos ser importante elucidá-las antes da apresentação e análise dos mapas.

A primeira se refere a questão de que não são os indicadores sociais ou os mapas que definem ou (des)qualificam o processo de exclusão social, mas o contrário. Portanto a exclusão social, muito mais do que números (aspectos quantitativos) expressos em mapas, permite-nos desvendar uma realidade urbana não metropolitana, idealizada, inserida na rede de cidades e caracterizada principalmente pela qualidade de vida, mas profundamente desigual e excludente (aspecto qualitativo). Afinal, é sempre bom lembrar que o mapeamento é um processo de aproximação sucessiva do real, que nunca se completa sem o esforço de síntese, conforme expresso na epígrafe que inicia o capítulo.

Dessa forma os mapas são uma ferramenta fundamental que nos auxiliam a desvendar as desigualdades socioespaciais, banalizadas nas cidades médias, espacializar possíveis condições de exclusão social e, ao mesmo tempo, municiar população e Poder Público no enfrentamento e na elaboração de políticas públicas includentes. Assim, é impossível trabalhar a exclusão social (teoria) dissociada do seu enfrentamento (práxis), que no nosso entendimento pressupõe a participação direta do Poder Público Municipal.

A segunda questão, não menos importante, é com relação às duas metodologias estatísticas utilizadas na elaboração dos mapas do sistema de indicadores e nos mapas de exclusão social.

Ao analisarmos os mapas de exclusão social, a seguir, poderemos observar que as duas metodologias permitem identificar, facilmente, em quais regiões da cidade tendem a se concentrar os territórios da exclusão e/ou os territórios da inclusão social.

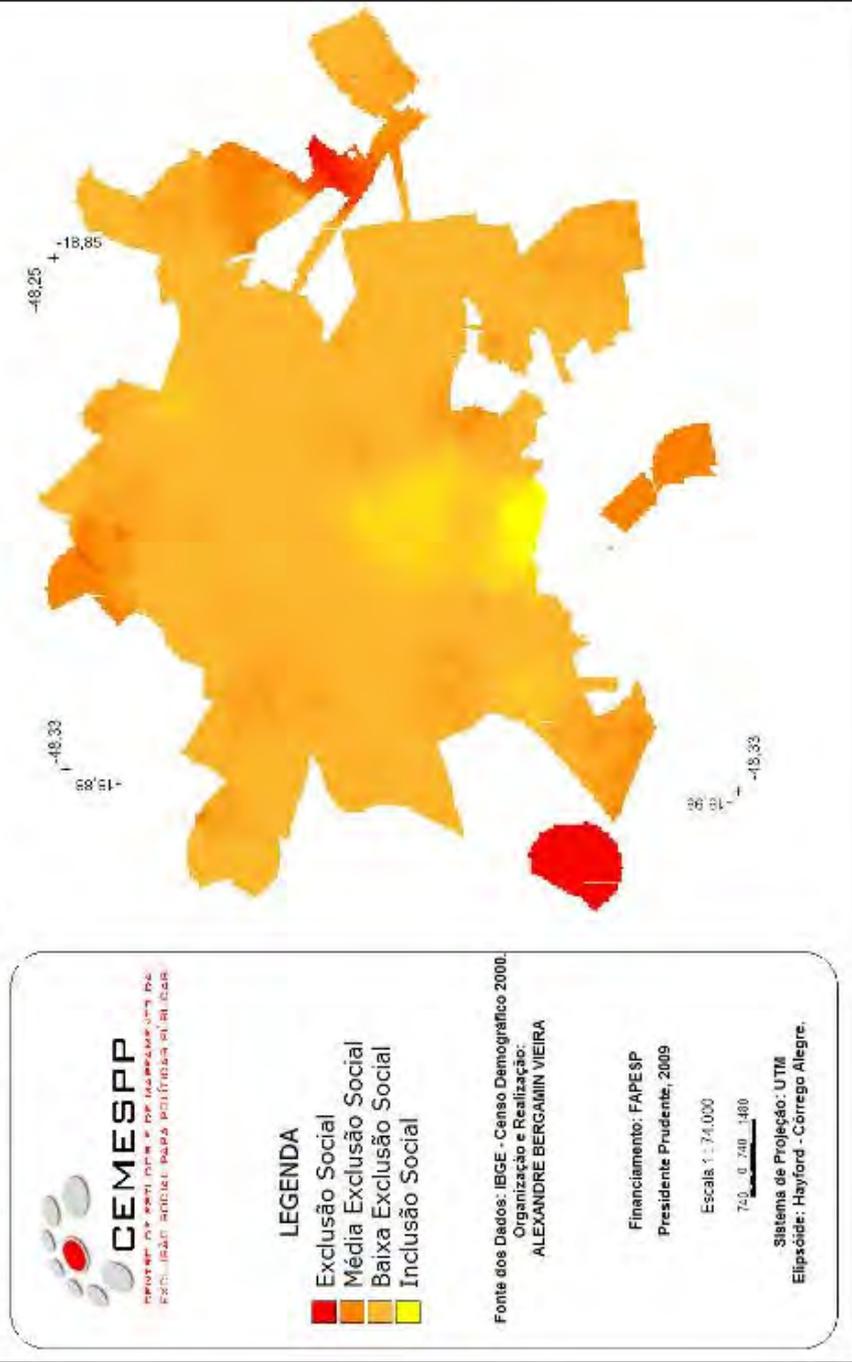
Porém, a metodologia de análise combinatória pela técnica da distância máxima euclídeana, por destacar apenas aqueles setores censitários cujas notas desviam do padrão geral da maioria dos indicadores, acaba por minimizar as desigualdades socioespaciais existentes, homogeneizando o espaço intra-urbano das três cidades quase que por completo, mascarando ou minimizando a intensidade do processo de exclusão social.

Já a metodologia dos quartis, por definir os setores censitários por classes iguais, possibilita uma leitura das desigualdades socioespaciais mais heterogênea, revelando as disparidades existentes entre as diversas regiões gerais da cidade, e permitindo-nos identificar, com maior clareza, as tendências gerais de segregação socioespacial e acirrando os processos excludentes.

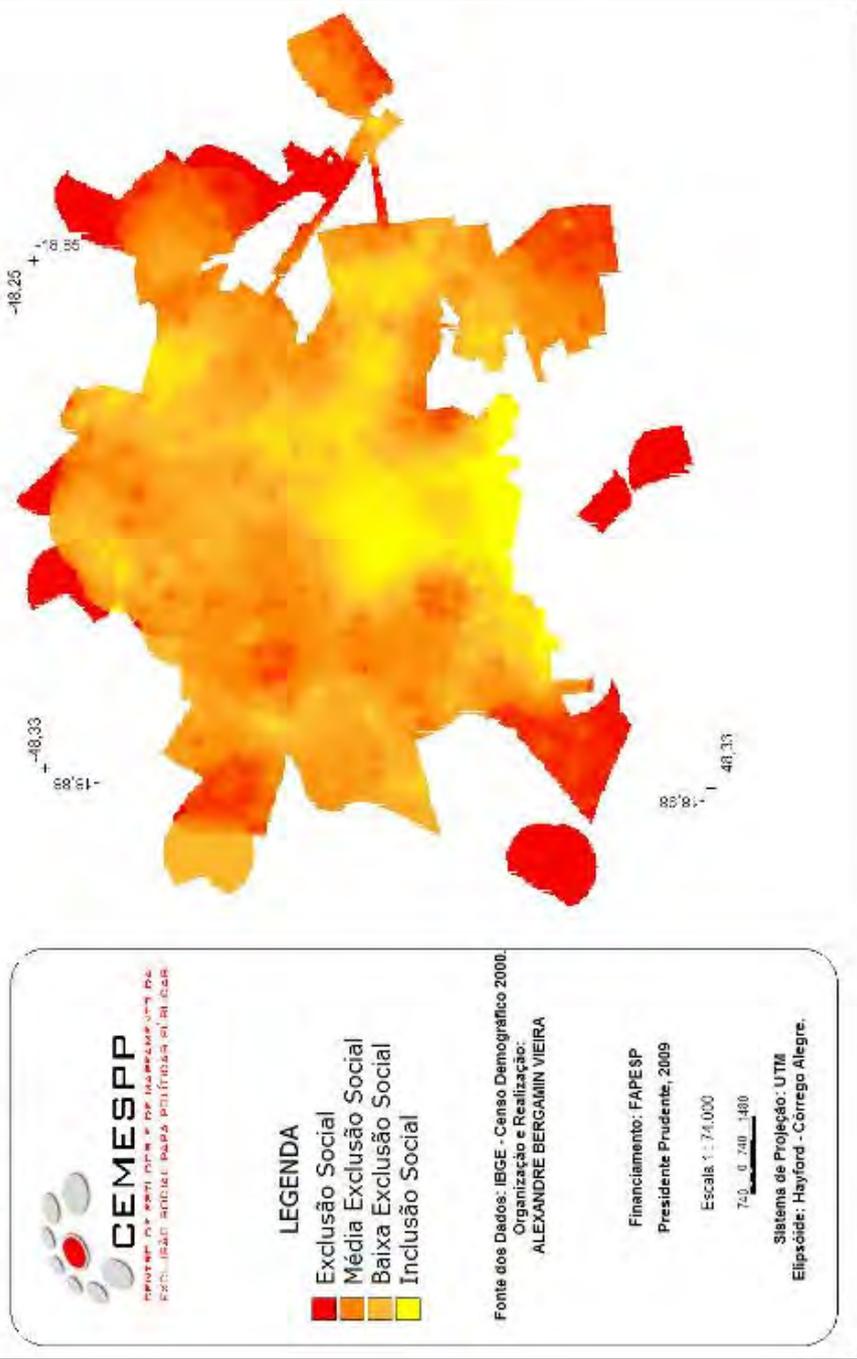
Daí a importância da modelagem estatística também como uma ferramenta de auxílio para o pesquisador, que tem a responsabilidade em definir as potencialidades e limites de cada uma das metodologias a serem utilizadas.

Este foi o principal fator que motivou-nos a apresentarmos para o debate, nesta tese, duas metodologias estatísticas que revelassem como o saber técnico possibilita leituras diferenciadas de uma mesma realidade. Escolher qual a melhor ou a que mais se adéqua ao propósito apresentado é o compromisso ético e/ou político do pesquisador.

**FIGURA 26 (Mapa)**  
**Uberlândia - 2000**  
**EXCLUSÃO SOCIAL**  
 metodologia - análise combinatória



**FIGURA 27 (Mapa)**  
**Uberlândia - 2000**  
**EXCLUSÃO SOCIAL**  
**metodologia - quartil**



Nas figuras 26 e 27 visualizamos a configuração da exclusão-inclusão social na cidade de Uberlândia.

Conforme apontamos acima, no mapa referente à metodologia de análise combinatória o espaço intra-urbano da cidade de Uberlândia apresenta-se bastante homogêneo, com 533 setores censitários (95% do total) classificados como intermediários, sendo que a grande maioria deles são setores de baixa exclusão social, distribuídos por toda área urbana.

Já os setores censitários intermediários classificados como de média exclusão social (7,7% do total, ou 43 setores) localizam-se, principalmente, próximos daqueles poucos setores censitários classificados como de exclusão social, pontualmente localizados em três áreas nas bordas da cidade de Uberlândia, como pouco destaque para aqueles que localizam-se na região central da cidade. Essa localização não é estabelecida apenas do ponto de vista do espaço absoluto (sítio urbano) ou do espaço relativo (espaço geométrico da superfície cartográfica), mas principalmente do ponto de vista do espaço relacional. Assim, os termos *borda* e *centro* são aqui no mesmo sentido apontado por Pickenhayn e Guimarães (2007). Segundo esses autores, é a partir do centro que se define as bordas (espaço relacional). Isso trará implicações significativas para a conclusão do nosso trabalho, na medida em que são distintas as formas de percepção do território se estamos na borda ou no centro da cidade, nessa perspectiva relacional.

Com relação aos poucos setores censitários classificados com os melhores indicadores (apenas 23, ou 4,1% do total), cuja nota final varia de 1,21 a 1,42, considerados como setores de inclusão social, percebemos uma concentração na região centro-sul da cidade, representando essa localização, melhores condições de vida para a população nela residente.

Já os setores censitários classificados como de exclusão social – somente 5 setores ou 0,9% do total – cujas notas variam de 2,37 a 2,95, encontram-se distribuídos em dois pontos específicos na periferia urbana de Uberlândia, nas regiões sudoeste e leste da cidade.

Dessa forma, entendemos que esta metodologia não é a mais adequada, pois minimiza as desigualdades e as disparidades socioespaciais, mascarando o processo de exclusão social. Reduz os territórios da exclusão social a dois pontos específicos da cidade e a define com tendência preponderante à inclusão social, situação que não percebemos na realidade empírica.

Nessa metodologia a cidade luminosa, inserida na rede urbana via circuito superior da economia e sinônimo de qualidade de vida, prevalece sobre a cidade dos excluídos, marcada pela banalização das desigualdades e acirramento dos processos excludentes.

A partir das considerações acima, podemos afirmar que a metodologia dos quartis (figura 27) se mostrou a mais adequada em relação à exclusão social em Uberlândia, pois revelou um espaço intra-urbano bastante heterogêneo marcado pela forte presença da desigualdade e de territórios da exclusão e/ou a inclusão social.

Há uma distribuição geral dos setores censitários nas quatro classificações diferentes, com mais setores considerados de inclusão social (30% do total) ou de baixa exclusão social (25,3%) do que setores classificados como de média exclusão social (23,3%) ou de exclusão social (21,1%), o que não significa, no entanto, que a exclusão social seja menos intensa ou perversa, pois como apontamos anteriormente ela não se resume apenas a critérios quantitativos, mas também, e principalmente, qualitativos, como vimos defendendo nesta tese.

Notamos uma concentração geral dos setores censitários de inclusão social ou de baixa exclusão social nas regiões central e sul da cidade, ou seja, em áreas mais bem dotadas de infra-estrutura urbana e onde se concentram os condomínios e/ou loteamentos horizontais fechados.

Por outro lado os setores de média exclusão social ou de exclusão social se espacializam nas porções mais periféricas da cidade, nas bordas da cidade, no sentido apontado por Pickenhayn e Guimarães (2007).

Essa espacialização revela a segmentação social e espacial de Uberlândia, esconde os pobres na periferia da cidade, oculta as desigualdades socioespaciais, reforça a idéia de cidade de “primeiro mundo”, valoriza a propriedade privada urbana como sinônimo de distinção social e status e, ao mesmo tempo, inibe qualquer possibilidade de questionamento dessa cidade luminosa frente à cidade real.

Assim, de um modo geral, poderíamos afirmar que em Uberlândia haveria uma interrelação de inclusão – exclusão social centro-periferia ou melhor centro-sul x periferias, ou seja, uma inclusão social da população residente nas áreas localizadas nas regiões centrais e sul, onde também se concentram os setores de baixa exclusão social, e uma exclusão social concentrada nas áreas localizadas nas regiões mais periféricas da cidade.

Assim, nos quadros abaixo apresentamos uma síntese dos percentuais de setores censitários, moradores e domicílios inseridas em áreas de exclusão social, inclusão social ou intermediárias nas duas metodologias estatísticas utilizadas, destacando as diferenças promovidas quando se utilizam modelos estatísticos diferenciados.

## **Quadro 2**

### **Uberlândia – 2000**

#### **Síntese do Mapeamento de Exclusão social (metodologia estatística: análise combinatória distancia máxima euclideana)**

**2000**

<b>Tipo</b>	<b>Percentual de setores</b>	<b>Percentual de moradores</b>	<b>Percentual dos domicílios</b>
<b>Setores de Inclusão</b>	4,1	3,7	3,8
<b>Setores de Baixa Exclusão</b>	87,3	86,8	87,2
<b>Setores de Média Exclusão</b>	7,7	8,2	7,5
<b>Setores de Exclusão</b>	0,9	1,3	1,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Organização: Alexandre Bergamin Vieira, 2009.

### Quadro 3

#### Uberlândia – 2000

#### Síntese do Mapeamento de Exclusão social (metodologia estatística: quartil)

<b>Tipo</b>	<b>Percentual de setores</b>	<b>Percentual de moradores</b>	<b>Percentual dos domicílios</b>
<b>Setores de Inclusão</b>	30,0	28,3	29,1
<b>Setores de Baixa Exclusão</b>	25,6	26,4	26,2
<b>Setores de Média Exclusão</b>	23,3	24,7	24,0
<b>Setores de Exclusão</b>	21,1	20,6	20,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Organização: Alexandre Bergamin Vieira, 2009.

**FIGURA 28 (MAPA)**

**São José do Rio Preto - 2000**  
**EXCLUSÃO SOCIAL**

**Metodologia - análise combinatória**



**FIGURA 29 (MAPA)**  
**São José do Rio Preto - 2000**  
**EXCLUSÃO SOCIAL**  
 Metodologia - quartil



Como em Uberlândia, a metodologia de análise combinatória mostra que a grande maioria dos setores censitários de São José do Rio Preto (345, ou 80,6% do total) classifica-se como intermediários – com as notas finais variando entre 1,53 a 1,68 para os setores de baixa exclusão social e entre 1,74 a 2,05 para os setores de média exclusão – e também se distribuem geograficamente pela cidade como um todo, porém, com menor intensidade nas regiões central e sudoeste da cidade, onde se concentram a quase totalidade dos 61 (14,3% do total) setores de inclusão social.

Porém, inversamente à cidade de Uberlândia, esta metodologia não se mostrou inadequada, pois possibilitou generalizar e diferenciar as condições socioespaciais entre as diferentes regiões da cidade, mostrando a tendência de exclusão social em determinadas regiões da cidade e uma concentração da inclusão social na região centro-sul, bem como no extremo leste, onde se concentra um conjunto de condomínios fechados implementados por uma empreendedora que atua diretamente no mercado imobiliário de São José do Rio Preto e Presidente Prudente.

Isso mostra que para diferentes cidades uma mesma metodologia estatística apresenta resultados distintos, reforçando a necessidade do emprego consciente dessa ferramenta analítica de auxílio para a pesquisa geográfica.

Todavia, apesar das considerações acima a metodologia estatística dos quartis possibilitou-nos revelar com maior nitidez a configuração das desigualdades sociais e do processo de exclusão/inclusão social em São José do Rio Preto, pois destacou mais os distintos setores e regiões gerais da cidade.

Ou seja, a partir desta metodologia e uma correlação com os mapas do sistema de indicadores sociais, torna-se evidente que são nos setores censitários de inclusão social que ocorre a predominância a população socialmente mais favorecida da cidade.

Ressaltamos, ainda, que nestas regiões gerais da cidade (central e sudoeste, além do extremo leste) não há ocorrência de nenhum setor de média exclusão social ou de exclusão social, revelando uma nítida separação

entre riqueza e a pobreza na cidade. Essa segmentação dos espaços de sociabilidade se confirmam quando verificamos a concentração da população menos favorecida, juntamente com os piores indicadores, nas regiões norte, noroeste e nordeste da cidade, principalmente, e também no extremo sudeste da cidade. São nestas áreas que estão localizados a maior parte 22 ou dos 84 setores censitários de exclusão social (dependendo da metodologia utilizada).

Assim, podemos afirmar que a exclusão social na cidade de São José do Rio Preto se caracteriza numa divisão centro-sudoeste e leste para os setores de inclusão social e norte, nordeste, noroeste e sudeste para a exclusão social, configurando um espaço intra-urbano desigual, segmentado e excludente.

Portanto, conforme apresentamos para Uberlândia, nos quadros a seguir procuramos representar os percentuais de setores, domicílios e pessoas inseridos em áreas intermediárias, de exclusão ou de inclusão social nas duas metodologias estatísticas.

#### **Quadro 4**

##### **São José do Rio Preto – 2000**

##### **Síntese do Mapeamento de Exclusão social (metodologia estatística: análise combinatória distancia máxima euclideana)**

<b>Tipo</b>	<b>Percentual de setores</b>	<b>Percentual de moradores</b>	<b>Percentual dos domicílios</b>
<b>Setores de Inclusão</b>	14,3	11,3	12,6
<b>Setores de Baixa Exclusão</b>	46,7	45,8	46,5
<b>Setores de Média Exclusão</b>	33,9	36,8	35,6
<b>Setores de Exclusão</b>	5,1	6,1	5,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Organização: Alexandre Bergamin Vieira, 2009.

## Quadro 5

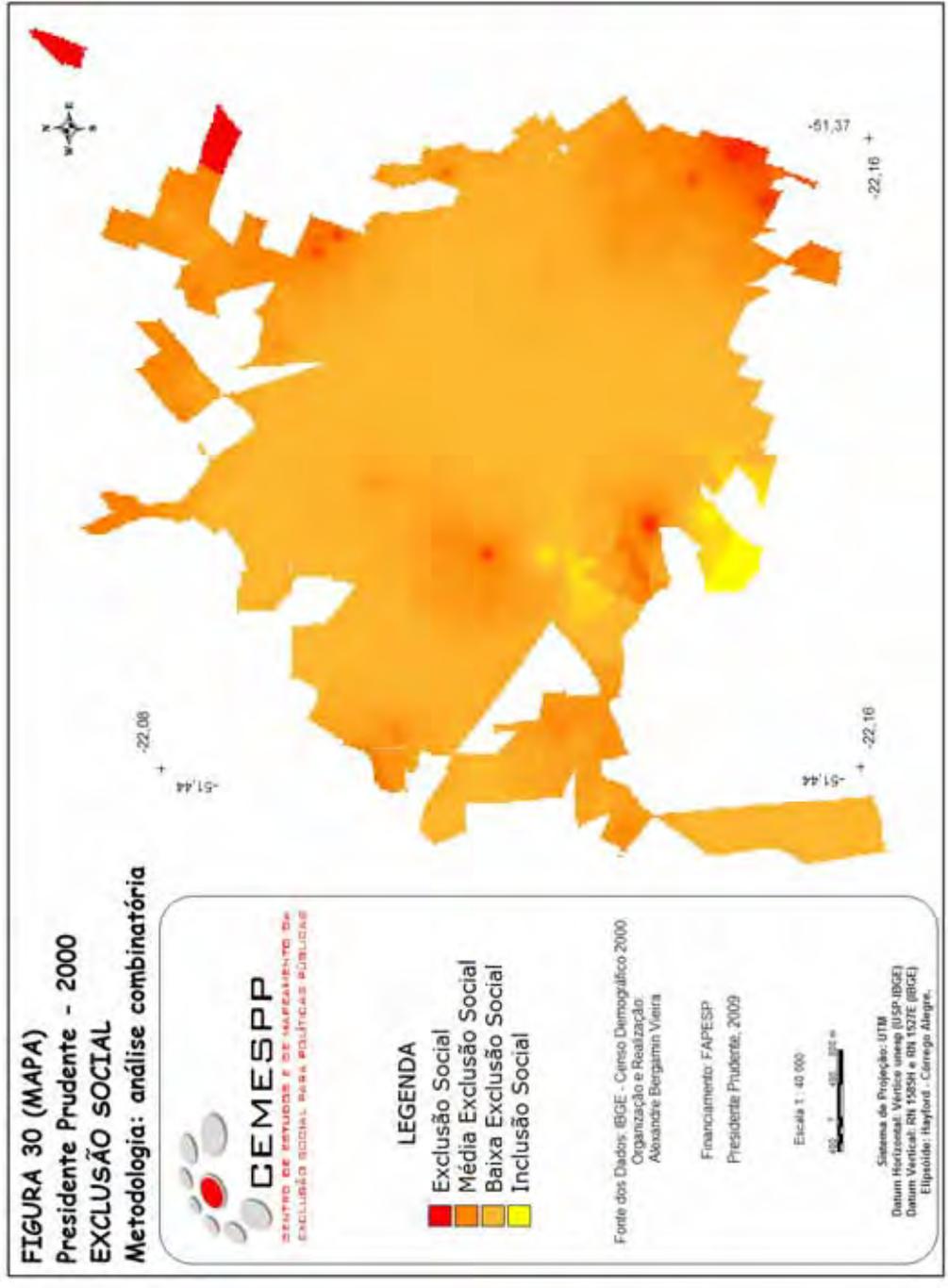
São José do Rio Preto – 2000

Síntese do Mapeamento de Exclusão social (metodologia estatística: quartil)

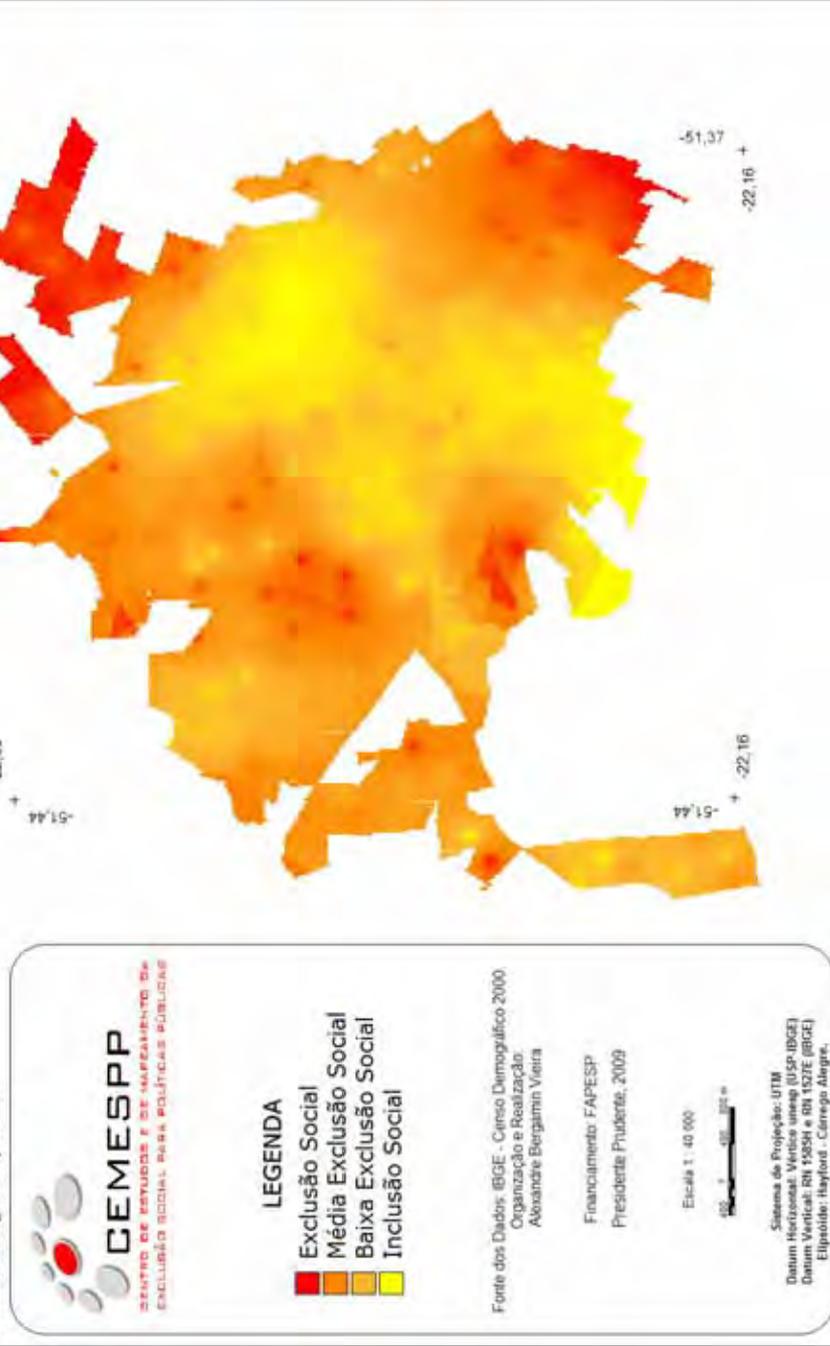
<b>Tipo</b>	<b>Percentual de setores</b>	<b>Percentual de moradores</b>	<b>Percentual dos domicílios</b>
<b>Setores de Inclusão</b>	31,1	28,2	26,2
<b>Setores de Baixa Exclusão</b>	26,2	26,8	26,5
<b>Setores de Média Exclusão</b>	23,1	24,2	24,6
<b>Setores de Exclusão</b>	19,6	20,8	22,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Organização: Alexandre Bergamin Vieira, 2009.



**FIGURA 31 (MAPA)**  
**Presidente Prudente - 2000**  
**EXCLUSÃO SOCIAL**  
**Metodologia: quartil**



Em Presidente Prudente o mapeamento da exclusão social (figuras 30 e 31), como em Uberlândia e São José do Rio Preto, revela, nitidamente, as desigualdades sociais e espaciais entre as diferentes áreas da cidade, com melhor resultado obtido pela metodologia dos quartis. Nesse sentido, a metodologia de análise combinatória se revela menos propícia, pois minimiza ou oculta as desigualdades socioespaciais, conforme observado para a cidade de Uberlândia.

Assim sendo, nesta metodologia notamos a concentração de quase todos os setores de exclusão social na região considerada como "além linha", referindo-se a via férrea que corta a cidade, ou seja, apenas 2 dos 10 setores censitários (4,2% do total) classificados como de exclusão social, com as piores notas (2,34 a 2,74) localizam-se em outras áreas que não seja essa delimitada pela estrada de ferro.

Já na metodologia dos quartis as desigualdades socioespaciais apresentam maior amplitude e setores censitários de exclusão social, em maior número (44 setores ou 19% do total) estão localizados também na área além linha, mas distribuídos nas regiões norte, nordeste e leste da cidade.

Com relação aos setores de inclusão social, apenas três setores censitários (1,3 % do total) na metodologia de análise combinatória e os 73 (32,5%) na metodologia dos quartis, que apresentam as melhores notas (1,11 até 1,79, variando em cada metodologia), observamos uma concentração apenas na região sul, na metodologia de análise combinatória, e nas áreas centrais e sul na outra metodologia.

Afirmamos, portanto, que em Presidente Prudente o processo de exclusão social se caracteriza pela concentração espacial dos setores censitários de exclusão social na região denominada de "além linha" e os setores de inclusão concentrados, em sua maioria, nas regiões central e sul da cidade, muito próximo daquilo apresentado pela cidade de Uberlândia.

Dessa forma, na seqüência, nos quadros 6 e 7, apontamos uma síntese dos percentuais de setores, moradores e domicílios obtidos através do mapeamento da exclusão social.

## Quadro 6

### Presidente Prudente – 2000

**Síntese do Mapeamento de Exclusão social (metodologia estatística: análise combinatória distância máxima euclideana)**

<b>Tipo</b>	<b>Percentual de setores</b>	<b>Percentual de moradores</b>	<b>Percentual dos domicílios</b>
<b>Setores de Inclusão</b>	1,3	0,8	0,7
<b>Setores de Baixa Exclusão</b>	74,8	71,5	73,2
<b>Setores de Média Exclusão</b>	19,6	22,5	20,7
<b>Setores de Exclusão</b>	4,3	5,2	5,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Organização: Alexandre Bergamin Vieira, 2009.

## Quadro 7

### Presidente Prudente – 2000

**Síntese do Mapeamento de Exclusão social (metodologia estatística: quartil)**

<b>Tipo</b>	<b>Percentual de setores</b>	<b>Percentual de moradores</b>	<b>Percentual dos domicílios</b>
<b>Setores de Inclusão</b>	32,5	29,3	28,3
<b>Setores de Baixa Exclusão</b>	25,5	24,8	24,8
<b>Setores de Média Exclusão</b>	22,9	23,2	23,7
<b>Setores de Exclusão</b>	19,1	22,7	23,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Organização: Alexandre Bergamin Vieira, 2009.

\*\*\*\*\*

A partir do mapeamento da exclusão social nas cidades de Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente analisados acima podemos concluir o seguinte:

1. A metodologia estatística dos quartis revelou-se a mais propícia, pois permitiu-nos identificar com maior intensidade e nitidez as desigualdades socioespaciais que estruturam o espaço intra-urbano das três cidades médias. Por outro lado, a técnica de análise combinatória por pares recíprocos também evidenciou as desigualdades destacando, no entanto, apenas alguns poucos setores censitários de inclusão ou exclusão social e tornando o espaço intra-urbano mais homogêneo, classificando a maioria dos setores censitários como de média ou de baixa exclusão social.

Dessa forma, correlacionando as duas metodologias podemos identificar claramente os territórios da exclusão e/ou da inclusão social nas três cidades médias, revelando tanto a cidade luminosa (referente apenas a inclusão social) e a cidade dos excluídos, expondo a segmentação da socialibilidade entre os diferentes.

2. Há um padrão entre as três cidades no que se refere à localização dos setores de inclusão social: principalmente na região sul da área urbana (onde se localizam as áreas de maior valorização imobiliária, com o novo modelo de urbanização pautado na construção de condomínios e/ou loteamentos horizontais fechados, nas três cidades) e também na região central, já consolidada como área melhor dotada de infra-estrutura urbana e que ainda concentra um grande número edifícios residenciais, reflexo de um modelo anterior de urbanização, conforme aponta Sposito (1991).

Esse padrão revela a configuração de uma cidade segmentada social e espacialmente, onde a classe social mais abastada, que reside primordialmente nos espaços de inclusão social, passe a viver apenas em espaços exclusivos, pertencentes apenas naquilo que vimos definindo como a cidade virtual. Ou seja, para essa classe social é possível morar, trabalhar, se divertir, consumir e transitar por espaços onde a pobreza não existe ou não está visível, reforçando nossa hipótese de banalização das desigualdades socioespaciais, tornando ainda mais perverso o processo de exclusão social.

Reforça, ainda, a idéia de que lugar de cada um nas cidades médias não é definido aleatoriamente e nem é resultado da disputa pela produção do espaço urbano, mas definido por agentes específicos (mercado imobiliário e Poder Público) (VIEIRA, 2005, p.144) que inibem qualquer forma de questionamento e tornam o espaço banal apenas em um contexto geográfico propício à reprodução ampliada do capital.

3. Se há um padrão espacial de inclusão social o mesmo não ocorre para a exclusão social. O que podemos identificar é que os territórios da exclusão social se localizam nas bordas (PICKENHAYN e GUIMARÃES, 2007) que constituem ao mesmo tempo as periferias pobres das três cidades e um ponto de vista de olhar para a cidade luminosa. E isso é resultado direto da produção do espaço urbano promovido pelo Poder Público Municipal, pois nas três cidades as regiões onde se concentram os setores censitários de exclusão social são aquelas onde as políticas habitacionais mais se consolidaram.

4. Por fim, observando os quadros 2 ao 7 podemos concluir que quantitativamente, além da questão qualitativa pela qual nos pautamos no decorrer do trabalho há, sim, um padrão de exclusão social entre as três cidades médias analisadas, quando nos baseamos nos dados relativos à metodologias dos quartis ou seja, os percentuais de setores censitários de exclusão social (21,1% para Uberlândia, 19,6% para São José do Rio Preto e 19,0% para Presidente Prudente), de pessoas residentes (20,6% para Uberlândia e Presidente Prudente e 20,8% para Rio Preto) e de domicílios (20,7%, 22,7% e 22,2% respectivamente para Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente) revelam dados muito semelhantes.

Portanto concluímos que há um padrão de desigualdade intra-urbana e de exclusão social entre as cidades de Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente, que reforça a segmentação da sociabilidade e valoriza o patrimônio imobiliário. Neste caso, o poder de influência de cada integrante da sociedade é medido por suas posses, o que cria as bases para a banalização das desigualdades sociais.

Como exemplo disso podemos apontar diversas estratégias de produção e reprodução do espaço urbano. Uma delas pode ser observada nas

três cidades estudadas. Trata-se da valorização imobiliária de determinadas regiões dessas cidades a partir das políticas habitacionais que concentram os loteamentos populares e/ou conjuntos habitacionais em uma outra área da cidade que não aquela de interesse direto e maior do capital imobiliário.

Outra estratégia é a da não aplicação de alíquotas diferenciadas de IPTU para as diferentes áreas urbanizadas, conforme indica o artigo 47 do Estatuto da Cidade. A partir de informações coletadas no Ministério da Fazenda, a cidade de Uberlândia arrecadou no ano de 2005 R\$16.039.502,00 com IPTU, inferior ao montante arrecadado por Presidente Prudente (R\$16.311.421,00), que possui uma população três vezes menor. Entendemos que essa diferença é um reflexo do fato de que uma determinada família tradicional da cidade, que direta ou indiretamente ocupa o principal cargo do poder executivo na cidade, ser proprietária de nada menos que 40% dos terrenos não utilizados da cidade. Isso reforça a nossa interpretação de que, além da cidade média ser segmentada, ela é patrimonialista, uma vez que são os bens imobiliários extremamente relevantes no processo de valorização do espaço.

E este fator político-ideológico reforça a proximidade entre os diferentes agentes capitalistas (proprietários fundiários, empreendedores imobiliários, construtoras, imobiliárias) e os agentes públicos – quando eles não se confundem ou constituem o mesmo grupo – facilitando com que as políticas públicas favoreçam a reprodução do capital privado, da propriedade privada e da cidade como mercadoria. Isso pôde ser observado recentemente na implementação de infra-estrutura urbanística em Presidente Prudente não nas áreas mais pobres e mais necessitadas, mas naquelas onde se concentram os principais investimentos privados da cidade. Assim, Prefeitura Municipal vem especulando um projeto para construção do novo centro administrativo municipal, cuja localização será na região sul da cidade, na nova área de expansão urbana da cidade na qual concentram loteamentos horizontais fechados. É nesta área onde se concentram também os maiores investimentos em infra-estrutura viária, com o prolongamento das principais avenidas da cidade e a abertura de novas vias.

# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

*"A utopia de uma cidade justa e tolerante é fundamental sempre e quando seja acompanhada de dois exercícios constantes: o exercício da crítica, teórica e prática, dos processos concretos – sociais, econômicos e políticos – que engendram e reproduzem a cidade injusta e intolerante; o exercício da vivência não programada da celebração da festa, em que encontros autênticos se mostrem irredutíveis ao simulacro da espetacularização tão ao gosto do marketing urbano" (VAINER, 1998, p.44)*

Baseados nos 19 mapas do sistema de indicadores sociais de desigualdade intra-urbana e nos mapas de exclusão social, para cada uma das cidades, podemos concluir que a exclusão social é elemento importante na estruturação do espaço intra-urbano das cidades de Uberlândia, São José do Rio Preto e Presidente Prudente, pois refletem, nitidamente, as desigualdades sociais e espaciais nelas existentes. Isso revelando, diretamente, as dimensões geográfica, econômica, social. Intrínseca a estas dimensões, constatamos, a partir das visitas de campo, as dimensões política (ausência de movimentos contestatórios da situação de desigualdade e exclusão social) e da representação social (na qual os moradores das áreas de concentração da exclusão são estigmatizados e considerados os próprios responsáveis pela situação em que se encontram).

O mapeamento revela, ainda, o papel fundamental do Poder Público Municipal e do mercado imobiliário (ou dos agentes imobiliários) no processo de exclusão social nas três cidades médias analisadas. Em todas elas a concentração dos setores de inclusão social se dá naquelas áreas mais valorizadas da cidade (coincidentemente na região sul das três cidades), com os maiores valores venais ou de mercado do m<sup>2</sup> das construções ou dos terrenos<sup>42</sup>, com maior dinâmica imobiliária e implementação de condomínios e/ou loteamentos fechados, onde residem a população de mais alta renda (figuras 14 a 19), com melhores indicadores habitacionais (figuras 2 a 7) e sociais (figuras 20 a 25).

---

<sup>42</sup> Os dados que baseiam nossa afirmação foram obtidos a partir das seguintes fontes: Uberlândia (Classificados do Jornal Correio de Uberlândia, de 11 e 12/09/2008, p.03); São José do Rio Preto (valores venais do m<sup>2</sup> para cálculo do IPTU disponibilizado no sítio oficial da prefeitura [www.riopreto.sp.gov.br](http://www.riopreto.sp.gov.br), acesso em 15/09/2008); Presidente Prudente (Classificados dos Jornais O Imparcial e OesteNotícias, de 14/09/2008).

Em contrapartida, as áreas classificadas como de exclusão social concentram-se naquelas áreas de expansão urbana e implementação de loteamentos ou conjuntos habitacionais, conforme segue:

- Em Uberlândia com as regularizações de ocupações de terra urbana<sup>43</sup> e a implementação de loteamentos populares a partir de políticas habitacionais federais;
- Em São José do Rio Preto com os loteamentos populares implementados pelo Poder Público Municipal a partir de vários programas habitacionais, nos quais as famílias recebiam os lotes sem qualquer infra-estrutura (que viriam a ser instaladas posteriormente de forma precária), tinham prazo de 20 anos para pagá-los, desde que ocupassem a área no curto prazo e;
- Em Presidente Prudente a partir da implementação de loteamentos ou conjuntos habitacionais resultantes de processos de desfavelização.

Os mapas reforçam também os cinco fatores que tornam específico os processos excludentes nas cidades médias, ou seja “naturalizam” as desigualdades sociais e espaciais (fator social), escamoteiam a paisagem urbana ao concentrar a exclusão nas áreas mais periféricas (fator geográfico), revelam que as políticas públicas habitacionais diferenciam o espaço urbano (fator político) valorizando determinadas áreas da cidade (fator econômico), reforçando o ideário da culpabilidade da exclusão social aos próprios excluídos (fator ideológico), acirrando e reforçando a exclusão social nas cidades médias, reforçando as desigualdades sociais e espaciais na escala intra-urbana.

Dessa forma, concluímos que o processo de exclusão social nas cidades estudadas é um processo orquestrado para benefício de uma pequena

---

<sup>43</sup> Em Uberlândia, na área próxima à Penitenciária Pública é recorrente a ocupação de terras por famílias de baixa renda e, posteriormente a regularização por parte do Poder Público Municipal. No entanto as ocupações são no mínimo estranhas: elas já ocorrem com a definição do arruamento e dos lotes e se localizam numa região “invisível” da cidade, dando a impressão que a área é destinada para essa finalidade, evitando-se possíveis conflitos ou disputas por outros espaços mais valorizados.

parcela da população, a classe mais privilegiada, em detrimento da maioria, como mostra o sistema de indicadores de desigualdade intraurbana e os mapas da exclusão social. Do mesmo modo, a ausência e/ou ineficiência de movimentos populares urbanos nessas cidades médias torna a exclusão social ainda mais perversa. Mais do que isso, podemos identificar a existência da segmentação da sociabilidade. De um lado, vive a população da cidade luminosa, daqueles que são beneficiados pelo processo de valorização do espaço e, por este motivo, podem potencializar ainda mais a participação nos circuitos da economia flexível nacional e global. Enquanto esses habitantes protagonizam a "ilha da prosperidade", expressa como vitrine de boas condições de vida, sem problemas de trânsito, de violência em contraposição à saturação da metrópole, os habitantes de outra cidade, a dos excluídos, denuncia a outra face da realidade.

É por isto que essas cidades, diferentes de serem corporativas e fragmentadas como as metrópoles (Santos, 1990), podem ser definidas como segmentadas e patrimonialistas. Afinal, a produção do espaço urbano de forma desigual e excludente, de forma a garantir a segmentação social com pouca ou nenhuma presença da diferença, é determinada quase que exclusivamente pelas posses (patrimônio) e pelo poder político que as elites locais possuem. Dessa forma, torna-se impossível o avanço conceitual acerca das cidades médias apenas levando-se em conta a dimensão econômica do fenômeno. Será preciso avançar na interface entre a Geografia Econômica e a Geografia Política da cidade, conforme defendemos nesta tese.

# **BIBLIOGRAFIA**

AMORIM FILHO, Osvaldo. *Cidades médias e a organização do espaço no Brasil*. Revista Geografia e Ensino, Belo Horizonte, v.2, n.5, p.5-34, junho, 1984.

\_\_\_\_\_. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A. e SERRA, R. V. (org.). *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-35.

\_\_\_\_\_. e SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.) *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.1-34.

ANDRADE, Thompson e LODDER, C. *Sistema urbano e cidades médias no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

ANDRADE, Thompson. A. e SERRA, Rodrigo V. (org.). *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

\_\_\_\_\_. Análise do desempenho produtivo dos centros urbanos brasileiros no período 1975/2000. In: ANDRADE, T.; SERRA, R. V. *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 79-127. (a)

\_\_\_\_\_. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000. In: ANDRADE, T.; SERRA, R. V. *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p. 129-169. (c)

ATKINSON, R. Combatendo a exclusão social urbana: o papel da participação comunitária na regeneração das cidades européias. In: *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro, Ano XII, nº1, 1998. p.107-127.

AZEVEDO, S. Política de habitação popular e subdesenvolvimento: dilemas, desafios e perspectivas. In: DINIZ, Eli (org.). *Debates urbanos 4 – políticas públicas para áreas urbanas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p.67-114.

BEAUJEU-GARNIER, J. *Geografia Urbana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

\_\_\_\_\_. e CHABOT, G. *Traité de Géographie Urbaine*. Paris: Armand Colin, 1963.

BERNARDELLI, Mara Lúcia F. da H. Programa Cura III em Presidente Prudente: uma porta para a cidade? In Spósito, M. E. B. *Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média*. Presidente Prudente: [s.n.], 2001, p. 121-138.

BESSA, Kelly Cristine. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades Médias: o exemplo de Uberlândia (MG) In. Revista *Caminhos de Geografia*. UFU. 24(16), out/2005. p.268 – 288

BRASIL. Departamento de Infra-estrutura Aeroviária (INFRAERO). [www.infraero.gov.br](http://www.infraero.gov.br). Acesso em agosto de 2008.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Regiões de Influência das Cidades 2007*. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=6>>. Acesso em Dezembro de 2008.

\_\_\_\_\_. *Contagem Populacional 2007*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em Dezembro de 2007.

\_\_\_\_\_. *Regiões de Influência das Cidades 1993*. Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. *Manual do recenseador Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro, 2000.

BUENO, José C. de Lima. *A expansão física de São José do Rio Preto – 1980 a 2000*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) 213f. São Paulo: FAU/USP.2002.

BURCHARDT, T. Social exclusion: concepts and evidence. In: GORDON, D. & TOWNSEND, P. (Eds.) *Breadline Europe: the measure of poverty*. Bristol, U.K.: The Policy Press, 2000.

CAMPOS, André et. alli. (orgs.) *Atlas da Exclusão Social no Brasil. Os ricos no Brasil*, Vol.3. São Paulo: Cortez, 2005. 2ªed.

CARLOS, Ana Fani A.. Diferenciação sócio-espacial. Revista *Cidades*. Presidente Prudente. v. 4, p. 45-60, 2007

\_\_\_\_\_. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992.

CARVALHO, Edemir de. Exclusão social e crescimento das cidades médias brasileiras. In. Revista *Scripta Nova*. Universidad de Barcelona. Vol. VII, núm. 146(128), agosto de 2003

CASTEL, Robert. *A metamorfose da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTELLO BRANCO, Maria L.G. Algumas considerações sobre a identificação sobre as cidades médias. In. SPOSITO, Maria E. B. (org.) *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular. 2007. p. 89 a 112.

CORRÊA, Roberto L. Construindo o conceito de Cidade Média. In: SPOSITO, Maria E. B. (org.) *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular. 2007. p.23-33.

\_\_\_\_\_. Posição geográfica de cidades. Revista *Cidades*. Presidente Prudente. v. 1, nº2, 2004, p.317 a 323.

COSTA, Alfredo B. *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva. 1998. 99p.

COSTA, Eduarda Marques da. In. Revista *FINISTERRA*, 2002, vol74. p.101-128.

CYMBALISTA, Renato. Regulação urbanística e morfologia urbana. In: *Revista POLIS*. São Paulo, 1999. n. 32. p.75-91

DEMO, Pedro. *Pobreza da pobreza*. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. *O charme da Exclusão Social*. 2ª ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2002. 125 p.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo*. São Paulo: Paz e terra, 2000.

ESCOREL, Sarha. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, M. (Org.) *No meio da rua: nômades excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 139-71.

\_\_\_\_\_. Exclusão social: em busca de uma categoria. In: ESCOREL, S. *Vidas ao léu: uma trajetória da exclusão social*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. p.23-81.

FERNANDES, S. A. de S. *Territorialização das políticas habitacionais em Bauru e Presidente Prudente: A atuação da CDHU, Cohab-CRHIS e Cohab-Bauru*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, 1998.

FURINI, Luciano. A. *Modernidade, vulnerabilidade e população de rua em Presidente Prudente(SP)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, 2002. 184p.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

GUIMARÃES, Ana. A.; MELAZZO, Everaldo. S.; GUIMARÃES, Raul. B. e MAGALDI, Sérgio. B. *A Propósito do debate sobre Exclusão Social: Aportes Teóricos, Escala Local e Indicadores Sociais*. Contribuições Científicas - XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa – PB: *Anais*, AGB, julho de 2002. CD-Rom.

GUIMARÃES, R. B. (coord.). *Atlas da exclusão/inclusão social no interior paulista*. Organização: SIMESPP – Sistema de Informação e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas – Presidente Prudente, 2004.

\_\_\_\_\_. et. al. *Sistema de informação para tomada de decisão municipal*. Presidente Prudente: Relatório de Pesquisa Fase II – FAPESP, Programa Políticas Públicas. 2003.

\_\_\_\_\_, VIEIRA, Alexandre B. e NUNES, Marcelo. Cidades médias: territórios da exclusão. In: Revista *CIDADES*. Vol.2 nº4. julho a dezembro de 2005. p.267-288.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume. 2006

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

HORA, Mara Lúcia F. da. *O projeto CURA III em Presidente Prudente*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Presidente Prudente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual paulista, 1997.

HUMET, Joan Subirats, CARMONA, Ricard Gomà y TORRUELLA, Joaquim Brugué (Coords.) *Análisis de los factores de exclusión social*. Barcelona: Fundação BBVA, 2005

IPEA. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Software

JANNUZZI, P. de M. *Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos Indicadores Sociais na Formulação e Avaliação de Políticas Públicas Municipais*. Campinas: Ed. do Autor/PUCAMP, 2002.

\_\_\_\_\_. *Indicadores sociais no Brasil – conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas: Alínea, 2001.

KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão social: traduções regionais de duas categorias da prática. In. *Revista Econômica*. V.4 nº1, 2002. p. 25 a 59.

LEFÈBVRE, Henri. (tradução de Rubens E. Frias). *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1969. 145p.

LENCIONI, Sandra. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, Ana Fani A. e LEMOS, Amália Inês G. *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003. p.35-44.

LEVITAS, R. What is social exclusion? In: GORDON, D & TOWNSEND, P. (Eds.). *Breadline Europe: the measure of poverty*. Bristol, U.K.: The Policy Press, 2000.

LESBAUPIN, Ivo. *Poder Local x Exclusão Social*. A experiência das prefeituras democráticas no Brasil. Petrópolis – RJ: Vozes, 2001.

LIBAULT, A. *Geocartografia*. São Paulo: Editora Nacional, 1975

LOJKINE, J. *O Estado capitalista e a questão urbana*. Tradução de E. S. Abreu. São Paulo: Martins Fontes 1997.

LOZANO, Enrique Raya. (org.) *Exclusión /inclusión social em la ciudad de Granada*. Granada: Editorial Maristán. 2004

MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: VOZES, 2001.

\_\_\_\_\_. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In.: ARANTES, Otília B.F., VAINER, Carlos B. & MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: VOZES, 2000. p.121-192.

MARISCO, L. M. O. *A norma e o fato: abordagem analítica da segregação socioespacial e exclusão social a partir dos instrumentos urbanísticos*. 224f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2003.

MARTINELLI, Marcelo. *Gráficos e mapas: construa-os você mesmo*. São Paulo: Moderna, 1998

MARTINS, José. de S. *A Sociedade vista do abismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MELAZZO, E. S. Problematizando o conceito de exclusão social: elementos para uma reflexão sobre velhas e novas desigualdades no Brasil. In: *Revista FORMAÇÃO: Conceitos Geográficos*, Presidente Prudente, n. 11, v. 1, 2004. p. 45 – 72

\_\_\_\_\_. *Padrões de desigualdades em cidades paulistas de porte médio. A agenda das políticas públicas em disputa*. Tese (Doutorado em Geografia) 222f. Presidente Prudente: [s.n.], 2006

\_\_\_\_\_. *Mercado imobiliário, expansão territorial e transformações intra-urbanas – o caso de Presidente Prudente*. 173p. Dissertação (Mestrado em Planejamento urbano e regional). IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1993.

MELLO, S. L. Violência urbana e a exclusão dos jovens. In: Sawaia In: SAWAIA, B. B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001, p.129-140.

MORAIS, Maria da P. e LIMA, Ricardo. Indicadores urbanos como instrumento de gestão e formulação de políticas públicas. In: *Revista de Administração Municipal*. Ano 46, nº232, nov/dez 2001.

MOTA, Hermílon M. *Evolução urbana de Uberlândia: uma cidade do Triângulo Mineiro de porte médio e em contínuo crescimento*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) 157f. Campinas: UNICAMP. 2001

NASCIMENTO, Elimar P. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, M. (Org.) *No meio da rua: nômades excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 56-87.

OLIVEIRA, Selmane F. *O crescimento urbano e ideologia burguesa*. Dissertação (Mestrado em História) 180f. Niterói: UFF. 1992

PEREIRA, Waltraud K. R. *Cidades médias: uma opção no desenvolvimento urbano*. 1977. Dissertação (Mestrado em economia). Brasília D.F., Universidade de Brasília, 1977.

PETISCO, Andréia C. A.. Espaços desiguais: ocupação do território e estrutura urbana de São José do rio Preto. In. CARVALHO, Joelson G. (org.) *Dimensões urbanas e regionais do desenvolvimento socioeconômico de São José do Rio Preto*. São José do Rio Preto: Microlins Brasil, 2007,

PICKENHAYN, Jorge A. e GUIMARÃES, Raul B. Duas bordas de uma mesma história: povoamento e saúde em cidades médias da América do Sul. In. SPOSITO, Maria E. B. (org.) *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular. 2007. p.187 a 214.

POCHMANN, Márcio e AMORIN, Ricardo (orgs.). *Atlas da Exclusão Social no Brasil. Vol. 1*. São Paulo: Cortez, 2004. 3ªed.

\_\_\_\_\_. *Atlas da Exclusão Social no Brasil. Agenda não liberal da inclusão social no Brasil, Vol. 5*. São Paulo: Cortez, 2005.

PONTES, Beatriz. M. S. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (década de 1970). In SPOSITO, M. E. B. (org.). *Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: GAsPERR – FCT/UNESP, 2001.

RRAMIRES, Júlio C. de Lima. A verticalização do espaço urbano de Uberlândia: uma análise da produção e consumo da habitação. Tese (Doutorado em Geografia). – USP – Universidade de São Paulo: São Paulo, 1998.

PRÉTECEILLE, E. Segregação, classes e políticas nas grandes cidades. In: *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, vol. X, n.2, p.15-37, ago/dez 1996.

REIS, Maucia V. dos. Entre viver e morar: experiências dos moradores dos conjuntos habitacionais (Uberlândia – anos 1980-1990). Dissertação (Mestrado em História) UFU – Uberlândia, 2003.

ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROCHEFORT, Michel.; LAMICQ, Hélène. *As Cidades Médias Brasileiras*. São Paulo, 1975. (mimeografado).

RODRIGUES, Moyses Arlete. Direito à cidade e o Estatuto da Cidade. Revista *CIDADES*. Vol.1, n.1, 2004.

\_\_\_\_\_. *Moradia nas cidades brasileiras*, São Paulo: Contexto, 1994.

ROMA, Cláudia M. *Segregação socioespacial em cidades pequenas*. Dissertação (Mestrado em Geografia) 137f. Presidente Prudente: FCT/UNESP. 2008

ROLNIK, R. Mapeando a regulação urbanística e a exclusão territorial no estado de São Paulo. In: *Revista POLIS*, São Paulo, n.32, p.07-21, 1999.

SABÓIA, Ana Lúcia. Inclusão social: critérios de análise e métodos de mensuração. In. *Anais do II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL*. Santo André: Prefeitura Municipal, 2002. p.43-47.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Trad. Myrnat.R. Viana. São Paulo: EDUSP, 2004.

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 1996.

\_\_\_\_\_. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1994

\_\_\_\_\_. *A Urbanização Brasileira*. 2º ed. – São Paulo: HUCITEC, 1993a.

\_\_\_\_\_. *Manual de Geografia Urbana*: São Paulo: HUCITEC, 1990.

\_\_\_\_\_. *Metrópole corporativa e fragmentada*. São Paulo: HUCITEC, 1990.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

\_\_\_\_\_. *Pobreza urbana*. São Paulo: HUCITEC, 1982.

\_\_\_\_\_. *Urbanização desigual*. Petrópolis: VOZES, 1980.

\_\_\_\_\_. *Economia espacial*. São Paulo: Difel, 1979.

\_\_\_\_\_. e SILVEIRA, Maria L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (Prefeitura). *Conjuntura Econômica*. São José do Rio Preto, SP : Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Estratégica, 2008. 23ª Ed.

\_\_\_\_\_. *Projeto de Desfavelização*. São José do Rio Preto-SP: Secretaria Municipal de Habitação. 2001

\_\_\_\_\_. *Programa NOSSA TERRA*. São José do Rio Preto: EMCOP. 1989.

SÃO PAULO (Governo do Estado). Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo – DAESP. [www.daesp.sp.gov.br](http://www.daesp.sp.gov.br). Acesso em agosto de 2008.

SILVA, Ronés B. *Segregação e/ou integração :o "Programa de desfavelamento e loteamentos urbanizados"* em Presidente Prudente. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente-SP, 2005.

SILVA, Willian R. *Para além das cidades: centralidade e estruturação urbana: Londrina e Maringá*. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente-SP, 2006.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SMOLKA, M. *Dinâmica imobiliária e estruturação intra-urbana: o caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

\_\_\_\_\_. Para uma reflexão sobre o processo de estruturação interna das cidades brasileiras: o caso do Rio de Janeiro. *Revista Espaço e Debates*, n. 21. São Paulo: Cortez, 1987.

SOARES, Beatriz. R. *Uberlândia: da cidade jardim ao portal do cerrado - imagens e representações no triângulo mineiro*. Tese (Doutorado em Geografia) – USP – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo-SP, 1995.

\_\_\_\_\_. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. *Revista Formação*. Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia, FCT/UNESP, n.6, 1999, p. 55-63.

SOBARZO MIÑO, Oscar A. *Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente*. Tese (Doutorado em Geografia) – UNESP – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente-SP, 2004.

SOUZA, M. L. de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SPOSATI, Aldaiza. Inclusão social: critérios de análise e métodos de mensuração. In: *Anais do II Seminário Internacional de Inclusão Social*. Santo André: Prefeitura Municipal, 2002 p. 41-44.

\_\_\_\_\_. *Cidade, território, exclusão/inclusão social*. São Paulo: Congresso Internacional de Geoinformação – GEO Brasil, 16/06/2000.

\_\_\_\_\_. *O Mapa de Exclusão/inclusão Social no Município de São Paulo*. São Paulo: Educ, 1996.

SPÓSITO, E. S. (coord.). *Sistema de informação para tomada de decisão municipal*. (Relatório de Pesquisa) - Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, 2000.

SPOSITO, Eliseu. S. *Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente (SP)*. (Tese de doutorado) - São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1990.

SPOSITO, Maria E. B. (org.) *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular. 2007. 632p.

\_\_\_\_\_. SPOSITO; Eliseu S. e SOBARZO, Oscar A. (orgs.) *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular. 2006. 376p.

\_\_\_\_\_. et.alli. *O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta Metodológica*. In Anais do VI Seminário latino-americano de qualidade de vida

urbana e V seminário internacional de estudos urbanos. Belo Horizonte. 2006. CD-Room.

\_\_\_\_\_. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*. 2004. 508f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Ciências Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_. (org). *Textos e contextos para a leitura de uma cidade média*. Presidente Prudente : [s.n.], 2002.

\_\_\_\_\_. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). *Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: GAsPERR – FCT/UNESP, 2001. p. 609-643.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. *Revista de Geografia*. Dourados, n. 4, p. 71-85, set.- dez. 1996.

\_\_\_\_\_. O chão arranha o céu: a lógica monopolista da cidade. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1991.

STEINBERGER, Marília e BRUNA, Gilda C. Cidades médias: elos do urbano-regional e público-privado. In. ANDRADE, Thompson. A. e SERRA, Rodrigo V. *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.35 a 77.

STOER, Stephen R., MAGALHÃES, António M. e RODRIGUES, David. Os lugares da exclusão social: um dispositivo de diferenciação pedagógica. São Paulo: Cortez, 2004.

VAINER, Carlos B. Cidades, cidadelas e utopias do reencontro: uma reflexão sobre tolerância e urbanismo. In. *Cadernos IPPUR*. Rio de Janeiro. Ano XII, nº1. 1998, p.33-46.

VÉRAS, Maura. P. B. Exclusão social – um problema de 500 anos (notas preliminares). In: SAWAIA, Bader B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 27-49.

VIEIRA, Alexandre B. *O lugar de cada um: indicadores sociais de desigualdade intraurbana*. 2005, 169f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_. O Poder Público Municipal e a segregação socioespacial na cidade de São José do Rio Preto. Relatório de Pesquisa (PIBIC-CNPq)66f. Presidente Prudente: FCT-UNESP. 2001

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 16-26.

WHITACKER, A. M. *Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto – SP*. Tese (Doutorado) - Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista. 2003.



**CEMESPP**

**CENTRO DE ESTUDOS E DE MAPEAMENTO DA  
EXCLUSÃO SOCIAL PARA POLÍTICAS PÚBLICAS**



**unesp**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"**  
Campus de Presidente Prudente

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO**